

VIVÊNCIA

CCHLA-UFRN

V.5, n.2 - 1992

Escreveram

neste número:

Assis Brandão

M^o Bernadete F. de Oliveira

Dacier de Barros e Silva

Denise Monteiro Takeia

M. Carmélia Machado

José Lacerda Alves Felipe

Cassiano Arruda Câmara

Marta Maria de Araújo

Pedro Lima

Maria das Dores Medeiros

Nilson Crócia de Barros

Liomar de Queiroz



VIVÊNCIA

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - UFRN

CCHLA-UFRN
v.5.n.2 1992

Escreveram neste número:

Assis Brundão
M^{te}. Bernadete F. de Oliveira
Dacier de Barros e Silva
Denise Monteiro Takela
M. Carmélia Machado
José Lacerda Alves Felipe
Cassiano Arruda Câmara
Marta Maria de Araújo
Pedro de Lima
Maria das Dores Medeiros
Nilson Crócia de Barros
Liomar Costa de Queiroz



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: Geraldo dos Santos Queiroz

Vice-Reitor: João Felipe da Trindade

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretor: Geraldo de Margela Fernandes

Vice-Diretor: José Lacerda Alves Felipe

Chefes de Departamentos:

Artes: Vicente Vitoriano de Carvalho

Ciências Sociais: Antonio Alfredo Santiago Nunes

Comunicação Social: Aderson de Carvalho França

Filosofia: Hermano Machado Ferreira Lima

Geografia: Ademir Araújo da Costa

História: Luiz Eduardo Carneiro Costa

Letras: Annecildo Batista de Carvalho

Psicologia: Zeneide Ferreira Alves

Chefe do Departamento de Psicologia Aplicada (SEPA):

João Carlos Tenório Argolo

Diretor da Escola de Música: Ronaldo Ferreira Lima

Revisão da matéria composta: Os próprios autores

Revisão de Originais: Antonio de Lisboa Araújo

VIVÊNCIA. UFRN. CCHLA. Natal: Ed. Universitária, 1983 —

Semestral

- 1. Humanismo - Periódico.**
- 2. Ciências Humanas - Periódico**
- 3. Comunicação Social - Periódico**

RN - UF BCZM CDU 130.2:3(05)

SUMÁRIO

01. Assis Brandão. Teoria da Democracia
e o Governo Collor 1-26
02. Dacier de Barros e Silva. Universidade e Sociedade:
Perspectiva à Modernidade 27-38
03. Maria Bernadete F. de Oliveira
Notas sobre a organização da Cultura:
Uma leitura de Gramsci 39-56
04. M. Carmélia Machado. O Discurso da
Carta Comercial em Português 57-72
05. José Lacerda A. Felipe. A Geografia
Política e a Nova Ordem Econômica Internacional . 73-82
06. Cassiano Arruda Câmara. Importância de uma
Política de Comunicação Social para o Governo ... 83-90
07. Marta Maria de Araújo. O Pensamento e o
Debate sobre a Dinâmica das Sociedades
Industrializadas e do Estado Social 91-104
08. Pedro de Lima. O Lugar da Teoria e da Prática
no Ensino da Arquitetura no Brasil 105-112
09. Denise Monteiro Takeia. As Casas Comerciais
Estrangeiras no Brasil no Século XIX 113-134
10. Maria das Dores Medeiros. "Povo-Uno" Versus
"Corpo de Cristo": Uma Construção Teórica ... 135-144
11. Nilson Crócia de Barros. Dois Tempos na História
de Pensar o Território: A Geografia Clássica e a
Geografia Econômico Social 145-162
12. Liomar Costa de Queiroz
Posição da Linguística diante do certo/errado
na alfabetização 163-187

Teoria da Democracia e o Governo Colô

**

Autores

* Trabalho apresentado no Seminário de Teoria da Democracia, realizado em 1991, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

* Trabalho apresentado no Seminário de Teoria da Democracia, realizado em 1991, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Teoria da Democracia e o Governo Collor

De início, gostaria de agradecer aos organizadores do EGED - Encontro Gaúcho dos Estudantes de Direito - pela oportunidade que me foi dada de poder me encontrar hoje, aqui, em Passo Fundo, com a finalidade de falar sobre a "Pseudodemocracia e o Amparo Legal ao Autoritarismo".

Não farei uma exposição longa, exaustiva, sobre o tema. Ao contrário, procurarei ser breve, objetivando, neste primeiro momento, tão-somente delinear o campo da discussão e apresentar algumas questões que, no meu entender, se colocam como relevantes no sentido de darem uma certa orientação para o debate que ocorrerá em seguida.

Sinto, portanto, que frustrarei as expectativas daqueles que esperam uma longa e exaustiva exposição, mas, ao mesmo tempo, espero contrabalançar a possibilidade destas expectativas frustradas, através da apresentação sucinta de alguns tópicos que, de alguma maneira, venham a suscitar um bom debate após a exposição.

Diante do tema, "a pseudodemocracia e o amparo legal ao autoritarismo", fui levado a refletir sobre o que os organizadores deste encontro tinham em mente quando da sua definição. A primeira linha de pensamento que me foi permitida me levou à idéia de que o esperado nada mais era do que uma análise conjuntural do momento político atual, com a finalidade de mostrar que o governo Collor, não obstante se apresente como democrático, na realidade está fortemente marcado por uma tendência autoritária, tendência esta que, inclusive, recebe amplo amparo legal no mundo jurídico instaurado pela Constituição brasileira de 1988.

Outro caminho que me ocorreu, bastante diferente do primeiro, foi aquele que, não obstante, no limite, conduza a uma dada avaliação sobre a natureza do governo Collor, é muito mais marcado por uma perspectiva de fundo, cuja preocupação central é uma reflexão sobre a própria democracia. Com a preocupação voltada para a idéia de democracia em termos históricos, isto é, revisitando a teoria da democracia, seria aberto espaço para, como contraponto, pensar a pseudodemocracia.

mais modernamente: o autoritarismo, e até uma democracia que, também no limite, poderia ser pensada como pejada de características que fazem lembrar o autoritarismo.

O caminho que penso trilhar é o segundo, não o primeiro. Com isto, deixo para outra oportunidade uma possível análise conjuntural que envolva o governo Collor e me volto essencialmente para a Teoria da democracia. De qualquer maneira, tenho a esperança de que no final o próprio governo Collor seja observado tendo como pano de fundo a idéia democrática e assim ver possibilitada a resposta para a questão que segue: é o governo Collor um governo democrático?

Dito isto, passo à discussão sobre a democracia.

Do ponto de vista histórico, uma determinada idéia de democracia foi desenvolvida já entre os gregos antigos e muito bem sistematizada por Aristóteles. Refiro-me à concepção de democracia como o governo dos pobres. A princípio, esta parece ser uma idéia absolutamente simpática de democracia, posto que traz uma identificação da mesma com os pobres no poder. No entanto, não é bem assim. Um olhar mais rigoroso para o pensamento do autor mostra que para além do governo dos pobres a democracia é vista como um governo que exclui completamente todos os setores produtivos da sociedade de qualquer participação política. É uma democracia escravista.

Sem qualquer preocupação com o detalhe, apresentarei os passos que na reflexão aristotélica, em "A Política", conduzem a democracia através da sua transformação de governo dos pobres em democracia escravista. Além disto, procurarei mostrar como a democracia escravista, na realidade, não pode ser concebida como uma verdadeira democracia, não passando de uma pseudodemocracia.

Aristóteles é um exímio teórico da escravidão. A sociedade, em sua opinião, é constituída por homens que nasceram para mandar e homens que nasceram para obedecer. Os primeiros são homens livres, os últimos, escravos. Ele afirma que "existem, na espécie humana, seres inferiores a outros quanto o corpo o é em relação à alma, ou a besta ao homem; são aqueles para os quais a utilização da força física é o melhor que deles se consegue. (...) Esses indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; pois, para eles, não há nada mais simples do que

obedecer. (...) A natureza mesma", acrescenta, "parece deseja dotar de características diferentes os corpos dos homens que são livres e dos que são escravos. Uns, efetivamente, são fortes para o trabalho a que são destinados; os outros são inteiramente inadequados para serviços tais, porém são de utilidade para a vida civil".

Vemos assim como Aristóteles defende a idéia de que na vida civil não há espaço para o escravo, mas apenas para os homens livres, que são donos de razão; ao contrário do escravo que "não possui a razão em sua plenitude", não possuindo da mesma mais do que um vago sentimento, desde que os trabalhos que lhe são destinados, que exigem a força física, não exigem a razão.

Pois bem, se a democracia é o governo dos pobres, desde logo é necessária a observação de que estes pobres não são os escravos, posto que estes não participam da vida política, não são cidadãos.

A exclusão da democracia aristotélica não se limita aos escravos. Dela são excluídos também os estrangeiros e as mulheres. No entanto, esta democracia não somente é o governo dos pobres, como também é o governo da maioria, pois, para Aristóteles, "em toda parte (...) os pobres constituem maioria.

A exclusão da vida civil de todos aqueles que produzem tem, por consequência, a configuração, em Aristóteles, da "democracia dos ociosos", pois, em sua opinião, "o descanso (...) é preciso (ao cidadão) para fazer nascer a virtude em sua alma, e para exercer os deveres civis." Alguns produzem para que outros possam decidir ociosamente sobre os destinos da cidade.

Aqueles que decidem sobre a vida da cidade, portanto, diz o autor, é necessária a posse de "bens de raiz; pois a abundância deve constituir o privilégio dos cidadãos."

A democracia, desta maneira, entendida como o governo dos pobres ou da maioria, deve ser vista como o governo dos pobres entre aqueles que têm bens de raiz e como um governo de maioria entre os mesmos.

Com isto, fica caracterizada a democracia aristotélica como uma "democracia de ociosos", em que são excluídos da

participação política não apenas os escravos, mas também as mulheres e os estrangeiros.,

À guiza de conclusão sobre as observações relativas a esta democracia, resta-me questionar se existe aí uma teoria verdadeiramente democrática ou se, para não fugirmos ao título desta exposição, não está nela configurada os delineios de uma pseudodemocracia?

Para mim, é evidente. A teoria da democracia aristotélica não se remete a uma democracia verdadeira, mas a uma falsa democracia.

Outra concepção de democracia bastante importante, pode ser encontrada em Rousseau, a teoria da democracia como autonomia.

Vivendo no período imediatamente anterior à revolução francesa, este filho de relojoeiro genebrino tem por preocupação fundamental a recuperação da liberdade entre os homens. Em uma de suas frases mais conhecidas, ele afirma, em "Do Contrato Social", que "o homem nasce livre e por toda a parte encontra-se a ferros".

Com isto, o autor pretende caracterizar a sua idéia de que a liberdade, do ponto de vista histórico, no passado existiu entre os homens, mas que esta liberdade foi perdida, não mais existindo no convívio dos homens modernos, sendo necessário, por isso, que eles a recuperassem.

A idéia de liberdade em Rousseau é vinculada à idéia de autonomia. Para ele, os homens são livres quando autônomos, isto é, não subordinados a leis feitas por qualquer outro homem.

Rousseau concebe que um dia, no passado, os homens foram livres, no sentido de não subordinados. Esta liberdade dos antigos é associada à sua concepção do Estado de natureza. Os homens naturais, em sua concepção, viviam como animais selvagens, solitários, sem relacionamento entre si, com a razão adormecida, sem pensamento e sem linguagem, alimentando-se de frutas e caças, dormindo ao relento, etc. Estes homens selvagens, idealizados pelo autor, eram felizes, vivendo em liberdade. Nenhum homem vivia subordinado a qualquer dos outros.

No entanto, este estado paradisíaco dos homens natu-

rais, por razões que não nos interessam aqui, neste momento, havia, segundo o autor, sido superado por uma nova condição em que os homens, antes livres e felizes, tornaram-se infelizes e submetidos.

A perda da liberdade ocorreu em decorrência dos homens haverem concordado com o estabelecimento de um contrato para a criação de um Estado.

Como este contrato nada mais foi, de acordo com as afirmações de Rousseau, em "Origem e Fundamento da Desigualdade entre os Homens", do que um artifício dos ricos para o ludíbrio dos pobres, em última instância, por meio dele, houve uma alienação da própria liberdade dos homens, que passaram a viver, desde então, sob leis em que não tiveram qualquer participação em seu confecionamento, tornando-se, por isto mesmo, carentes de autonomia, isto é, sem liberdade.

Rousseau identificava seus contemporâneos, que viviam sob monarquias absolutas, como homens sem liberdade. As monarquias absolutas apresentavam-se como desdobramentos deste Estado inicial que dera início à servidão entre os homens. Eis o porquê da idéia de que os homens nascem livres, mas vivem em servidão por toda parte.

Diante disto, a proposta revolucionária de Rousseau ocorre no sentido dos homens voltarem a recuperar a sua liberdade. Com esta finalidade, o autor propõe o estabelecimento de um novo contrato, um contrato particular, através do qual possam resolver satisfatoriamente a equação Estado mais liberdade.

A particularidade deste contrato está no fato dos homens, ao participarem dos mesmo, fazê-lo tendo por objetivo "encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associação com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo si mesmo, permanecendo, assim, tão livre quando antes".

A cláusula contratual única é definida pela alienação total de tudo que os homens dispõem antes da realização do contrato para o soberano, do qual cada um dos participantes faz parte, o que define que essa alienação ocorra na interioridade, isto é, ninguém se aliena para ninguém, alienando-se tão-somente, em última instância, para si mesmo, e conservan-

do, por este artifício, a sua liberdade.

Os homens continuam autônomos, posto que passam a ter suas ações limitadas apenas pela vontade geral, a qual cada um, em particular, contribui para o seu delineamento. É como se cada homem não se subordinasse senão a si mesmo, continuando, portanto, autônomo, isto é, livre.

Invoco, aqui, o fato bastante relevante na teoria rousseauniana de que a soberania não é representável para entender a sua idéia da democracia direta. A democracia é direta no sentido de que não incorpora o instituto político da representação.

A teoria da democracia como autonomia, em Rousseau, é a teoria da democracia direta. Todos os homens que participam do contrato passam, eles mesmos, diretamente, em condições de igualdade, a desenhar o campo jurídico sob o qual desejam viver.

A idéia de igualdade que flui a partir da discussão sobre a democracia rousseauniana não pode, em nenhum momento, ser pensada como igualdade de condições sociais entre os homens. Para Rousseau, os homens são iguais na liberdade. Todos são iguais porque todos são livres, no sentido de autônomos, são subordinados.

Com isto, Rousseau tende a tomar, em sua teoria da democracia, como iguais, homens politicamente iguais, mas socialmente desiguais, privilegiando, desta forma, a ótica política em detrimento da social.

De qualquer maneira, há um salto imenso da teoria rousseauniana da democracia como autonomia para a teoria aristotélica da democracia como governo dos pobres. Este salto é permitido essencialmente pela assunção, na teoria rousseauniana, ao contrário da aristotélica, da igualdade política entre os homens.

Ambas as teorias conduzem à idéia da democracia direta. Mas, enquanto em Aristóteles a concepção de que os homens são naturalmente desiguais traz como consequência uma exclusão bastante ampla dos homens no campo da participação política, em Rousseau, que concebe os homens como naturalmente iguais e abomina a escravidão, a exclusão da participação

política é bastante restrita, ficando excluídas tão-somente as mulheres.

Resta questionar se a democracia rousseauiana pode ser entendida como uma verdadeira democracia ou se ela também não passa de uma pseudodemocracia.

Esta questão não ficará resolvida. Apontarei, no entanto, alguns tópicos que permitirão o desenvolvimento da reflexão sobre a mesma. São eles: 1º) a democracia rousseauiana exclui a participação política das mulheres, e, neste sentido, é um tanto restritiva; 2º.) a democracia rousseauiana toma como iguais homens que são iguais tão-somente pela ótica da participação política, mas são desiguais pela ótica social; 3º.) a democracia rousseauiana, entendida como democracia direta, não tem qualquer praticabilidade entre os modernos. Neste sentido, ela se configura como uma democracia antiga, não como uma democracia moderna.

A estrutura teórica da democracia como autonomia de Rousseau, pensada a partir da democracia direta, encontra em Sieyès um teórico defensor de algumas concepções que, por um lado, a consolidam e, por outro, a questionam, avançando em direção da sua própria superação.

Em “O que é o Terceiro Estado?”, obra escrita imediatamente antes da revolução francesa, Sieyès, francês, também revolucionário, nas pegadas de Rousseau, defende a soberania popular e, portanto, a idéia de democracia como autonomia. No entanto, ele supera a concepção rousseauiana de democracia direta e defende a democracia representativa. Em sua opinião, a **titularidade** do poder soberano pertence à nação, mas o seu **exercício** deve ser atribuído a representantes, isto é, o poder soberano que é da nação, de maneira alguma é transferido para qualquer pessoa ou grupo de pessoas, dentre os que pertencem à nação ou se encontram fora da mesma, continuando com a própria nação, contudo, o exercício deste poder deve ser entregue às mãos dos representantes da nação. “A comunidade”, afirma ele, “não se despoja do direito de querer. É sua propriedade inalienável. Não pode senão encarregar seu exercício.”

A defesa intransigente da democracia representativa neste autor ocorre como consequência da constatação de realismo evidente de que "os associados (partícipes de uma nação) são por demais numerosos e estão dispersos em uma superfície por demais extensa para exercitarem eles mesmos facilmente sua vontade comum". O argumento do número (a grandeza populacional), vinculado ao argumento do tamanho (as nações modernas se dispõem através de territórios por vezes os mais extensos) definiram, em Sieyès, a percepção da impraticabilidade da democracia direta e a opção inevitável, para um defensor da soberania popular, pela alternativa da democracia representativa.

Entretanto, para além da superação da democracia direta rousseauiana, a democracia representativa esgrimida por Sieyès incorpora em seus pressupostos a idéia explícita de uma menor amplitude do corpo de cidadãos, quando comparada àquela incorporada pelos pressupostos que fazem parte do desenho da democracia rousseauiana. Assim é que para o autor "não pode haver, de maneira alguma, uma liberdade ou um direito sem limites. Em todos os países, a lei fixou caracteres certos, sem os quais não se pode ser nem eleitor, nem elegível. (...) Assim, as mulheres estão em todas as partes, bem ou mal, longe destas espécies de procurações. É constante que um vagabundo, um mendigo não podem ser encarregados da confiança política dos povos. Um doméstico e tudo o que está sob a dependência de um amo (...) seriam admitidos a figurar entre os representantes da nação? A liberdade política tem, pois, seus limites."

Somada à restrição da amplitude da cidadania política, a democracia representativa delineada por Sieyès, apresenta, como a democracia rousseauiana, a dificuldade que consiste no fato de igualar politicamente homens socialmente desiguais.

Há, por fim, na democracia representativa em pauta, uma última característica que funciona como mais um impeditivo no sentido do reconhecimento da mesma como uma verdadeira democracia. Refiro-me ao fato da inexistência, no desenho dessa democracia, de qualquer lugar para os partidos políticos. Contemporâneo do seu tempo, Sieyès comunga da idéia de que a existência de facções, sindicatos, partidos ou qualquer

outro tipo de organização particular no seio da sociedade trariam como consequência a impossibilidade de expressão da vontade nacional. A lei Chapelier de 1791 define: "Não há corporações no Estado, não há senão o interesse particular de cada indivíduo e o interesse geral." O direito de associação foi uma das liberdades que mais tardiamente se incorporaram ao Direito Constitucional.

Após isto, resta-me o questionamento: é possível uma democracia representativa moderna sem o reconhecimento dos partidos políticos?

Outra maneira de perceber a democracia, com grande influência entre segmentos importantes do movimento socialista, é aquela esboçada por Lenin, no início do século, em simultaneidade com o processo de desenvolvimento da revolução soviética. Para o autor, em polémica com Kautsky, através de "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky", não existe uma "democracia pura". A democracia aparece sempre adjetivada, ora como democracia burguesa, ora como democracia proletária. Segundo ele, "é natural para um liberal falar de 'democracia' em geral". No entanto, "um marxista nunca se esquecerá de colocar a (seguinte) questão: 'para que classe?' Democracia para quem? Para a classe burguesa ou para a clas-

se operária? Responder a esta interrogação é possibilitar historicamente uma adjetivação à democracia. Com isto, Lenin passa a trabalhar com dois conceitos de democracia bastante diferentes: democracia burguesa e democracia proletária.

A análise que o autor faz destas duas formas de apresentação da democracia leva em conta, para ambos os casos, tanto a sua forma quanto a sua substância. Assim, ao se debruçar sobre a democracia burguesa, ele afirma ser esta **formalmente** uma democracia para todos, mas, **substancialmente**, bastante restritiva. Já a democracia proletária é bastante abrangente, porém não totalmente abrangente, quer sob o ponto de vista da **forma**, quer sob o ângulo da **substância**.

Traçando um perfil crítico da democracia burguesa em "O Estado e a Revolução", Lenin comenta que "na sociedade capitalista (...) temos um democratismo mais ou menos completo na república democrática. Mas este democratismo está sem-

pre comprimido nos limites estreitos da exploração capitalista e, por isso, permanece sempre, em essência, um democratismo para a minoria, apenas para as classes possuidoras, apenas para os ricos." E acrescenta, não sem uma certa procedência, que "a liberdade da sociedade capitalista permanece sempre aproximadamente como era a liberdade nas repúblicas gregas antigas: liberdade para os escravistas."

Para Lenin, a democracia burguesa é um engodo. Em sua opinião, ela admite formalmente a igualdade política entre todos os homens, mas, pela desigualdade social entre os mesmos, os pobres são excluídos de qualquer participação política mais efetiva por não disporem dos recursos necessários à mesma, ficando o mundo da política, assim, aberto aos ricos. Por isso, esta democracia, diz ele, "que afasta dissimuladamente os pobres" (...) é "inteiramente hipócrita e enganadora."

Seguindo Marx, em sua análise sobre a experiência da Comuna, Lenin finaliza, afirmando que a democracia burguesa é a forma estatal em que "se autoriza os oprimidos a decidir uma vez de tantos em tantos anos qual precisamente dos representantes da classe opressora os representará e reprimirá no Parlamento."

Em relação à democracia proletária, Lenin observa que esta é a ditadura do proletariado. A idéia de que o entendimento da democracia só é permitido através de uma análise classista lhe possibilita perceber uma mesma forma de Estado como democrático e, ao mesmo tempo, ditatorial. Democrático para quem? Ditatorial para quem? Perguntaria Lenin.

Ao contrário da democracia burguesa, que **formalmente** admite a participação política de todos, a democracia proletária, enquanto ditadura do proletariado, não admite legalmente qualquer participação totalizadora, sendo permitida tão-somente a participação política da classe operária. Na ditadura do proletariado, a classe proletária detém o poder absoluto. Assim é que, de acordo com o autor, em "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky", a ditadura do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência do proletariado sobre a burguesia, um poder que não está amarrado por nenhuma lei."

A ditadura do proletariado é a forma de organização

estatal que assegura a soberania exclusiva do proletariado. Nella, substância e forma se confundem, diferentemente do que ocorre com a democracia burguesa. A amplitude substancial da participação política não vai além ou aquém do que é permitido formalmente, isto é, da participação do proletariado. Por isso, a idéia leninista de que, aqui, democracia e ditadura se conformam como verso e anverso de uma mesma forma de expressão da realidade estatal, sendo ditadura do proletariado sobre a burguesia e democracia proletária para o proletariado.

Ao mesmo tempo, a própria democracia burguesa é pensada por Lenin também como uma ditadura: uma democracia formal para todos e uma ditadura substancial da classe burguesa por sobre a proletária.

Chamo a atenção para o fato de que não obstante o autor esboce um desenho bastante desvantajoso para a classe operária, em se comparando à classe burguesa, no que se relaciona à participação política na sociedade capitalista, mesmo assim ele não deixa de enfatizar o fato de que para a classe operária é melhor lutar sob uma forma estatal burguesa que assegure a igualdade formal entre os homens do que entre aquelas em que esta igualdade não é assegurada.

Para ele, a democracia burguesa é extremamente importante, do ponto de vista tático - ênfase, tático -, para a luta operária, pois facilita a organização da classe operária na luta pelo alcance de seus interesses estratégicos.

De qualquer maneira, a ruptura revolucionária que leva à sociedade socialista, na concepção de Lenin, não tem qualquer compromisso com a manutenção da igualdade formal entre os homens. Ao contrário, em sua opinião, não há construção do socialismo sem a negação destas liberdades formais, sem a ditadura do proletariado. Lenin é absolutamente contrário à idéia de que o socialismo pode ser construído pela via democrática. Para ele, a única via de construção do socialismo é a ditadura do proletariado.

Cabê assinalar que a democracia burguesa no autor é uma democracia indireta, ao passo que a democracia proletária - a ditadura do proletariado - é uma democracia direta. A natureza indireta da democracia burguesa é caracterizada pela existência do instituto político da representação através do

mandato livre, enquanto que a natureza direta da democracia proletária é caracterizada pela existência de representação através do mandato imperativo.

Lenin critica a democracia indireta pela separação que esta acarreta entre o povo e os seus representantes, pelo seu "parlamentarismo." É certo que, em sua concepção, na democracia direta também existe uma espécie de Parlamento, uma estrutura de representação, que, no entanto, é possuidora de características absolutamente diferentes daquelas existentes na democracia indireta. Segundo ele, em "O Estado e a Revolução", na democracia direta "as instituições representativas permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados, não existe (...). Não podemos conceber uma democracia, mesmo uma democracia proletária, sem instituições representativas, mas podemos e devemos concebê-la sem parlamentarismo".

Uma análise crítica da concepção leninista de democracia adjetivada, da democracia como um substantivo sempre adjetivado, como democracia burguesa ou democracia proletária, me impõe, desde logo, a observação no sentido de afirmar que entendo como correta esta maneira de percepção da democracia, não obstante discorde de grande parte das conclusões a que chega o autor.

É bastante coerente a idéia leninista de fundar a análise da democracia em bases classistas. Ao mesmo tempo, é insuperado o seu potencial crítico em relação à democracia burguesa. No entanto, a identificação, feita por Lenin, entre democracia proletária e ditadura do proletariado é sobremaneira anacrônica.

A adjetivação da democracia pelo seu conteúdo de classe leva à idéia de que não existe uma democracia fora da história e que historicamente ela se configura enquanto burguesa ou proletária, na medida em que se ponha como uma forma de apresentação estatal através da qual seja permitida primordialmente a realização dos interesses políticos da burguesia ou do proletariado.

A correção da crítica de Lenin à democracia burguesa está em sua perfeita percepção do caráter limitativo imposto à

participação política da classe operária, em função da sua situação social. na sociedade capitalista, mesmo que do ponto de vista formal todos os homens, burgueses e proletários, sejam tomados como iguais. Esta crítica continua absolutamente atual. Na sociedade capitalista, a igualdade política ocorre sempre a contrapelo da desigualdade social.

Entretanto, é um anacronismo pensar a superação da democracia, no socialismo, por meio da democracia proletária, entendida como ditadura do proletariado. Na medida em que Lenin concebia a ditadura do proletariado como a única forma possível de apresentação do Estado socialista, não havia espaço em sua teoria da democracia para concepção de uma forma de Estado socialista percebida pelos moldes democráticos, isto é, não ditatoriais. Ele nunca absorveu a idéia de que assim como o Estado burguês pode tomar formas várias, ora se apresentando como democrático, ora como ditatorial, etc., também o Estado socialista pode apresentar-se como ditatorial ou democrático; de que não há forma única para o Estado socialista. No entanto, da mesma maneira que existem a democracia e a ditadura burguesas, podem existir a democracia proletária e a ditadura do proletariado, sem qualquer identificação das mesmas.

É por isso que Bobbio tão insistentemente se tem preocupado com a idéia de que não basta saber **quem** governa, é necessário saber também **como** governa. Através da idéia de **quem** governa é possível chegar-se a uma classe determinada: a burguesia ou o proletariado, por exemplo. Mas não basta saber que estas classes governam, é fundamental o questionamento no sentido de perceber **como** elas governam, se democrática ou ditatorialmente. Lenin, contudo, nunca viu alternativas para o **como** se governa na sociedade socialista.

Desde que comungo com a idéia leninista de que inexistente democracia "pura", mas que ela é sempre adjetivada, volto-me, então, para a observação de que não apenas concordo com a crítica feita pelo autor à democracia burguesa como também com sua concepção do próprio criticado, isto é, que a democracia burguesa é uma forma do Estado capitalista fundada na idéia da separação dos poderes e na soberania popular, exercida por meio de representantes, eleitos por todos os homens independentemente de sexo, raça, religião, etc., todos com

voto de mesmo peso, e igualados formalmente através das liberdades políticas.

Não participo, contudo, da sua idéia de que democracia proletária e ditadura do proletariado são uma só e mesma coisa, posto que, no meu entender, são duas realidades absolutamente diferentes; são duas formas diferentes de apresentação do Estado socialista. A ditadura do proletariado configura-se enquanto uma forma estatal socialista em que o proletariado exerce o poder de maneira absoluta, isto é, sem quaisquer limites de ordem legal; através da violência; por meio de partido único, o partido do proletariado; e com a inexistência, portanto, das chamadas liberdades políticas, quais sejam, as liberdades de expressão, reunião e organização. A democracia proletária, ao contrário, é uma forma de Estado socialista fundada na idéia de separação dos poderes e na soberania popular, exercida por meio de representantes, eleitos por todos os homens, independentemente de sexo, raça, religião, etc., todos com voto de mesmo peso, igualados através das liberdades políticas, e com a existência de mecanismos legais rígidos de limites à influência política do poder econômico, de tal sorte a que a igualdade de participação política não se torne mera igualdade formal, mas que tenda a ir-se tornando, progressivamente, igualdade substancial.

Finalmente, gostaria de salientar que não comungo da concepção esgrimida por Lenin sobre a democracia direta, entendida como aquela em que a representação ocorre através do mandato imperativo que, de alguma maneira, implica a "revocabilidade dos mandatos a qualquer momento". Na democracia proletária que concebo não há guarida para o mandato imperativo. Não que perceba esta forma particular de representação como negativa em si mesma. Mas pelo fato de partilhar das considerações de Bobbio, em "Are There Alternatives to Representative Democracy", no sentido de mostrar a inviabilidade prática deste tipo de representação em sociedades em que é vasta e de interesses heterogêneos a massa dos constituintes. Com relação à revocabilidade do mandato, Bobbio questiona: "revogável por quem?" E responde: "Obviamente, por aqueles que constituíram o representante". Mas, "quem são eles? Eis a questão", pondera.

Outra maneira de perceber a democracia, com amplo espaço de influência atualmente, é a teoria da democracia como método, a teoria da democracia como um conjunto de regras, as chamadas "regras do jogo". Os defensores desta concepção de democracia, de Schumpeter a Bobbio, questionam a idéia de democracia adjetivada. Para eles, a democracia não tem conteúdo. Configura-se enquanto um conjunto de regras - um método - através das quais as decisões políticas são definidas, não importando o conteúdo das mesmas. Esta é uma maneira tecnicista de conceber a democracia.

De acordo com Bobbio, em "Are There Alternatives to Representative Democracy?", as regras que configuram o método democrático são "mais ou menos as seguintes: a) todos os cidadãos que tenham alcançado a idade legal, independente de raça, religião, status econômico, sexo, etc., devem gozar de direitos políticos, isto é, o direito de expressar sua própria opinião através de seu voto e/ou eleger aqueles que a expressarão por eles; b) os votos de todos os cidadãos devem ter igual peso; c) todos os cidadãos no gozo dos direitos políticos devem ser livres para votar de acordo com sua própria opinião, formada tão livremente quanto possível, isto é, em uma disputa livre entre grupos políticos organizados competindo entre si de maneira a agregar demandas e transformá-las em deliberações coletivas; d) eles devem também ser livres no sentido de que devem estar em uma posição de ter alternativas reais, isto é, de escolher entre diferentes soluções; e) no caso de deliberações coletivas ou para a eleição de representantes, o princípio da maioria numérica deve ser - ainda que formas diferentes de regra da maioria possa ser estabelecida (relativa, absoluta, qualificada) -, sob certas circunstâncias estabelecido de antemão; e f) nenhuma decisão tomada pela maioria deve limitar o direito das minorias, especialmente o direito de se transformar, eventualmente, sob condições normais, em maioria."

Para este autor, "é possível distinguir procedimentos que são bons *per se* e procedimentos que são maus *per se*, independentemente dos resultados." Assim, não são questionados os resultados decorrentes da aplicação do método na definição de decisões políticas. Quaisquer que sejam eles, serão justificados se as regras procedimentais forem aplicadas correta-

mente. A percepção da democracia por este ângulo envolve uma curiosa maneira de justificar os fins pelos meios. Os fins (resultados) são justificados, no mínimo aceitáveis, desde que os meios (regras) sejam bons.

Esta concepção tecnicista e uniformizante de democracia, no entanto, no meu entender, pensada para aplicar-se igualmente em todas as formações sociais e, portanto, nas formações sociais capitalistas e socialistas, não pode ser tida, como querem seus defensores, como uma construção carregada de neutralidade.

É evidente que não pode haver desvinculação entre meios e fins. Os meios, de alguma maneira, influem sobre os próprios fins. Neste sentido, a idéia de que não importam os fins, posto que o fundamental são os meios, fica, desde logo, comprometida. Decisões políticas tomadas através de determinados meios tendem a comprometer-se com os mesmos. O método define, de antemão, a amplitude de possibilidades dentro das quais podem variar os resultados.

O conjunto das regras elencadas por Bobbio como constituinte das "regras do jogo", na realidade, estão comprometidas com a perspectiva da democracia burguesa, em que, das decisões políticas, formalmente todos participam, mas que, em razão das circunstâncias sociais desvantajosas para a classe trabalhadora, esta, substancialmente, tem participação bastante limitada, ficando, desta maneira, com a burguesia o controle fundamental do conjunto das mesmas.

Por isso mesmo, estas regras servem para o "jogo" do capitalismo sob a democracia burguesa. Nunca, porém, elas serviriam para o "jogo" do socialismo, sob a democracia proletária. Aqui, necessariamente, teriam que existir regras rígidas impeditivas à influência do poder econômico, regras que não estão contempladas no conjunto apresentado por Bobbio. Certamente, com novas regras, o resultado do "jogo" seria também diferente. Até porque o "jogo não é o mesmo". Não há "regras" do jogo" para "jogos" genéricos. Cada "jogo" tem suas "regras" próprias.

AUTORITARISMO

Juan Lins, em "um Regime Autoritário: Espanha", a partir da realidade da Espanha franquista, elaborou um conceito de autoritarismo que passou a ter ampla aceitação entre cientistas sociais do mundo inteiro, inclusive, entre aqueles que procuraram entender a natureza das formas de Estado estabelecidas pelo advento dos militares ao poder, nos anos 60, em vários países da América Latina.

De acordo com este autor, "regimes autoritários são sistemas políticos com um pluralismo limitado e não responsável: sem uma ideologia elaborada e dirigente (porém com mentalidades específicas); sem mobilização política intensiva ou extensiva (exceto alguns pontos em seu desenvolvimento); e nos quais um líder (ou, às vezes, um pequeno grupo) exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas realmente bem previsíveis."

De alguma maneira, o autoritarismo, aqui, é concebido como um meio caminho entre a democracia e o totalitarismo. A maioria das características citadas acima vêm no sentido de estabelecer a separação entre autoritarismo e totalitarismo. No entanto, existem igualmente as que servem também para estabelecer a separação entre democracia e autoritarismo. Dentre estas, a que me interessa, de imediato, é a relativa aos partidos políticos. Não existe autoritarismo onde a pluralidade partidária é ilimitada.

O GOVERNO COLLOR

Qual a natureza do governo Collor: autoritário ou democrático?

Desde logo, é necessária a observação no sentido de ficar estabelecido que, na acepção em que o autoritarismo está sendo aqui entendido, de maneira alguma o governo Collor pode ser tomado como autoritário. Ao contrário dos governos militares do pós-64, de Castelo Branco a João Figueiredo, que se sucederam enquanto diferentes governos de uma forma estatal autoritária, a mudança de João Batista Figueiredo para José

Sarney implicou não-somente uma mudança de governo, mas também uma mudança na forma estatal, que passou de autoritária a democrática. Desde então, vivemos sob a égide da democracia.

Para esta afirmação estrita, nas pegadas de Juan Linz, basta a observação de que no período militar existia pluralidade partidária, porém limitada, diferentemente do que ocorre a partir do governo Sarney, em que o pluripartidarismo é ilimitado.

No entanto, se a concepção de autoritarismo, delineada por Juan Linz, determina a impossibilidade de inserção do governo Collor nesta forma de Estado, sua inclusão entre os governos democráticos exige algumas considerações explicativas adicionais.

Por democracia burguesa, como visto, entendo aquela forma de Estado capitalista fundada na idéia da separação dos poderes e na soberania popular, exercida por meio de representantes, eleitos por todos os homens, independentemente de sexo, raça, religião, etc., todos com voto de mesmo peso, e iguallados formalmente através das liberdades políticas.

Partindo desta idéia de democracia, não vejo maiores dificuldades no entendimento do governo Collor como um governo democrático. Mesmo que, ao fazê-lo, não possa deixar de relevar certas especificidades, presentes no Governo Collor, que, de alguma maneira, permitem a abertura da discussão sobre a viabilidade deste entendimento. Refiro-me essencialmente a duas questões fundamentais: a) a separação dos poderes; e b) a necessidade de que o voto de todos os cidadãos tenham o mesmo peso.

Em relação à separação dos poderes, a discussão gira em torno das Medidas Provisórias. Estas são previstas pela Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 84, referente à competência privativa do Presidente da República, estabelece, em seu parágrafo XXVI, que cabe a este "editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62", que regula o seguinte: "em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional (...)." Constitucionalmente, portanto, o instituto da Medida Provisó-

ria pode ser utilizado pelo Presidente da República "em caso de relevância e urgência".

No entanto, o governo Collor, através da banalização da idéia de relevância e urgência, passou a entender praticamente tudo como relevante e urgente. A partir do que, tudo passou a ser razão para Medidas Provisórias.

Com isto, o governo Collor, durante o primeiro ano de sua existência, estabeleceu um "bombardeio" cerrado de Medidas Provisórias por sobre o Congresso Nacional, que, envolvido com a análise das inúmeras Medidas, praticamente não lhe restou tempo para qualquer outro trabalho, tornando-se relapso em relação à regulamentação de um sem número de dispositivos constitucionais ainda à espera da mesma, e amesquinhado diante do Executivo.

Frente a estas circunstâncias, resta-me a observação de que se não é possível realisticamente conceber, no século XX, o pensamento dos clássicos de que o Legislativo é poder superior, pelo menos, para guardar a própria idéia da divisão dos poderes e da democracia, é necessário que ele não se encontre de joelhos perante o Executivo.

A outra questão, que diz respeito à necessidade de que o voto de todos os cidadãos tenham o mesmo peso, é bastante curiosa, posto que, não obstante a Constituição Federal defina, em seu artigo 14, que "a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...)", o valor dos votos é igual tão-somente para o Executivo, não ocorrendo o mesmo em relação ao Legislativo.

Qualquer dos constituintes, confeccionadores da Constituição vigente, certamente acharia risível a defesa feita por John Stuart Mill, em "Considerações sobre o Governo Representativo", da potenciação dos votos de alguns cidadãos, isto é, do voto plural. No entanto, o instituto político do voto plural encontra guarida, de maneira transversa, no corpo da Constituição.

Isto ocorre em razão de ser determinado em seu artigo 45, que "A câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal." Até aqui, este artigo, de maneira alguma, sugere a introdução do voto plural.

Contudo, o seu parágrafo primeiro estipula que “o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados”.

Pois bem, na medida em que são definidos os números mínimo e máximo possíveis à representação por Estado, é aberta a possibilidade para a sub-representação ou super-representação, desde que, proporcionalmente à população do todo, a população do Estado esteja aquém do significado de oito deputados em relação às representação global, ou, contrariamente, esteja além do significado de 70 deputados, também em relação à população global, o que especifica o fato de que os votos dos cidadãos dos Estados super-representados têm valor superior aos daqueles em que ocorre a sub-representação.

A situação desenhada pela geografia da representação atual do Brasil, para trabalhar com alguns exemplos, define que um deputado de São Paulo represente 312,1 mil eleitores, enquanto que um de Roraima representa 10,8 mil; que um deputado do Rio de Janeiro representa 179,9 mil eleitores, ao passo que um deputado do Acre, 24,7 mil. Desta maneira, o voto de um cidadão de Roraima é potenciado de tal sorte a valer aproximadamente 31 vezes mais do que o voto do cidadão paulista; o voto do cidadão do Acre, a valer aproximadamente 7 vezes mais que o carioca, 14,5 vezes mais que o paulista; e assim por diante.

Para além disto, a pluralidade de votos ocorre, também, em relação ao Senado Federal. Neste, os poucos eleitores de Roraima ou do Acre têm um mesmo número de representantes que os muitos eleitores do Rio ou de São Paulo, três representantes.

Estas duas questões que, de certa forma, podem colocar em discussão a natureza democrática do governo Collor, não podem absolutamente ser tomadas de maneira uniforme. Se a primeira, relativa às Medidas Provisórias, é uma questão específica de interpretação que pode mudar de governo para go-

verno, a segunda, referente ao desrespeito à uniformidade do peso dos votos de cada cidadão, é uma questão institucionalizada constitucionalmente que faz parte do desenho estabelecido da democracia vigente.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. - **A Política**. Hemus São Paulo, s/d.

BOBBIO, Norberto. - "Are There Alternatives to Representative Democracy?" **Telos**, nº. 35, spring, 1978.

_____. **A Teoria das Formas de Governo**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

LENINE, V.I. -. "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky." In: LENINE, V. I. - **Obras Escolhidas** - Vol. 3. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1980.

_____. "O Estado e a Revolução." In: LENINE, V. I. - **Obras Escolhidas** Vol. 2. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1988.

LINZ, Juan. - "Um Regime Autoritário: Espanha." In: CARDOSO, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estevam. - **Política & Sociedade**, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979, Vol. 1.

MILL, John Stuart. - **Considerações sobre o Governo Representativo**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

ROUSSEAU, Jean Jacques. - **Discurso sobre a Origem e Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Publicações Europa-América, Nem Martins, 1976.

_____. - **Do Contrato Social**. Os Pensadores. Nova Cultural, São Paulo, 1987, 4ª. ed., Vol. 1.

SIEYÈS, Emmanuel. - **Que Es el Tercer Estado?** Americalee, Buenos Aires, 1943.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES - A Política. Roma: São Paulo, 1975.
- BOBBIO, Norberto - "As Três Alternativas ao Representativismo Democrático". *Temas*, n.º 22, spring, 1978.
- _____. A Teoria das Formas de Governo. Lisboa: Universidade de Brasília, Brasília, 1981.
- LENINE, V. I. - "A Revolução Russa e o Movimento Comunista". In: LENINE, V. I. - *Obras Escolhidas*. Vol. 2. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1980.
- _____. "O Estado e a Revolução". In: LENINE, V. I. - *Obras Escolhidas*. Vol. 2. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1980.
- LINZ, Juan - "Um Regime Autoritário: Espanha". In: CARLOS, Fernando Henrique e MARTINS, Carlos Estanislau. *Política & Sociedade*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979. Vol. 1.
- MILL, John Stuart - *Considerações sobre a Governo Representativo*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.
- ROUSSEAU, Jean Jacques - *Discursos sobre o Governo e os Elementos da Designação entre os Homens*. Publicações Europa-América, Nova Marília, 1976.
- _____. *Do Contrato Social*. Os Pensadores. Nova Cultural, São Paulo, 1987. 4.ª ed. Vol. 1.
- STEVES, Emmanuel - *Que é o Terceiro Estado? Americanização*. Buenos Aires, 1948.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE:

Perspectivas do Brasil à Modernidade

Prof. Dr. Dacier de Barros e Silva (UFRN)

Prof. Adjunto IV - Deptº. de Ciências Sociais

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: Perspectivas do Brasil à Modernidade

Prof. Dr. Doctor de Barros e Silva (UFRN)
Prof. Adjunto IV - Dept. de Ciências Sociais

Gostaria de iniciar esta discussão com uma frase de Francis Bacon, em um dos seus escritos sobre a natureza da Ciência: "Estou trabalhando para dar os fundamentos não de uma seita ou doutrina, mas de utilidade e poder". É óbvio que esta compreensão que o filósofo acertadamente tinha da Ciência, intimamente associada ao poder e à utilidade não poderia se fundamentar na vulgar exteriorização da "vontade de poder". Neste aspecto, é relevante acentuar que o poder que emana da Ciência não é aquele que se expressa na dominação dos povos, mas sim, o que evita a submissão e constrói a Auto-determinação. Parto, por isso, do pressuposto de que, para podermos compreender as características básicas e indispensáveis à inserção de uma Nação junto às sociedades modernas, é imprescindível compreendermos a importância desta utilidade e poder da Ciência.

Um dos aspectos fundamentais das sociedades modernas é a indiscutível indissociabilidade entre o progresso tecnológico e o progresso científico. Consequentemente, nas sociedades modernas, o uso intensivo e progressivo dos conhecimentos científicos está presente em todos os momentos da ação social, ou seja, o saber social fundamenta-se em premissas científicas, razão pela qual está difundido a partir de uma visão de mundo elaborada. Por isto, há uma permanente e progressiva redução do intervalo de tempo, entre a descoberta ou a criação, e a sua utilização em escola ampliada. Uma outra característica de importância fundamental, cuja clareza de percepção é de responsabilidade plena do Estado, é o fato de que o avanço Tecnológico e Científico contemporâneo, devido à multiplicidade de conhecimentos, ou seja, ao acentuado processo de especialização estabelecido na força de trabalho que, por sua vez, se incorpora a este avanço tecnológico, só se torna possível, se a base do conhecimento for difundido em todas as esferas das camadas sociais.

Não menos importante é o fato de que o desenvolvimento de uma nação no mundo contemporâneo só será possível se a Sociedade Política perceber a importância destas características e compreender que não se faz desenvolvimento sem Ciência e não se faz Ciência sem a socialização do saber. Por isso, somos obrigados a acreditar que uma nação como o

Brasil, para adquirir os valores de uma sociedade desenvolvida e moderna, terá que, necessariamente, reconhecer que as conquistas tecnológicas, o avanço científico e as mudanças sociais só serão possíveis e historicamente reconhecidas, se forem encaradas como um processo integrado. Pertencemos a uma época de século concluído, onde o saber elaborado é senhor de todas as ações transformadoras. O presente deixa-nos claro que as sociedades que não se preocupam com a intensiva qualificação de sua mão-de-obra marcham inexoravelmente para a decadência, já que, por força da automação dos meios de produção e da racionalidade dos sistemas, usam-se cada vez menos mão-de-obra para produzir cada vez mais.

À medida que a Ciência, em suas diversas esferas, se incorpora aos meios de produção e demais atividades humanas, países que são meros possuidores de matérias-primas em seu estado natural passam a ser decadentes, uma vez que a tecnologia, além de poder substituir recursos naturais escassos, encarece o valor da mão-de-obra a ela incorporada, tornando-a infinitamente mais cara que o preço da própria riqueza natural. As nações que passam a intensificar o uso da inteligência no seu processo produtivo, sem dúvida, superam pela tecnologia a sua escassez e deficiência.

Lamentavelmente, vale um alerta: na indústria brasileira, hoje, menos de 5% dos seus recursos humanos possui nível superior. Enquanto nas sociedades industriais, ditas do capitalismo central, a quase totalidade da população, a partir dos 15 anos de idade, já tem cursado as 8 (oito) séries do 1º. grau. No Brasil, menos de 10% de toda a população consegue concluir este estágio. Esta mesma realidade não é diferente nos níveis de ensino superior. Alguns cálculos fornecidos por órgãos brasileiros de fomento à pesquisa indicam que o Brasil possui, atualmente, aproximadamente 15 mil pesquisadores. Estima-se ainda, que o gasto médio por pesquisador seria em torno de 30 mil dólares anuais. Isto levaria a uma dedução simples de que há no Brasil um investimento médio em pesquisa de mais ou menos 450 milhões de dólares anuais. Este investimento em pesquisa em todo o Brasil é bastante inferior ao orçamento de uma única universidade americana. A título de exemplo, citamos a Universidade de Standford, que possui um orçamento

anual para pesquisa de aproximadamente 800 milhões de dólares.

Reverter esta trágica realidade para que possamos nos inserir numa legítima competitividade junto às questões com que iremos nos confrontar neste final de Século, nos obriga a convergir todos os esforços possíveis de maneira a perceber a problemática em sua totalidade. A gravidade da crise atual que o Brasil atravessa é de natureza tanto estrutural como superestrutural. Portanto, obriga-nos a pensar as propostas existentes em todas as suas perspectivas, quer sejam econômicas, políticas, ideológicas ou culturais e as consequências que elas trazem a longo prazo, uma vez que políticas econômicas e sociais só terão reflexos positivos imediatos, se apresentarem coerência com o futuro. O Brasil convive já há alguns anos com grandes incoerências que, se persistirem, forçosamente comprometerão neste final de Século, não só a sua inserção no cenário Internacional como Nação soberana, como também o nosso próprio direito à cidadania plena. Entre as mais graves incoerências, destaca-se a imposição de um modelo de capitalismo que, na qualidade de nação hospedeira do excedente secundário do capitalismo central, faz com que as especificidades do Modo de Produção e as suas relações com o capital financeiro se caracterizem por uma dominação extorsiva, que só nos permite um desenvolvimento desigual e combinado.

A estrutura lógica, sedimentada nas relações de produção dos países desenvolvidos, exige determinadas normas sociais que condicionam o Capital a estabelecer uma racionalidade pela qual vai regular sua própria reprodução, através de normas difundidas específicas, próprias do desenvolvimento econômico e social, ou seja, um complexo de valores éticos, culturais e morais capaz de viabilizar um convívio eticamente regulado entre Capital e Trabalho. Nos países periféricos, inversamente, é a ordem econômica constituída que orienta as funções reguladoras da ação coletiva. Daí ser o complexo de valores éticos, morais, culturais, nas suas diversas esferas sociais, extremamente frágil. As normas internas constituídas, subsumidas em sua forma real nas relações econômicas, respaldam a lógica da exploração máxima do trabalho pelo capital. Não menos grave é a reprodução desta mesma realidade nas re-

lações inter-regionais. Enfim, as características do capitalismo brasileiro em curso, reproduz um modelo historicamente "sui generis", em que os valores socialmente impostos como a ética social e, até mesmo a alienação, são estabelecidos não pelo consumo de massa, mas sim, por uma perversa apologia ao trabalho não remunerado. A título de exemplo, basta lembrar os argumentos que politicamente subsidiam a discussão do valor do salário. A concepção de "cesta básica", que é constitucionalmente a fonte de inspiração para se elaborar o cálculo que determina o salário mínimo, preocupa-se apenas em indicar fundamentalmente os elementos básicos responsáveis pela reprodução biológica da força-de-trabalho. Evidentemente, o capital segue à risca esta "consciência" prática: 65% da PEA, no Brasil, recebe até 1 (um) salário mínimo; deste universo, 41% recebe meio salário mínimo.

É ilusório imaginar-se que um país como o nosso, com altíssimos níveis de desigualdades regionais, com concentração de renda, riqueza nominais e disparidades sociais gritantes, possa superar as barreiras do subdesenvolvimento crônico, se não se voltar para uma política interna suficientemente dinâmica, capaz de reverter, a curtíssimo prazo, tais distorções. Portanto, se percebermos com realismo e clareza o momento histórico e assumirmos uma ação transformadora, corajosa e racional, é possível que nas próximas décadas sejamos uma Nação soberana e socialmente digna. Para isto, é indispensável se ter a absoluta certeza de que as conquistas tecnológicas, os avanços científicos e as transformações sociais só serão possíveis, se encaradas de forma integrada. Daí a necessidade de rompermos com a "lógica" estabelecida, responsável pela preservação de sentimentos e valores coletivos arcaicos, transvestidos de um discurso "modernizante", responsável pela tentativa da real reprodução da modernização sem mudanças.

Há ainda a heterogeneidade dos atores sociais subordinados ora a um Estado de tipo nacional-popular, ora às decisões econômicas tomadas no exterior, ora a partir de interesses exclusivos de segmentos encastelados no poder político.

A desarticulação na ação coletiva, a espontaneidade da massa e mesmo, a sua condução passiva, indicam o excesso de autonomia de uma ideologia sedimentada em valores extema-

mente arcaicos, mas rigorosamente concentrada em um pequeno segmento social de poder abrangente. Este segmento, associado à modernidade técnica dos meios de comunicação, não tem nenhuma competência econômica, social e política para ser credenciado no intuito de levar o País à modernidade. Ao contrário, dificilmente não seremos levados a sucumbir diante da competição internacional. Basta lembrar a intensidade com que a sociedade brasileira consumiu os discursos falaciosos das duas últimas décadas: "Brasil Grande", "Milagre Brasileiro", "Brasil Ano 2.000" e por fim, a mais pobre nesta série, que é o da "modernidade", encabrestrada no discurso neo-liberal. O modelo liberal está há anos luz de distância do Brasil contemporâneo. Neste País não há indícios perceptíveis da existência de um segmento de classe, hoje dominante, que se instale no poder político e que tenha uma visão moderna de desenvolvimento, socialmente compatível com os padrões contemporâneos do capitalismo ocidental. Instalados no poder, normalmente eles formam verdadeiras oligarquias com privilégios exclusivos, maquiados num discurso capitalista esclerosado. Por outro lado, o que possibilitaria o País a uma real modernidade, capaz de sedimentar um modelo liberal contemporâneo, seria um sistema de parceria de mercados fomentado pelo consumo de massa. Neste aspecto, não seria necessário qualquer fundamento teórico, bastaria lembrar que temos o terceiro menor salário do mundo, perdendo apenas para o Peru e Serra Leoa, minúsculo país da África.

A compreensão de condução que historicamente vem se desenvolvendo no Brasil, se estabelece a partir de um autoritarismo que, por natureza, nega não só o desenvolvimento da Sociedade Civil, como também leva ao seu desmantelamento. Se, nas décadas do Estado militarizado, os meios de comunicação foram sufocados pelos diversos mecanismos de censura e os sindicatos atrelados à uma política de Estado, no atual momento de governo, pretensamente representativo, estes mesmos meios de comunicação continuam a reproduzir a lógica anterior, sufocando a ética e a própria responsabilidade intrínseca às suas funções, difundindo a mentira e negando à sociedade o direito de informação da realidade. Os sindicatos, por sua vez, em sua grande maioria, têm se apresentado com enorme grau

de dificuldade de se inserirem na sua única e real função, que é perceber e dinamizar a natureza do mundo do trabalho.

A escola foi praticamente ceifada de sua autonomia relativa e, negando a sua natureza de produção e difusão do saber, se deformou em mera reprodução do conhecimento. Vencida, foi levada a ausentar-se do processo crítico e criador.

Com uma dinâmica de produção de riquezas subordinada ao capital financeiro, uma baixa produtividade, adequada a uma superada tecnologia, criação de necessidades para a importação de tecnologias, comandada por interesses externos, assim como, a baixíssima remuneração da mão-de-obra, são as características lógicas que vão formar o ciclo que compreendemos como sendo os novos aspectos da subordinação. É lógico que um país importador de tecnologia não necessita, nem da alta escolaridade dos seus cidadãos nem, tampouco, de pesquisas científicas; um país que dirige seus esforços para responder aos interesses do capital financeiro internacional não tem como dinamizar o seu capital produtivo - fonte do seu desenvolvimento econômico e social - um país que remunera mal sua mão-de-obra não cria valores culturais socialmente estabelecidos que, pela concorrência, estabeleça na sociedade uma dinâmica criadora. O que freqüentemente ocorre é que o espaço de tempo entre a descoberta/concepção e a introdução no mercado de uma nova tecnologia é tão largo que, muitas vezes, quando entra em uso, já está superada.

Um outro aspecto de relevante importância é o resultado, já presente, dos paupérrimos investimentos que o Brasil faz em pesquisa científica, permitindo-lhe apenas dominar, em setores dinâmicos da produção de bens, apenas o ciclo primário do processamento. Como exemplo característico citamos o Quartzo. Atualmente, exportamos o quartzo bruto a US\$ 1.00 o quilo e importamos o mesmo processado a US\$ 2.000,00 o quilo. O Nióbio é outro exemplo. O País é rico deste mineral em seu estado natural, mas não possui tecnologia para processá-lo. A Energia Nuclear é outro exemplo. Somos ricos da matéria-prima necessária, porém, não temos competência tecnológica para completar o ciclo de domínio técnico. Neste aspecto, a Informática é mais um exemplo. No momento de seu nascedouro, além dos problemas já citados (poucos recursos para pesquisa,

Universidade sem recursos financeiros, etc.), o Brasil adota uma política de importação de tecnologia superada da microeletrônica, sufocando, assim, a viabilidade do surgimento do capital nesta área. Quais as probabilidades de uma concorrência dinamizadora e criadora se a soma da produção nacional de micro-computadores, atualmente, é em torno de 20 mil unidades/ano, enquanto que uma única empresa americana, a IBM, produz anualmente 3 milhões de unidades.

Muitos aspectos nos levam a crer que, com esta dinâmica, o que pode vir a ocorrer a curto prazo, no Brasil, é um processo de terciarização da sua economia, uma vez que setores significativos do capital produtivo nacional estão se transformando em meros importadores de bens de consumo ou de meros processadores de tecnologia de terceira ou quarta geração, adquiridas nas zonas francas internacionais. E a lógica não permite o contrário. A própria política de baixo assalariamento é um indicador desta tendência. Mesmo o discurso neo-liberal, hoje em voga, é um reflexo claro da debilidade econômica e política dos nossos governantes que, na atual conjuntura, buscam sustentação numa imaginária inserção na Modernidade, com argumentos que se sustentam e se difundem em fatores externos, e não a partir das potencialidades nacionais. Um exemplo típico é o exacerbado e súbito apoio a uma pretensiosa política de respeito ao meio-ambiente que mascara uma realidade de fundamento econômico nas relações internacionais do capital. Claro que devemos ter um profundo respeito ao meio-ambiente e o Estado nunca pode deixar de legislar e apresentar mecanismos de defesa à natureza. Porém, a mais primária das explicações sobre o meio-ambiente deixa claro que por "meio-ambiente" se compreende "homem" e "natureza" e não a adequação e subordinação irracional da natureza ao capital. Atualmente, no Brasil, os argumentos difundidos respaldam muito mais a absorção de tecnologias caras e não nacionalmente dominadas, do que mesmo o alegado respeito à natureza, o que vai gerar conseqüentemente novas dependências. E ainda, o não menos trágico que é o desvio e substituição de problemas maiores de absoluta necessidade de serem urgentemente resolvidos. No entanto, esse mesmo Estado, que difunde um discurso de inserção na Modernidade, é responsável pela intensifi-

cação de excedentes, a partir da poupança forçada, da produção extensiva e da ampliação da mais-valia-absoluta; mecanismos bastante arcaicos. Ao mesmo tempo, relega, a um plano secundário, investimentos em pesquisas científicas em setores estratégicos como, a Biotecnologia, Novos Materiais, Engenharia Espacial, domínio do Átomo, cuja manipulação e desenvolvimento deveriam ser, sem dúvida, de responsabilidade da Universidade, como produtora do saber. Isto sim, seria a única e real forma de alcançarmos a Modernidade.

O conceito de Modernidade só pode ser compreensível e socialmente assimilado se for respaldado por um processo acumulativo que respeite o equilíbrio entre a formação de capital e a mobilização de recursos, para o desenvolvimento das forças produtivas. Para isto, será indispensável uma formação escolar formal em todas as esferas do tecido social, assim como a viabilização de formas urbanas de vida, capazes de gerar uma identidade social digna, que sirva de fonte para uma identidade nacional, potencialmente adequada a um real padrão de Modernidade.

O novo reordenamento internacional permite-nos levantar algumas hipóteses. Três espaços econômicos e políticos definem-se como área de reprodução da hegemonia mundial: A Europa - 92, com sua unificação política e econômica, a Ásia, sob a influência do Japão, e os EUA, que definem suas fronteiras econômicas a partir de interesses comuns com o Canadá e em parte, com o México.

A Europa, com uma certa liderança da Alemanha unificada, tende a desenvolver sistemas de defesa econômicos específicos. Por outro lado, com o fim do militarismo soviético, que se deu a partir de um entendimento da não-possibilidade de uma agressão militar, permitiu a este país se libertar de um enorme custo econômico que era a defesa dos países satélites. Isto vai permitir que uma sofisticada tecnologia deste País, antes voltada para os esforços de guerra, seja transferida para o mercado produtivo.

Neste aspecto, o que se percebe é uma confluência de interesses. Os demais países da Europa incorporarão essa tecnologia, pois dela necessitam para fazer frente à hegemonia norte-americana. Por sua vez, a integração do Leste possibilita-

lhes um salto historicamente qualitativo nas relações de produção. Nesse aspecto, é interessante lembrar que esta região possui uma enorme fonte de energia natural, importantíssima para toda a Europa.

Vale ressaltar que, nessa região, problemas concernentes aos chamados direitos sociais, tais como: Educação, Saúde, Comportamento ético-social, já estão mais ou menos adequados aos padrões contemporâneos de Modernidade, o que viabiliza a baixo custo, e em curto espaço de tempo, uma integração econômica e social, respaldadas num somatório histórico de valores políticos, ideológicos e culturais, convergentes.

A Ásia integra-se sem alarde e de forma bastante harmônica, sob a liderança do Japão. Os chamados Tigres Asiáticos, cada vez mais expandem a sua capacidade de produção de bens de consumo, sobretudo aqueles que incorporam elementos da microeletrônica.

Politicamente, é inegável a aceitação, por parte do Japão, da forma de governo desenvolvida atualmente na China. Basta lembrar que, quando o Ocidente desenvolvia críticas severas aos métodos utilizados por este País, por ocasião do episódio da "Praça Celestial", o Japão não só silenciou, como aproveitou o momento para consolidar seus laços de amizade com aquele País.

Como outro exemplo deste comportamento, nós poderíamos citar o esforço da Coreia pela reunificação, assim como, a retirada das bases norteamericanas deste país.

Os EUA, imitando a Europa, desenvolvem também uma política de liberdade exclusiva de mercados com o Canadá. Isto se traduz tanto pela redução das taxas de importação/exportação, como outras vezes pela sua eliminação. Isso ocorre em setores significativos do mercado.

O México beneficia-se, neste processo, apenas pela sua proximidade e por ser reserva de fonte de energia.

Pelo exposto, o que podemos deduzir é que, se os países da América Latina, e o Brasil em especial, insistirem no atual comportamento de uma inadequada compreensão de inserção na Modernidade, preservando o processo em curso da não reversão imediata do alto índice de analfabetismo, precárias condições da educação, elevadas taxas de concentração de

renda e a aversão com que trata as instituições superiores de ensino e pesquisa científica, o papel que lhes caberá será apenas o de administrar epidemias, há séculos superadas, e suas crises cíclicas de militarismo.

Finalizando, o que podemos perceber é que, neste discurso falacioso de Modernidade, assumido por parte da sociedade política, que em nada se diferencia daqueles de passado recente, países de grandes potencialidades na América Latina., como o Brasil, Argentina, Chile, etc., continuarão formando um bloco periférico de pouca ou nenhuma possibilidade de uma real integração, preservando as fronteiras do subdesenvolvimento, uma vez que, nas relações internacionais do trabalho, definem-se simplesmente como consumidores de tecnologia atrasada e exportadores de bens primários e de matéria-prima básica, destinados à tecnologia de ponta dos países de Primeiro Mundo.

Obs. do Autor: Este artigo foi escrito no primeiro ano do Governo Collor de Mello

I. INTRODUÇÃO

Notas sobre a organização da Cultura: uma leitura de Gramsci.

Maria Bernadete F. de Oliveira
Profª. Adjunto IV-UFRN
Doutora em Linguística

Notas sobre a organização da Cultura: uma leitura de Gramsci

Maria Bernadete F. de Oliveira
Prof. Adjunta IV-UFRRN
Docente em História

I - INTRODUÇÃO

Discutir a obra de Gramsci, em qualquer que seja de seus aspectos, é sempre um desafio. Responsável por uma vasta obra, este autor conjuga seu papel de filósofo e militante, tendo como preocupação básica aprofundar os pressupostos científicos da Filosofia da Práxis. Nossa leitura de Gramsci, leva-nos a crer que este autor construiu uma obra teórica, cuja expressão máxima, diríamos, tem o objetivo de fazer fluir a consciência do ser social na busca de uma concepção transformadora de mundo. E, é neste contexto, que iremos tentar discutir a questão da organização da cultura em Gramsci.

Tratar da questão da cultura, em Gramsci, significa abordar diversos dos seus temas básicos. Significa, por exemplo, tratar dos organismos ditos privados, os “aparelhos privados de hegemonia”, que se situam na esfera da sociedade civil, e correspondem aos espaços privilegiados do exercício da hegemonia.

Por outro lado, referir-se à cultura ou aos organismos culturais significa também tratar de sua relação com a ideologia, na medida em que estes organismos são aqueles encarregados da difusão de visão do mundo, ou melhor dizendo, são os portadores materiais das ideologias. (1)

O papel dos intelectuais é outro dos temas que pode ser tratado, quando se estuda a organização da cultura, na medida em que, para este autor, os intelectuais constituem-se em uma categoria, responsável pela elaboração de visão de mundo, e articulando-se, no seio dos organismos privados, e, neles, exercendo suas atividades.

Finalmente, tratar da cultura significa, ainda, entender que, para Gramsci, os movimentos culturais podem se constituir em uma “reforma intelectual e moral”, atividade crítica, de penetração cultural, que percebe e/ou acompanha os processos revolucionários.

Percebe-se, portanto, que o estudo da cultura e sua organização, em Gramsci, assume várias dimensões. No presente artigo, vamos deter-nos em dois tópicos, isto é, de um lado, tentar apreender a evolução do conceito de cultura, no bojo do pensamento do autor; de outro, sumariamente, apresentar sua

visão sobre a organização da cultura, com ênfase no papel da escola e da linguagem.

Esta apresentação, contudo, terá um alcance limitado, à proporção que nosso objetivo se restringe a reproduzir nossa leitura dos textos deste autor, sobre o tema em questão, sem entrar em comparações com outros autores, ou mesmo críticas, as quais, porventura, possam ser feitas.

II - A CULTURA EM GRAMSCI

Em um texto, anterior aos Cadernos do Cárcere, de título "Socialismo e Cultura", datado de 1916, escrito no *Avanti*, ainda quando Gramsci era ligado ao Partido Social Italiano, este autor trava uma polêmica com Enrico Leone, sobre o papel da cultura. Segundo Leone, apenas a prática é o fato histórico, o instrumento através do qual a classe operária se prepara para o futuro. Gramsci contesta esta visão, que já neste momento considera reducionista, e que apresenta a cultura como um amontoado de conhecimentos, sem valor prático, e, portanto, inútil às classes subalternas e diz:

"É precisos perder o hábito de deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob forma de recipiente para encher e amontoar dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder, então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo. A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida,

os próprios direitos e os próprios deveres "(Escritos Políticos, Vol. I, pág. 83).

Percebe-se, pois, que, já em 1916, mesmo antes de seus escritos da maturidade, Gramsci elaborava idéias e propostas que iriam sedimentar uma compreensão não-reducionista do marxismo, além de considerar a práxis não como sinônimo de "ativismo", e sim como uma síntese entre teoria e ação.

Nesta sua colocação, apresenta-se uma concepção de cultura bastante ampla, que se ao mesmo tempo desconsidera a cultura como algo meramente livresco e com caráter apenas informativo, por outro lado, a considera como sendo de natureza superior, vinculada à própria formação da consciência, e da historicidade do ser social.

Da cultura para ele, faz parte, portanto, a tomada de consciência de si mesmo, do contexto social e da realidade histórica em que está inserido o ser social. Em uma outra passagem do mesmo texto afirma ainda:

"Conhecer-se a si próprio quer dizer ser ele próprio, isto é, ser dono de si próprio, distinguir-se, sair do caos, ser um elemento de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina que tende para um ideal." (pág. 85)

E, complementa:

"O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza" (pág. 83).

Esta tomada de consciência social e histórica é aos mesmo tempo, construção de si mesmo e dos outros. Mas, adverte ele, este processo não ocorre por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade⁽²⁾, como acontece na natureza.

Neste sentido, é que se pode entender a autoconsciência, como uma consciência que é ao mesmo tempo solidária

com a consciência dos outros e com a tomada de consciência do devenir histórico da humanidade. Ou seja, o processo individual do conhecimento e da autoconsciência é, paradoxalmente, um processo fruto de uma vontade coletiva.

A partir desta sua visão, pode-se começar a entender um embrião da função revolucionária que está contida em sua noção de cultura, quando este afirma que todo processo revolucionário deve se precedido de um movimento intenso de crítica e de penetração cultural. (3)

Em outro de seus artigos, ainda na fase dos escritos no jornal *Avanti* ao autor desmonstra sua preocupação com relação ao conceito de cultura da forma que este é absorvido pela classe operária.

Para ele, os mais humildes acreditam que cultura equivale a saber de tudo um pouco, aquilo que exatamente é realizado na "Universidade Popular" de Turim, a qual, diz ele, nem é universidade, nem tampouco popular, e afirma: cultura, significa:

"Exercício de pensamento, a aquisição de idéias gerais, hábito de conectar causas e efeitos". (Escritos Políticos, vol. I, pág. 128),

e, neste sentido, todos os homens são cultos, porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos, embora façam isso empiricamente e não de forma orgânica. Afirmação essa, que, na verdade, pode ser considerada uma primeira versão de sua reflexão futura. ou seja, que "todos os homens são intelectuais".

É ao entender os problemas que se colocam para uma cultura socialista. ou, a tomada de consciência do movimento obreiro, que Gramsci considera ser necessário organizar a cultura, da mesma forma que se organiza a atividade prática, reexaminando, portanto, sua própria concepção de cultura e o papel dos intelectuais.

Afirma ele

“A educação, a cultura, a organização universal do saber e da experiência representa a independência dos intelectuais por parte das massas. A fase mais inteligente da luta contra o despotismo e os intelectuais de carreira e contra a autoridade por direito divino é o que intensifica a cultura e dá oportunidade ao conhecimento. E, não pode ser deixada para amanhã, para quando sejamos livres politicamente. Ela mesmo, é liberdade, estímulo para a ação e condição de ação”. (Estudos Políticos, pág. 128).

Esta compreensão da importância da organização da cultura, enquanto elemento primordial na superação do senso comum por parte das classes subalternas levou Gramsci a aprofundar-se sobre este tema, pesquisando a formação dos intelectuais italianos durante vários períodos históricos, desde a Idade Média, passando pelo Renascimento, e chegando ao período do fascismo. A história da cultura, unida à totalidade da vida, tem estado sempre presente em todas as suas reflexões, e em especial, o homem de cultura, o intelectual.

“Se é verdade, diz ele, que os homens tomam consciência dos conflitos de estrutura no terreno das ideologias; se é verdade que a realização de um exercício hegemônico determina uma reforma de consciência e dos métodos do conhecimento (introduz-se uma nova moral a partir de uma nova concepção de mundo), se é verdade que as estruturas e as superestruturas formam um bloco histórico; e que o conjunto completo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção, está claro a função de he-

gemonia que cabe aos intelectuais. Porém, também é claro a necessidade de mudar o intelectual.” (Concepção dialética da História, pág. 11).

E, a este intelectual cabe a elaboração de uma concepção de mundo que se realizará como “luta cultural” para transformar a mentalidade popular. E é neste sentido que adverte.

“ Criar uma nova cultura, portanto, não significa unicamente fazer descobertas originais, individuais, porém significa sobretudo difundir criticamente as verdades descobertas e socializá-las, convertendo-as em base de ação viável, em elemento de coordenação e de ordenamento intelectual e moral. “(CDH).

É esta concepção de cultura que atribui à filosofia da práxis a tarefa de levar a um movimento cultural a “reforma intelectual e moral”, que substitua o senso comum e as velhas e dominantes concepções de mundo.

A filosofia da práxis é um momento da cultura moderna, uma cultura superior, na medida em que se propõe a modificar os modos de pensar, através de ações e reações não aparentes e não imediatas. E, é nesse sentido, que, para ele, a reforma protestante foi uma “reforma intelectual e moral” que criou uma cultura superior, da mesma forma que o “iluminismo”. Esta reforma tinha como base uma concepção de mundo, ou uma ideologia orgânica, e não arbitrária, na medida em que esta ideologia é necessária a uma determinada estrutura. o nexo entre cultura e política constitui portanto uma presença indispensável no texto gramsciano. Diz ele

“ A afirmação de que a filosofia da

práxis é uma concepção nova, independente, original, mesmo sendo um momento do desenvolvimento histórico mundial, é a afirmação da independência e originalidade de uma nova cultura em gestação, que se desenvolverá com o desenvolver-se das relações sociais. "(Os intelectuais e a organização da cultura, pág. 109).

- A ESCOLA E A LÍNGUA

"Para o proletariado é necessária uma escola desinteressada. Uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de tornar-se homem, de adquirir os princípios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, como a entendiam os antigos e os mais recentes homens do Renascimento" (Escritos Políticos I, pág. 101).

"A escola-em todos os seus níveis e a igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número do pessoal que utilizam". (Concepção Dialética da História, pág. 29).

Estas duas referências à escola enfatizam o seu papel enquanto instrumento de formação dos intelectuais em seus diversos níveis. Esta escola, desinteressada, deve ser produtora de homens, e quanto mais extensa for a área escolar, e quanto mais numerosos forem os seus graus, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado, e seu conteúdo deve ser aquele que aponta o caminho da investigação.

É no bojo do papel da escola, que Gramsci discute com maior profundidade o papel do intelectual, afirmando que

“cada grupo social (classe no mundo da produção) cria um si - de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (Os intelectuais e a organização da cultura, pág. 3).

Ao discutir à concepção do que seja o intelectual, Gramsci considera que o erro metodológico mais difundido consiste em se buscar esta definição, naquilo que é intrínseco às atividades intelectuais, quando as distinções devem ser buscadas no conjunto do sistema de relações sociais, no qual este tipo de atividades e os grupos que as personificam estão inseridos. É esta conceituação que lhe vai permitir afirmar

“ Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. (Os intelectuais e a organização da cultura, pág. 7).

Percebe-se, pois, a implicação do conceito de homem para o autor. Um conceito, onde o homem é um conjunto das relações sociais que desempenha uma atividade cognitiva, atividade esta referida em vários momentos de seus escritos e reflexões, e que contraria uma visão de homem enquanto ser assujeitado e mecanicamente determinado.

Entendendo a escola como um “locus” privilegiado de formação dos intelectuais, Gramsci analisa as características da escola de sua época, de orientação basicamente jesuítica, e a reforma educacional italiana, também conhecida como “Reforma Gentile”, o projeto fascista no plano educacional.

Uma das propostas desta reforma diz respeito à divisão da escola em clássica e profissional, caracterizando-se para o autor como o caminho para abolir a escola “desinteressada”, afastando, cada vez mais, as camadas populares do acesso à cul-

tura geral, humanista. A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era, pois, um esquema racional. A escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica se destinava aos dominantes e aos intelectuais.

De uma forma geral, a crítica de Gramsci vai no sentido de que hoje, cada vez mais, tende-se a abolir a escola desinteressada e formativa, o que coloca em discussão o princípio da orientação de cultural geral.

Reconhece, no entanto, o autor que na civilização moderna, as atividades práticas se tornam complexas, as ciências se mesclam à vida, fazendo surgir a necessidade de escolas especializadas. Surge a escola técnica, que visa a formar um novo tipo de intelectual urbano, face ao desenvolvimento da base industrial, e a cada atividade prática tende a criar para si uma escola especializada própria.

Entendendo o funcionamento desta instituição como um espaço de preparação dos intelectuais à superação do senso comum, e à construção de uma nova concepção de mundo, o autor propõe como modelo de escola a "escola única" - inicialmente de cultura geral, humanista, formativa, mantendo um equilíbrio entre o desenvolvimento da capacidade do trabalho manual e intelectual.

Nesse sentido, Gramsci reivindica uma escola elementar e média, com uma sólida formação cultural inicial, antes de qualquer profissionalização. Este novo humanismo implica a associação da capacidade intelectual, tendo como princípio educativo básico o trabalho. (4)

O ensino de terceiro grau, também, é objetivo de estudo do autor e, para este nível de ensino, propõe o papel fundamental de exercer a unificação da produção científica, cultural e artística de uma dada sociedade, visando a elaborar e divulgar o conhecimento científico, deixando de ser "cemitérios da cultura", e passando a assumir na cultura nacional o papel que até então vem sendo desempenhado pela Igreja Católica. (6)

O texto gramsciano indica a preocupação e a lucidez por parte deste filósofo e militante político, no tratamento da questão da cultura e sua organização (5), e é a partir de sua

conceituação da escola, e de sua importância, enquanto instituição responsável pela formação dos intelectuais, que podemos começar a apresentar o papel da linguagem neste contexto.

Gramsci afirma que a linguagem é essencialmente um nome coletivo, ela não pressupõe um coisa única, nem no tempo nem no espaço. Linguagem, para ele, significa também cultura e filosofia, ainda que no nível do senso comum, e, portanto, o fato linguagem é, na realidade, uma multiplicidade de fatos organicamente coerentes e coordenados. E, se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor complexidade de sua concepção de mundo.

Neste entendimento, coloca-se a importância do estudo da linguagem, na medida em que toda língua nacional é permeada de uma intensa substância cultural, a qual, por sua vez, está relacionada a um processo de produção também cultural. No entanto, adverte o autor:

*“criação cultural não é criação artística, e sim uma, atividade política”
(Literatura e vida nacional, pág. 27).*

Considerando, portanto, que toda expressão cultural, toda atividade moral e intelectual manifesta-se através de uma língua historicamente determinada, é que pode-se compreender a concepção de linguagem do autor, não como uma fotografia, ou seja, inerte que apenas tem a função de reproduzir a realidade, mais sim como,

“um conjunto de modos de expressão e de imagens que não fazem parte da gramática literatura (e vida nacional, pág. 27).

ou ainda como,

“um conjunto de noções e de conceitos determinados, e não, simplesmente, de palavras

gramaticalmente vazias de conteúdo (Concepção, Dialética da História, pág. 11).

Ora, se a língua é um dos meios que possibilita a aprendizagem formal da cultura superior e, sendo esta um instrumento que permitirá às classes subalternas construir uma nova concepção de mundo, diferente daquela do senso comum, podemos perceber a partir daí a necessidade do estudo da linguagem, por este autor, e suas relações com a organização da cultura, enquanto fator preponderante na ação política.

Ao tentar estudar a formação ou processo de estabelecimento da língua nacional, no caso específico, da língua italiana, uma das primeiras preocupações deste autor refletiu-se em sua investigação sobre a língua escrita, veículo de transmissão de cultura, por excelência, e ao mesmo tempo, instrumento de poder e dominação. Investiga o surgimento da língua italiana, em sua modalidade escrita, a partir das relações que se estabelecem entre os intelectuais e o povo/nação, tendo como referência a forma de língua utilizada por estes intelectuais.

Nesse sentido, o autor realiza uma breve descrição das línguas neolatinas, originárias do latim vulgar (modalidade oral da língua), em contraposição ao latim literário (modalidade oral e escrita). (7)

Aponta o surgimento da língua italiana, a partir do dialeto florentino, o dialeto de maior prestígio, no qual a sintaxe era latina, embora a fonética e o vocabulário apresentem as características da "nova" língua italiana em formação.

Esta nova língua, surgida com a ascensão da burguesia italiana, passa a substituir o uso escrito do latim literário e, aos poucos, torna-se a língua padrão nacional, promovendo a unificação lingüística italiana. De acordo com Gramsci, sacraliza-se esta forma de língua, segundo o mesmo processo que ocorreu com o latim literário, mantendo-se a dificuldade do acesso à cultura daqueles das classes subalternas.

Esta constatação do autor, aliada ao seu conhecimento da situação lingüística italiana, onde existe uma pluralidade de dialetos, os quais, em sua maioria, se manifestam apenas na oralidade, conduziu a mais uma de suas preocupações com o domínio da língua padrão, na medida em que, diz ele:

"... quem fala somente o dialeto participa necessariamente de uma intuição de mundo mais ou menos restrita e provinciana, anacrônica de mundo mais ou menos correntes do pensamento que dominam a história, seus interesses serão restritos e corportativos e não universais. Uma grande cultura pode traduzir-se na língua nacional, mas não em um dialeto" (Concepção Dialética da História, pá. 13)

Resumindo, este o pano de fundo, sobre o qual Gramsci discute o ensino da língua relacionado à formação cultural daqueles da classe subalterna. E, é, ainda, nesta direção que ele critica a reforma Gentile (reforma educacional), quando esta propunha que se abolisse o ensino da língua padrão e suas formas gramaticais ⁽⁸⁾. Diz ele:

"se se fala de um modo historicamente determinado por nações ou áreas lingüísticas, pode-se prescindir do ensino deste" modo historicamente determinado"?

e complementa.

"trata-se, no fundo, de uma forma de liberalismo das mais desordenadas e absurdas... se a gramática é excluída da escola, nem por isso será excluída da vida real".

Para Gramsci, o que ocorre com esta postura, elitista e idealista, é que, mais uma vez

"exclui-se do aprendizado da língua culta a massa popular nacional" (Literatura e Vida Nacional, pág. 174),

Estas são nossas primeiras considerações sobre o tema. Para concluir, embora não para finalizar, diríamos que para Gramsci, a necessidade da organização da cultura, em suas várias dimensões, é um imperativo à ascensão das classes subalternas, pelo fato de que esta se constitui em elemento indispensável à reforma intelectual e moral, que, segundo seu pensamento, deve acompanhar e mesmo preceder ao processo de transformação de uma sociedade.

NOTAS

- 1 - A ideologia, para este autor, não consiste em um simples reflexo das relações, que ocorrem no nível econômico. Atribui à ideologia uma tríplice dimensão: a) cognitiva - esfera na qual os homens tomam consciência das contradições do real; b) ontológica - nível superestrutural da totalidade social e "forma" da estrutura econômica; c) axiológica - normativa-horizonte de valores que apelam à ação, à prática. (Portelli, 1983)
- 2 - Gramsci entende vontade como "uma vontade coletiva". Sobre o tema, ver deste mesmo autor, "Maquiavel, a Política e o Estado Moderno", onde este conceito aparece associado ao papel do Partido, e à natureza do Estado nas sociedades complexas.
- 3 - E, é nesse sentido, que se pode dizer que o iluminismo foi o movimento cultural, a reforma intelectual e moral que precedeu e preparou a revolução francesa. Isto significa, em outras palavras, pensar no conjunto de valores que elaborados, a partir de uma concepção filosófica, perpassam uma dada sociedade em determinados momentos históricos, e são absorvidos com valores universais, pelo conjunto da sociedade. Isto acontece, segundo Gramsci, em determinados momentos, quando o bloco histórico no poder detém a hegemonia, o consenso sobre o conjunto da sociedade.
- 4 - Aponta, entre outras, algumas das características desta escola: carreira escolar em seus vários níveis, de acordo com a

idade e com o desenvolvimento intelectual dos alunos; responsabilidade do Estado, de forma a envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou classes, tendo como tarefa, além da instrução formal, o desenvolvimento do conceito de cidadania.

- 5 - Nesta direção, é conveniente lembrar a experiência deste autor na fábrica, na formação dos conselhos de fábrica, nos jornais Avanti do PSI, e no Ordine Nuovo do PCI, experiências que o levaram a refletir sobre a necessidade de se trabalhar na direção do desenvolvimento cultural e intelectual da classe operária, ou grupos subalternos, como condição para superação do senso comum e a construção de uma nova concepção de mundo, ou, nos seus termos, de uma "reforma intelectual e moral".
- 6 - Gramsci considera a Igreja como um grande intelectual orgânico, principalmente no que se refere ao Estado Italiano. Para maiores detalhes, ver H. Portelli, "Gramsci e a Questão Religiosa".
- 7 - O processo lingüístico: latim vular, a língua falada, origina as línguas oficiais quando da formação dos estados nacionais. A língua nacional, nos Estados Europeus, foi estabelecida a partir do dialeto de maior prestígio e que em geral estava associado àquela forma de língua utilizada pela classe dominante política, econômica e intelectual.
- 8 - Gramsci considera dois tipos de gramática. Aquela "imaneente" à própria linguagem, razão pela qual uma pessoa fala de acordo com a gramática sem sabê-lo. E aquela de natureza normativa, constituída pelo controle e ensinamento recíprocos, dentre as quais detaque a "gramática normativa escrita". Esta, diz ele, pressupõe sempre uma escolha, uma orientação cultural, é sempre um ato de política cultural-nacional. (Literatura e Vida Nacional).

BIBLIOGRAFIA

1-GRAMSCI, A. - **Escritos Políticos**, vol. I. Lisboa, Seara Nova, 1976.

Os intelectuais e a organização da cultura. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.

A concepção dialética da História. São Paulo, Civilização Brasileira, 1979.

Literatura e Vida Nacional. São Paulo, Civilização Brasileira, 1976.

2 - PORTELLI, H. **Gramsci e a questão religiosa**. Petrópolis, Vozes, 1983.

O DISCURSO DA CARTA COMERCIAL EM PORTUGUÊS¹

M. Carmelia Machado, PhD
UFRN

¹ Trabalho apresentado na 1991 Georgetown University Linguistics Rounds Table (CURT91), mesa de Português.

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5 n. 2, p. 57-72 Julh/Dez. 1992

O artigo, aqui apresentado, oferece alguns resultados, ainda preliminares, de um estudo que vinha sendo desenvolvido pela nossa querida amiga e colega, Dra. Maria Carmélia Machado Filha. Este trabalho, tal como está, foi apresentado na Georgetown University Round-Table on Applied Linguistics, em Washington, DC, 1991. O Prof. Dr. Carl James, da Universidade de Bangor, na Grã-Bretanha, vinha sendo seu colaborador, tanto nas pesquisas realizadas quanto nas discussões resultantes das mesmas.

Carmélia partiu do pressuposto de que um bom conhecimento sintático e morfológico de uma língua não são os únicos requisitos indispensáveis para a boa estruturação de um texto e que se deveria proceder à valorização dos princípios que regem a organização textual. Para tanto, ela desenvolveu uma extensiva análise de cartas comerciais, estabelecendo a relação variação linguística a propósito do escritor. O estudo leva à constatação da necessidade de se ensinar, na escola, a escrever cartas. Essa habilidade, embora de grande valia para preparação do indivíduo, tem recebido pouca atenção por parte dos educadores.

A idéia foi lançada por ela, segue seu curso através do trabalho do Prof. Dr. Carl James e de tantos outros que valorizam as diversas modalidades da expressão humana.

A pesquisa na área de Linguística Aplicada origina-se na observação do indivíduo e os resultados obtidos são aplicados em benefício do próprio indivíduo.

Cartas: Por que?

Ao escrevermos cartas, o nosso propósito é comunicar idéias, sentimentos, aspirações. Talvez, por isso, tenha Carmélia se preocupado em conhecer mais de perto este gênero do discurso escrito. A escolha desta modalidade de comunicação entre os seres humanos nos revela um pouco mais da sua maneira de ser: preocupada, e muito, com sua profissão, extremamente dedicada, apaixonada, mesmo, por sua pesquisas, que começavam da observação do seu dia-a-dia profissional. Não obstante, cada aluno - objeto de sua pesquisa - era, acima de tudo, sob a ótica da pesquisadora, um ser humano, a quem, antes de observar com olhos de cientista, Carmélia agnava com a dedicação e capacidade para amar, bem característico de nossa amiga e colega.

Carmélia se foi, deixando, contudo, entre nós, mais do que saudades.

A nível concreto, deixou-nos a idéia do desenvolvimento de um laboratório de redação, que beneficiará os alunos de todas as áreas. Deixou-nos, acima de tudo, um exemplo singular de conduta profissional e humana. Cabe-nos, agora, a tarefa de preservar sua memória, resgatando e implementando suas idéias.

Maria Beatriz Piccoli C. D e Souza

A pesquisa em Análise do Discurso tem buscado identificar o que ocorre quando as pessoas usam a linguagem para contar uma história (análise da narrativa), quando elas conversam socialmente ou quando procuram trocar idéias e experiências (análise do discurso oral/conversação). Em todas estas interações linguísticas, buscam-se os traços que identificam o que as pessoas fazem com a linguagem quando se comunicam. Os estudiosos têm dedicado maior atenção à análise do discurso oral do que ao discurso escrito. Poderíamos dizer que a escassa pesquisa do discurso escrito está relacionada à rigidez prescrita para o mesmo, que deve obedecer a normas préestabelecidas e, por conseguinte, pensa-se que poucas serão as novidades a serem encontradas nesta forma de expressão da língua. No entanto, como veremos aqui, o discurso escrito não é tão estanque quanto se poderia pensar, e encontramos variações que fogem às regras pre-estabelecidas. O gênero carta é um exemplo desta não observação dos padrões tradicionais na sua organização e estruturação.

O gênero carta quase não foi estudado. Poder-se-ia pensar que existe uma correlação entre o número de trabalhos sobre cartas e a importância da "carta" como um gênero do discurso escrito e como um meio de comunicação entre as pessoas, com finalidades as mais diversas possíveis. Entretanto, é nossa opinião que o desinteresse por este gênero de discurso escrito deve-se ao fato de que a carta é sinônimo de correspondência pessoal e este meio de comunicação está em desuso. Uma outra razão é a falsa crença de que é simples escrever uma carta comercial, pois os manuais dão orientação para tal. Neste trabalho, analisaremos algumas cartas comerciais em Português, escritas por empresas interessadas em vender o seu produto ao "caro" receptor da referida mensagem. Mostraremos a estruturação e organização destas cartas e a função que a linguagem usada procura exercer no receptor.

Pouco se tem escrito sobre o gênero "carta". Silva (1983) estudou a variação do sujeito em cartas informais, escritas por cariocas. Em seu estudo, o emissor e o receptor da carta eram pessoas amigas. Machado (1989) argumenta que a carta formal possui uma linguagem formulaica que deve ser seguida e se isto não acontecer o emissor corre o risco de quebrar esquemas definidos com possíveis implicações a nível comunicati-

vo. Violi (1985) mostra que na carta encontramos alguns traços inerentes a este gênero do discurso escrito. A relação pronominal da carta é sempre do tipo “eu” “você”. Quase nunca existe referência à 3ª. pessoa e, quando existe, esta terceira pessoa não faz parte da interação. O segundo traço é a presença de um emissor, o “eu” e de um receptor, o “você”. O emissor assume a responsabilidade, pelo menos em tese, do que é dito na carta através de sua assinatura e o receptor compartilha o conteúdo da mensagem ao abrir e ler a carta a ele(a). O terceiro traço é o referencial espaço-tempo. A data da carta, o referencial espacial e o tempo verbal usado remetem o leitor para o momento em que a carta foi escrita. O único outro trabalho de que tenho conhecimento, que analisa cartas, é o de Jenkins & Hinds (1987). Neste trabalho, os autores discutem a forma e o conteúdo da carta comercial em Inglês, Francês e Japonês, tendo como preocupação investigar a diferença cultural na organização dos textos, nos três grupos. Não há, no entanto, uma análise mais cuidadosa da linguagem usada nas cartas e o possível efeito dos recursos lingüísticos, no receptor. Com exceção destes trabalhos, apenas os manuais de redação falam sobre cartas, sem, no entanto, fazer considerações sobre a unidade do discurso da carta.

Nos manuais de redação, os autores ensinam sobre as partes que devem compor uma carta, as diferentes possibilidades de saudação de abertura e de encerramento. A preocupação está limitada às fórmulas que compõem a carta. Todavia, as fórmulas não constituem a parte mais importante e interessante da carta comercial; elas apenas ilustram a forma rígida e tradicional prescrita para esse gênero do discurso escrito, que nem sempre é seguida.

Tanto na carta pessoal quanto na carta comercial existe um leitor em mente. Na carta pessoal, o leitor é conhecido e é o receptor da carta. Na carta comercial, este leitor é pessoalmente desconhecido, mas o seu perfil é conhecido e levado em consideração no momento em que a carta está sendo redigida. O tempo referencial e espacial é mais marcado na carta pessoal e o leitor retrocede no tempo para compartilhar com o emissor dos fatos contados na carta. Na carta comercial, é menos comum haver retrocesso temporal tendo em vista a não familiaridade entre o emissor e o receptor.

A carta também possui uma organização interna que deve ser seguida. Ao escrever uma carta, o emissor parece levar em consideração certos traços discursivos e organizacionais na composição de sua mensagem. Na carta pessoal, o discurso é informal, dada a aproximação das pessoas, e os assuntos são abordados de maneira descontraída. Silva (1988) observa que a carta pessoal, dada a sua natureza informal e destituída de objetivos a alcançar, a não ser a comunicação entre as pessoas, possui traços próprios ao discurso oral. A carta pessoal aproxima-se de uma conversa casual que obedece às regras e convenções da escrita. A subjetividade do emissor aparece na carta informal e “pode tomar conta de toda a mensagem, que se torna, então, o veículo da expressão pessoal do destinador”. (Vanoye, 1982 p. 92) Na carta comercial, embora o discurso possa parecer próximo e descontraído, ele é destinado a identificação pessoal. Este recurso usado pelo emissor visa a aproximar o receptor da mensagem contida na carta, pois “o leitor não se sentirá envolvido pelo texto se não na medida em que ele tiver a impressão de que este texto se endereça efetivamente a ele”. (Vanoye, 1982 p. 105) A aparente proximidade entre o emissor e o receptor é apenas um artifício psicológico e social do receptor.

Vemos, assim, que o estudo do gênero carta é muito mais diverso do que se possa imaginar. Os elementos encontrados na carta pessoal nem sempre são encontrados nas cartas comerciais e, mesmo neste tipo de carta, há diversidade na apresentação e organização da mesma. A estrutura da carta comercial varia dependendo da transação comercial de que ela trata. Uma carta que vende um produto ou um serviço é organizada de maneira diferente da carta que agradece pela escolha de um produto, ou que lembra um prazo a ser obedecido. Provavelmente, a carta comercial de empresa para empresa tem uma organização completamente diferente das que aqui serão estudadas. Em resumo, há evidência de que a organização textual da carta comercial varia de acordo com o objetivo e o propósito da carta.

1. ESTRUTURA DAS CARTAS

Neste trabalho, foram analisados 20 (vinte) cartas comerciais recebidas pelo correio e enviadas por empresas inte-

ressadas em vender algum serviço. Os serviços oferecidos são os mais diversos: venda de apólice de seguro de vida, seguro de bens e imóvel, seguro de acidente, vantagens de usar ou obter cartão de crédito ou cartão especial de algum estabelecimento comercial e venda de algum produto como, assinatura de revista ou jornal.

1.1 Seção de abertura

A saudação de abertura usada nas cartas é sempre os cliclêns próprios à correspondência enviada a um receptor desconhecido e não familiar. As expressões mais usadas são "Prezado Cliente", "Prezado Associado," ou até mesmo "Prezado Amigo." Este tratamento delimita o universo das pessoas que estão recebendo a correspondência. Segundo Beltrão (1987), "o vocativo epistolar deve refletir a realidade (...) esta, essa ou aquela expressão será aplicada consoante as relações comerciais, a amizade, o momento ou os interesses em mira." (p. 103)

A data da carta é um elemento importante na correspondência, uma vez que situa o emissor e o receptor no tempo. No entanto, observamos que a maioria das cartas analisadas não são datadas. As que apresentam alguma referência temporal-espacial omitem a data em que a carta foi escrita, e apenas se referem ao local de origem, mês e ano em que a carta foi enviada. Esta ausência de um dado importante à estrutura da carta pode ser explicada como sendo proposital. Se as cartas não forem datadas, elas poderão ser produzidas em grande quantidade para serem enviadas a qualquer tempo. A carta datada tem um prazo para ser enviada ao receptor. As poucas cartas que têm data específica, em geral, tratam de assunto financeiro, com prazo delimitado para a execução da operação apresentada, como nos exemplos a seguir:

- (1) ... para o mês de agosto a nossa taxa é de 9,98% ao mês, para o primeiro pagamento. É metade da taxa de inflação, que tem sido em torno de 20% ao mês. (C-1)²

2 - Uma letra seguida de um número entre parênteses, após cada exemplo, refere-se à carta de onde o exemplo foi retirado.

(2) a elevação dos preços dos automóveis e caminhões ocorrida nos últimos meses deve ter tornado a importância segurada de sua apólice insuficiente. Para solucionar este problema, a S.A. sugere que você ajuste tal valor. (C-14)

(3) A partir de hoje, você, ao usar seu C.P. terá um prazo máximo de 40 (quarenta) dias para o pagamento sem juros. (C-18).

Em (1), a empresa justifica-se pela cobrança de juros do cartão especial; em (2), a companhia de seguros desculpa-se pelo aumento no valor do seguro de automóvel e em (3) a firma estabelece o prazo para início da efetivação da transação comercial. Como nos três casos há um prazo fixo para que haja o ajuste financeiro, estas cartas estão datadas com dia, mês e ano.

A frase de abertura das cartas é em geral, direta e trata do assunto da carta. Dispensam-se as frases elaboradas e buriladas que, em geral, os manuais listam como sendo as preferidas para se abrir uma carta comercial. Somente em dois casos, o emissor fez uso das frases feitas. Esta maneira diferente de iniciar a carta explica-se pela natureza das cartas. É importante ganhar tempo, prender a atenção do leitor e fazer com que ele leia a carta que lhe foi enviada. A frase de abertura da carta é o tema central da carta, como ilustramos a seguir.

(4) Indiscutivelmente, as C.P têm como princípio oferecer aos seus clientes sempre os melhores preços e mercadorias. (C-15)

(5) Você conhece perfeitamente as vantagens da utilização de Cartão de Crédito na compra de bens e serviços. (C-17)

1.2. Seção de encerramento

A saudação final da carta é simples e descontruída e usa-se clichês tais como, "Atenciosamente," "Cordialmente," "Cordiais Saudações," e até "Um cordial abraço" e "Um abraço." As suas últimas saudações aparecem apenas uma vez, cada uma.

Observou-se nas cartas analisadas que o fecho das mesmas dispensa as frases feitas, recomendadas para encerrar uma carta comercial. Em lugar destes, usa-se frases amigáveis expressando a disponibilidade do emissor em servir ao receptor.

(6) Conte com quem entende o seu estilo.

Conte com o A.E.C. (C-2)

(7) Em caso de dúvida, estamos sempre prontos a esclarecê-las, através do nosso Serviço de Atendimento a Associados... (C-12)

(8) Para maiores informações, o nosso Departamento de Crédito está a sua disposição na loja R... onde normalmente você faz suas compras. (C-1)

Uma outra maneira de encerrar as cartas é reforçar a importância de uma tomada de decisão por parte do receptor. Neste caso, valoriza-se a oportunidade oferecida e o receptor, este por fazer parte do grupo seletivo de pessoas que irão desfrutar do produto apresentado.

(9) Aproveite esta oportunidade. Ela é exclusiva para os associados C... (C-8)

(10) Em pouco tempo você vai desfrutar da exclusividade de ser um dos primeiros associados do O.C. (C-14)

(11) Você, que é nosso cliente..., deve juntar-se, agora, a esse grupo especial que possui o O.C. (C-17)

3 A frase de encerramento do tipo "Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos..." e similares não aparecem em nenhuma das cartas analisadas.

- (12) Junte-se aos nossos assinantes. E faça parte de um time de vencedores. (C-20)

Segundo Beltrão (1987), o fecho de uma carta comercial obedece à hierarquia fixa, e ele variará dependendo da posição social do emissor e do receptor. As cartas aqui analisadas, por não possuírem a rigidez de uma carta comercial, não são encerradas na maneira sugerida nos manuais de redação. Ou consideramos que estas cartas quebram a norma padrão das cartas comerciais, ou consideramos que elas fazem parte de um grupo diferente de cartas comerciais. Defendemos a segunda posição, tendo em vista que o **objetivo** destas cartas é **convencer** o receptor a adquirir o serviço oferecido. O emissor tenta aproximar-se do receptor para poder dar o seu **aconselhamento** a este “amigo” desconhecido, mas cujo perfil já foi traçado pelo emissor.

1.3. Núcleo da carta

Observamos a predominância do padrão problema-solução nas cartas analisadas. É muito comum o emissor apresentar uma situação problema cuja solução é o produto sendo apresentado.

- (13) Você sabe que acidentes acontecem. = 4

Por essa razão, nós da C... estamos lhe oferecendo o melhor Plano de Seguro de Acidentes Pessoais, para dar a você e sua família a tranqüilo e proteção que merecem. (C-8)

- (14) Uma das maiores preocupações que você pode ter, nos dias de hoje, está representada pela preservação do seu patrimônio. = E, sem dúvida, uma forma de proteger nossos imóveis é fazer um seguro residencial. (C-9)

4 O sinal = marca o início de um parágrafo.

É possível, também, que o emissor faça uma avaliação do problema que surgiu e da resposta apresentada. Em (15), o autor da carta apresenta um problema, mostra a extensão do mesmo, em seguida apresenta a solução para o problema e faz uma avaliação da solução proposta.

- (15) A inflação atinge a todos indistintamente. = Por isso, a maioria dos cartões de créditos de lojas já se rendeu à necessidade de cobrar a despesa financeira do período que antecede ao primeiro pagamento de suas compras. = A R..., buscando proteger seus clientes, adiou esta decisão até quando pôde. = Mas a partir de 1º. de agosto vamos ter que fazer o que outros já fizeram. = Porém, (...) a nossa política será a de ter sempre a menor taxa de juros do mercado. (C-1).

Neste exemplo, temos uma avaliação dentro de outra avaliação. No penúltimo parágrafo, o emissor defende-se da decisão tomada, demonstrando o respeito ao consumidor, e avalia a sua decisão na frase que se inicia com a conjunção **porém**.

Outro recurso de estilo usado nas cartas é sensibilizar o receptor através da sua valorização pessoal, antes de apresentar o produto a ser vendido. Às vezes, a valorização do receptor está associada à valorização que a empresa já possui e que é destacada.

- (16) Falando com franqueza, não é qualquer pessoa que pode ter o A.E.C. = E nem todas que o têm solicitado são aprovadas. = Todavia, como acreditamos que você terá muitas vantagens com o A.E.C., estamos anexando a esta carta um convite especial para que você nos solicite o mais respeitado instrumento financeiro existente no mundo... = O A.E.D. é a mais perfeita demonstração do velho adágio inglês "You get what you pay for" ou, numa tradução livre, "Você tem o que merece." (C-11)

- (17) Você, que é um cliente preferencial do BB, deve

estar percebendo a evolução do seu Banco, buscando alternativas... = Agora o BB se associou a V.I. para lançar ao Brasil o cartão de maior prestígio - OC (...) = Com o OC, você gozará do prestígio de ter nas suas mãos o instrumento financeiro mais avançado do mundo, com a segurança que só o aval do BB pode dar. (C-13)

Certas frases procuram influenciar a decisão do receptor, apresentando-lhe as vantagens que a empresa oferece para facilitar a compra do produto apresentado.

(18) Utilize ainda a comodidade dos nossos serviços que lhe permite: pagar em até 30 dias, financiar suas compras em até 3 (três) vezes e receber em casa os produtos selecionados, com rapidez e segurança. (C-2)

(19) ... as últimas páginas trazem a comodidade de poder adquirir produtos de qualidade sem sair de casa. (C-3)

(20) Este novo serviço foi criado com uma vantagem a mais: você não precisa apresentar documentos nem solicitar vistorias. O seu Seguro Residencial é pré-aprovado. (...) = E faça o seu seguro de sua casa sem sair de casa. (C-5)

Podemos observar que, nas cartas analisadas, o emissor, sutilmente, **pressiona** o receptor a adquirir o seu produto. Ele apresenta problemas e soluções, valoriza o receptor, a empresa e o produto. O interesse do emissor é persuadir o receptor a fazer o que ele deseja sem deixar que o receptor tenha a sensação de estar sendo pressionado. Daí vem a razão porque o emissor se apresenta como alguém próximo ao receptor. Na verdade, o que temos aí é apenas o uso de um recurso discursivo para esconder a não-reciprocidade no nível social da comunicação.

Analisando as cartas do ponto de vista da organização textual, observamos alguns pontos interessantes. O conteúdo das cartas é apresentado de maneira muito simples. O emissor

usa palavras do vocabulário diário, as construções das frases são simples e evita-se frases com várias sentenças encaixadas. A 'simplicidade' do texto é notada até mesmo na construção dos parágrafos. Há uma predominância de parágrafos curtos, com, no máximo, duas sentenças.

- (19) Em cada uma de nossas sugestões você sempre encontra classe e requinte com um sabor diferente. (C-2)

- (20) Você sabe que acidentes acontecem. (C-8)

É interessante observar que existe uma quebra na organização dos parágrafos. Muitas vezes uma sentença que deveria fazer parte de um parágrafo aparece como parte de um novo parágrafo, como no exemplo abaixo:

- (21) = Aproveite também, uma viagem de cruzeiro que a Línea C oferece para Buenos Aires, com as atrações da mais européia das capitais sul-americanas. = Além disso, as últimas páginas trazem a comodidade de poder adquirir produtos de qualidade sem sair de casa. (C-3)

Acreditamos que o uso destas variações na organização textual das cartas está diretamente associada à finalidade a que se propõem as mesmas. Como o interesse do emissor é vender o seu produto, ele tem que ser preciso, breve e objetivo para que possa alcançar o seu alvo. Para reter a atenção do emissor e despertar a sua curiosidade, o emissor usa, na escrita, sentenças simples, curtas, claras e diretas, aproximando o discurso escrito ao discurso oral distenso.

A organização textual e discursiva das cartas comerciais que vendem produto em muito se assemelha à organização de folhetos. Nestes, a linguagem deve ser simples, breve, direta e sem uso de palavras desnecessárias ou de expressão que dificultem a compreensão do texto e levem o leitor a perder o interesse pela mensagem apresentada. Estas características são encontradas nas cartas que aqui analisamos, daí a nossa tendência a classificá-las como "carta-folheto". A organização formal é de:

uma carta, mas a organização textual mais a aproxima das exigências do folheto.

Poderíamos questionar o porquê da opção pela forma de carta e não folheto para oferecer e vender produtos. Levando-se em conta que na cultura brasileira o folheto tem uma conotação mais política do que comercial, que ele é pouco divulgado como meio de propaganda comercial, é de se esperar que as empresas não dêem preferência a este tipo de divulgação para a oferta dos seus produtos.

Conclusão

A análise apresentada evidencia que em Português não temos apenas um tipo de carta comercial. Embora os manuais de redação façam referência aos diferentes tipos de carta comercial, eles englobam a estruturação e organização destas cartas como sendo única. Vimos que a realidade é outra e que existe, atualmente, uma maior flexibilidade na escolha do discurso a ser usado em uma carta comercial. Dependendo da finalidade da carta, este discurso variará. As cartas que vendem produto, em geral, se aproximam dos folhetos na sua organização textual e discursiva, embora mantenhamos a organização formal de uma carta. É, pois, de grande importância que a escola não assuma que o aluno terá condições de escrever uma carta comercial seguindo apenas a orientação que é dada nos manuais. Primeiro, a orientação dada pelos manuais é muito pobre e não dá uma orientação própria; segundo, os manuais não se preocupam com o propósito da carta a ser escrita, e terceiro, os manuais não fazem referência aos diferentes estilos de redação de uma carta. A apresentação visual da carta é o cerne da questão nestes manuais. Compete, pois, a escola, como elemento de formação de futuros profissionais, despertar no aluno o interesse pela escrita e pelo aprendizado das diferentes manifestações do discurso escrito. Sendo a carta um elemento de grande importância comercial e profissional, este gênero do discurso escrito não pode ser abandonado, principalmente se levarmos em conta as diferentes possibilidades de se alcançar alguma coisa mediante a apresentação certa e convincente do que se deseja através da língua escrita.

BIBLIOGRAFIA

- BEITRÄGE, Oskar (1981). *Geographische, linguistische und kommunikative Aspekte der deutschen Sprache*. Tübingen: Narr.
- BEKKING, Susan & HINDS, John (1987). "Processes of text construction in English, French and Japanese". *TESOL QUARTERLY*, Vol. 21, No. 2, p. 317-49.
- LARSEN, Robin (1982). "Processes of discourse and text construction". In TANNEN, Deborah (ed.), *Exploring the context of text*. New York: Academic Press.
- MACHADO, M. Carmelita (1989). *El texto escrito en portugués*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- SILVA, Vera Lúcia Pinheiro Pereira da (1989). *Cartas, cartas e a construção do texto em português brasileiro*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- VAN DINE, Bruce (1987). *Texts in Portuguese*. São Paulo: Martins Fontes.
- VOLTA, Paulo (1989). "Textos". In VOLTA, P.A. (ed.), *Textos e literatura*. São Paulo: Martins Fontes.

A Geografia Política e a nova ordem econômica internacional

José Lacerda Felipe*

* Prof. do Depto. de Geografia da UFRN

A Geografia Política e o novo ordenamento econômico internacional

JOSE LAURENTE FERREIRA

1.ª edição, 1978, 120 páginas, 1,50

WORLDWIDE BOOKS, INC. - 100 N. ZEEB RD. - NEW YORK, N.Y. 10022

ANEXO 1 - Tabela de conversão de unidades de medida para o Sistema Internacional (SI).

UNIDADES DE MEDIDA COMUNS E SUAS EQUIVALENCIAS PARA O SI

Unidade Comum	Unidade SI	Fator de Conversão
1 litro (L)	1 decímetro cúbico (dm³)	1 L = 1 dm³
1 mililitro (mL)	1 centímetro cúbico (cm³)	1 mL = 1 cm³
1 tonelada (t)	1 tonelada métrica (t)	1 t = 1 t
1 quilograma (kg)	1 quilograma (kg)	1 kg = 1 kg
1 metro (m)	1 metro (m)	1 m = 1 m
1 centímetro (cm)	1 centímetro (cm)	1 cm = 1 cm
1 milímetro (mm)	1 milímetro (mm)	1 mm = 1 mm
1 hora (h)	1 hora (h)	1 h = 1 h
1 minuto (min)	1 minuto (min)	1 min = 1 min
1 segundo (s)	1 segundo (s)	1 s = 1 s

Observação: As unidades de medida apresentadas nesta tabela são as mais utilizadas no cotidiano. Para conversões mais complexas, consulte a tabela de conversão completa disponível no site do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO).

Fonte: INMETRO

Unidade Comum	Unidade SI	Fator de Conversão
1 litro (L)	1 decímetro cúbico (dm³)	1 L = 1 dm³
1 mililitro (mL)	1 centímetro cúbico (cm³)	1 mL = 1 cm³
1 tonelada (t)	1 tonelada métrica (t)	1 t = 1 t
1 quilograma (kg)	1 quilograma (kg)	1 kg = 1 kg
1 metro (m)	1 metro (m)	1 m = 1 m
1 centímetro (cm)	1 centímetro (cm)	1 cm = 1 cm
1 milímetro (mm)	1 milímetro (mm)	1 mm = 1 mm
1 hora (h)	1 hora (h)	1 h = 1 h
1 minuto (min)	1 minuto (min)	1 min = 1 min
1 segundo (s)	1 segundo (s)	1 s = 1 s

DÉFICITS NA BALANÇA COMERCIAL DOS EUA
(em US\$ bilhões)

Ano	Saldo	Ano	Saldo	Ano	Saldo
1973	-2,8	1979	-40,4	1985	-122,1
1974	-12,8	1980	-36,4	1986	-152,1
1975	+ 1,8	1981	-39,7	1987	-160,2
1976	-17,3	1982	-42,7	1988	- 129,1
1977	-39,2	1983	-67,0	1989*	-114,9
1978	-42,4	1984	-112,5	1990	-121,1

* 1989, dados de janeiro a setembro

Fontes: FMI, Departamento de Comércio
dos EUA

BALANÇO DE PAGAMENTO DOS EUA

(US\$ bilhões)

Ano	Saldo	Ano	Saldo
1980	+ 1,84	1985	-116,40
1981	+ 6,87	1986	-138,84
1982	- 8,64	1987	-153,95
1983	- 46,28	1988	-135,13
1984	- 107,09		
Fontes: FMI			

Apesar dessas dificuldades, o país ainda continua a investir em armamentos, a ponto dos gastos militares consumirem em 1987 cerca de 39% do orçamento.¹

Isso aponta para o fato de que, mesmo diante das dificuldades econômicas citadas pelos dados acima apresentados, os EUA continuam a montar a maior máquina de guerra do mundo.

No outro lado da bipolaridade, ou do outro império, o Soviético no caso, as dificuldades são enormes, os investimentos na corrida armamentista, os gastos militares, comprometem a modernização da economia e a qualidade de vida do povo Soviético, que não consegue resolver o problema comum das experiências socialistas; o do cerceamento às liberdades individuais.

O crescimento das sociais democracias da Europa Ocidental e da Escandinávia comprime o leste europeu e o grito de mudança começa a fazer eco por toda Europa de Leste.

Em 1985, Gorbachov elabora (Glasnot e a Perestroika), a sua proposta de absorção de procedimentos de uma economia de mercado e de uma nova postura da União Soviética e conseqüentemente do socialismo do Leste Europeu.

Enquanto os dois impérios EUA e União Soviética estão em queda, o Japão e a Alemanha apresentam índices de crescimento industrial (Ver tabela 3)

TABELA - N3

Crescimento da produção industrial comparada (%)

* Taxa anual	País	II Guerra (*)	1948-1971	1989-1990	** Taxa acumulada
	EUA	7,4	4,0	-0,3	
	Alemanha	-5,4	8,4 (**)	+5,6	
	Japão	-5,8	16,7(**)	+6,8	

Fonte: Le Monde Diplomatique, Março/91

ou se alinhará com o bloco europeu liderado pela Alemanha?

b) No caso da formação de um bloco da Europa de leste, quem liderará esse grupo? CEI - Comunidade de Estados Independentes, que enfrenta dificuldades para manter unidas as repúblicas, principalmente a Ucrânia. sem falar nos conflitos étnicos que vêm ocasionando lutas internas dentro de algumas repúblicas? ou a Hungria que partiu na frente na definição de um modelo político-econômico, que se aproxima das sociais democracias da Europa Ocidental?

c) Qual a posição da Alemanha e do Japão, diante do poder militar e da maior máquina de guerra do mundo, que cria as condições para os Estados Unidos fazerem sozinhos as determinações, como a guerra do Golfo Pérsico?

d) Partirão essas duas potências para investimentos mais maciços na montagem das suas máquinas de guerra?

O livro de Shintaro Ishihara - **O JAPÃO QUE SABE DIZER NÃO** - demonstra que existe uma consciência por parte das elites japonesas do papel que o Japão pode desempenhar nas próximas décadas, em termos não só do poder econômico, mas também político e militar.

Essa obra foi inclusive considerada pela primeira ministra da França, Edith Cresson, como uma versão contemporânea de **Meind Kampf**.⁽⁶⁾

Esses fatos que fervilham com resultados e conseqüências ainda imprevisíveis, como é o caso das lutas entre Etnias na antiga União Soviética, na Iugoslávia, que propõe a divisão do país, com a independência da Eslovênia e da Croácia, na Tchecolaváquia entre Checôs e Eslavos, são ingredientes explosivos nesse caldeirão da geografia política internacional.

A Guerra do Golfo e os serviços para mantê-la engordaram o combalido cofre da economia americana e do seu aliado mais fiel, a Inglaterra.

Serviços de guerra pagos principalmente pelo Kuwait e Arábia Saudita, mas também pelos aliados, como é o caso do Japão e da Alemanha.

Os EUA ganham com a guerra, pois os serviços da mesma (fardamentos, alimentos e armamentos) fortaleceram empresas americanas.

A demonstração de armas sofisticadas, "bombas inteligentes, mísseis com pontarias e miras a laser, "aviões invisí-

veis", tudo funcionou como uma vitrine para exposição, testes e vendas futuras desses armamentos.

Essa propaganda dos armamentos americanos foi feita, inclusive de graça, pelos noticiários de todas as cadeias de TV, que compraram a imagem da TV americana CNN, que monopolizou as comunicações televisivas da guerra.

Isso sem falar nos bilhões de dólares que vão terminar nos cofres das empresas americanas, que vão participar da recuperação do Kuwait e com certeza da recuperação do Iraque, onde os bombardeios americanos e aliados destruíram praticamente todas as unidades industriais significativas, condenando o país, que havia se industrializado nos últimos 20 anos, a um estágio econômico pré-industrial.

A análise desses fatos comprova que o império americano ganhou com a guerra e protelou por mais algum tempo a queda de seu poder hegemônico, sobre o restante do mundo.

Pode até retardar a definição dos "blocos econômicos" numa prova de que a guerra, com exceção do Vietnam, historicamente, vincula-se ao crescimento do império capitalista americano.

Resta indagar até que ponto o poder militar define o poder econômico? E até que ponto o poder econômico da Alemanha e do Japão não vão definir um poder militar?

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Revista Princípios - maio/junho de 1991.
- (2) Revista Veja, de 19 de junho de 1991.
- (3) Revista Veja, de 12 de junho de 1991.
- (4) Revista Veja, de 19 de junho de 1991.
- (5) Revista Isto É Senhor, de 26 de junho de 1991.
- (6) Belluzzo, Luiz Gonzaga - In Revista Isto É Senhor, de 26 de junho de 1991.

Importância de uma Política de Comunicação Social para o Governo

Cassiano Arruda Câmara *

* Prof.^o do Dept.^o de Comunicação Social

que existirem canais que permitam o entendimento do Governo com o Cidadão.

Essa é a maior justificativa ética, moral, legal e prática para que exista uma política de comunicação social.

Já vimos a importância da legalidade na concepção dessa política de comunicação social. Agora estamos destacando a sua necessidade prática, como uma eficiente ferramenta administrativa.

Um Governo só conseguirá executar uma obra profíqua, se conseguir comunicá-la ao público, para que este - alvo das ações governamentais - possa entendê-la e usufruir os seus reais benefícios.

A consciência da cidadania, que é uma pré-condição para o pleno exercício da democracia, num primeiro instante, deve ser meta de uma política de comunicação, que permita ao cidadão conhecer os seus direitos. Para poder desfrutá-los.

Alvo de esforço de comunicação, o cidadão, e não a massa, precisa ser respeitado e também ouvido, pois é dele que emana todo o poder a ser exercido em seu nome.

Comunicação Social deve, pois, ser a ação do Governo para chegar ao cidadão, permitindo que ele se envolva na discussão do seu destino, e compartilhe da ação que delegou, democraticamente, aos responsáveis pela administração pública.

Uma ação que só pode ser praticada, respeitando esse cidadão, em todos os seus direitos, e lembrando os seus deveres.

Respeito que deve ter por base a verdade e que permita a transparência das ações governamentais, outra das pré-condições da democracia.

Na formulação de uma política de comunicação para o Governo do Rio Grande do Norte, faz-se necessário o exato conhecimento do que o Estado é, e o que ele representa.

Pois, só assim, os administradores poderão chegar a cerca de dois milhões e duzentos mil habitantes que formam a sua população.

A política de comunicação deve estabelecer parâmetros, e fixar objetivos, para que os profissionais de comunicação encontrem os veículos capazes de levar a mensagem do Governo a todos os cidadãos, em todos os lugares do Estado.

A aplicação das modernas técnicas, a cargo desses pro-

fissionais de comunicação, tem de respeitar a essência da mensagem que deve caber ao governante, pois é ele quem terá de, definindo prioridades, fixar objetivos, e, estabelecer os rumos administrativos.

Pela importância conquistada por essa atividade, já existe até mesmo quem confunda - erroneamente - a atividade governamental como mero exercício de **marketing**, quando, na realidade, não se pode esquecer que o objetivo do Governo deva ser a busca do bem comum, e a comunicação não pode passar de um instrumento capaz de auxiliá-lo na busca dessas metas.

Poderíamos resumir tudo o que foi abordado, aqui, afirmando que a política de comunicação social do Governo deve ser o conjunto de ações desenvolvidas por ele, para levar a sua mensagem a todos os norte-riograndenses, independente de sexo, cor, credo, classe social ou convicção política. Os disciplinamentos dessa ação, e o estabelecimento de táticas e estratégias, para que esse objetivo seja alcançado, são a essência desta política, que, como tal, necessita ser convenientemente gerenciada, pelos próprios órgãos governamentais, respeitadas todas as normas que regem a administração pública, mas com uma mobilidade, normalmente encontrada apenas pela livre iniciativa, representada por Agências de Propaganda.

Assegurar de comunhão com o respeito à liberdade de expressão e de opinião, pois é o direito de todos de manifestar livremente suas opiniões e ideias, sem sofrer qualquer tipo de censura ou discriminação.

Para isso, é necessário que o Estado garanta a liberdade de expressão e de opinião, bem como a liberdade de acesso à informação. Além disso, é importante que o Estado garanta a liberdade de expressão e de opinião, bem como a liberdade de acesso à informação.

Portanto, a liberdade de expressão e de opinião é um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado. Além disso, é importante que o Estado garanta a liberdade de expressão e de opinião, bem como a liberdade de acesso à informação.

Assim, a liberdade de expressão e de opinião é um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado. Além disso, é importante que o Estado garanta a liberdade de expressão e de opinião, bem como a liberdade de acesso à informação.

Portanto, a liberdade de expressão e de opinião é um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado. Além disso, é importante que o Estado garanta a liberdade de expressão e de opinião, bem como a liberdade de acesso à informação.

Assim, a liberdade de expressão e de opinião é um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado. Além disso, é importante que o Estado garanta a liberdade de expressão e de opinião, bem como a liberdade de acesso à informação.

BIBLIOGRAFIA

SANTANA, Armando. Teoria, Técnica e Prática da Propaganda.

WHITE, Theodore - Técnica e Prática da Propaganda - MC-Cann - Erickson Publicidade.

BAHIA, Juarez - Jornal, História e Técnica.

BIBLIOGRAFIA

SANTANA, Amândeo. *Teoria Técnica e Prática da Propaganda*.
Rio de Janeiro: FGV, 1998.

WHITE, Thomas. *Técnicas e Práticas da Propaganda*. - MEC.
Camp - Edições Publicadas.

BALHA, Maria. *Journal, História e Técnica*.

O Pensamento e o Debate sobre a Dinâmica das Sociedades Industrializadas e do Estado Social

Marta Maria de Araújo*

Prof.^a. Adjunto II do Dept.^o. de Educação da UFRN

O Pensamento e o Debate sobre a Dinâmica das Sociedades Industrializadas e do Estado Social

Maria Maria de Araújo

1987, dezembro II do Odeq, no Centro de UFRN

I - NOTAS INTRODUTÓRIAS

1. Questão Inicial

Pretendemos, com este artigo, levantar algumas reflexões com base em algumas abordagens teóricas produzidas no contexto das sociedades industrializadas para explicitar o caráter das transformações na dinâmica do Estado e da sociedade desses países. Para isto, vamos partir da literatura produzida por pensadores que explicam de alguma forma a “estrutura alterada” do “espírito da época” (06:103), quanto ao modo de organização do Estado e da sociedade, como destaque para o pensamento de Habermas e Claus Offe.

Hoje, as discussões que se travam para analisar o desenvolvimento do modo de organização capitalista e a política do Estado moderno, no contexto das transformações das sociedades avançadas, destacam as insuficiências de algumas teorias sociais clássicas, particularmente, o marxismo para a compreensão dos fenômenos político-sociais atuais.

Em verdade, trata-se de um panorama em que se evidenciam os acontecimentos histórico-sociais que começam a despontar nas sociedades industriais avançadas após o final da Segunda Guerra Mundial, e que vão desde o fim do Keynesianismo, o surgimento do Estado de Bem-Estar Social, os novos movimentos sociais, o trabalho como atividade subjetivamente periférica, o capitalismo como sistema mundial até a decorrocada do “socialismo real”, entre outros. Estes acontecimentos parecem anunciar o surgimento de uma nova forma de pensar criticamente a realidade e, conseqüentemente, a análise marxista da realidade é deslocada, segundo alguns de seus críticos, para uma “progressiva busca de refúgio nos âmbitos estritamente acadêmicos e intelectuais”.

Com efeito, está aberto um período de “transição para algo novo”, em termos de uma “nova teorização do social” (02:06), sob as influências do conjunto das transformações histórico-sociais em curso. Decerto, o pensamento de Habermas e o da Claus Offe vão situar-se no “âmbito dessa nova cultura de esquerda” (03:88) proveniente da Escola de Frankfurt.

“A obra de Clauss Offe deve sem dúvida situar-se no âmbito dessa nova cultura política de esquerda, uma cultura que, contudo, se viu obrigada a questionar o que Habermas qualificou de “ortodoxia tácita” do marxismo ocidental. O capitalismo tardio, com seus fenômenos de expansão e concentração, o surgimento do Estado “benefactor” e a progressiva burocratização de todos os âmbitos de interação social, oferecem uma constelação de problemas que já não podem ser resolvidos com a fórmula geral dos processos de valorização capitalista”.

Obviamente, nessa nova constelação de problemas na esfera dos processos sociais e políticos, econômicos e éticos, é que as análises de **Habermas** e **Claus Offe** adquirem uma forma particular de pensar e debater a realidade.

É fundamental compreender daqui para frente as energias e tendências da evolução das sociedades industriais capitalistas avançadas, principalmente quanto às perspectivas futuras da humanidade.

2. Mudanças na Esfera Pública Burguesa

Habermas, em trabalho publicado ⁽¹⁾ no ano de (1961, 1984) como tese de doutoramento, analisa a refuncionalidade do Estado Moderno, na condição de um capitalismo avançado e democrático nas sociais-democracias alemã e dos demais países europeus.

Seguindo a tradição dos estudos e pesquisas da Escola de Frankfurt, **Habermas** volta-se primordialmente nesta obra

(1) Mudança estrutural da esfera pública

para a investigação da esfera pública burguesa desde as suas origens à sua evolução. Em grandes linhas, o autor com base nos pressupostos históricos e filosóficos do debate acerca da função da esfera pública burguesa e da sua relação com a esfera privada, travado por pensadores como **Kant, Hegel, Locke, Rousseau, Marx**, entre outros, abra a discussão das mudanças estruturais ocorridas nessas duas esferas.

Importa notar, segundo **Habermas**, que a mudança estrutural na esfera pública burguesa começa a se delinear a partir do último quartel do século XIX, quando ainda, dentro de certas tradições liberais, o Estado moderno paulatinamente passa a intervir em setores da esfera privada. Na medida em que o capital começa a se organizar, num modo de produção monopólico com a conjugação de grandes empresas em monopólios e cartéis internacionais, na forma de capital industrial e financeiro circulando internacionalmente, com tendências à concentração e à acumulação, o Estado vai redimensionando-se na sua relação, com a esfera privada burguesa. Essas mudanças culminam com a “Grande Depressão” de 1873, com o processo de encerramento de etapa do capital liberal e término da separação clássica entre Estado e sociedade. Não obstante, a tendência à concentração do capital, a sua necessidade de competitividade e de organização monopólica em escala internacional, carecem de um crescente intervencionismo do Estado nas questões infra-estruturais de supra-estruturais, decompondo-se, assim, os contornos da esfera pública burguesa” (04:167).

Tal como descrito acima e a partir da refuncionalidade da esfera pública em uma nova esfera social, rompe-se “a distinção” entre público e privado” (04:170).

Em suma, a conjugação progressiva desses fatores sociais e políticos e simultaneamente jurídicos, culminou com as origens do Estado do Bem-Estar Social, no período pós-1945.

“No período iniciado a partir da Segunda Guerra Mundial, o Estado social serviu como a mais importante fórmula de paz para as democracias

possibilidade de que o trabalho constitua, independentemente do seu caráter teleológico instrumental, também um instrumento da satisfação de necessidades". (08:20)

Esta citação nos mostra que a "regência e a tipificação dos movimentos do capital são comandadas pelas suas necessidades intrínsecas..." (01.4), de racionalizar as formas de produção, contrapondo-se à satisfação das necessidades humanas existenciais.

Nesse cenário capitalista de "perplexidade estrutural" - (11:95), o trabalho perde seu caráter teleológico e seu caráter de "normalidade" para o capital. Em contraste ao trabalho, o "capital não envelhece", no sentido rigoroso do termo e, ao invés disso, movimenta-se em círculos, renovando-se constantemente. (09:30)

Para indicar a lógica propulsora do desenvolvimento capitalista, Offe lembra que, mesmo nas fases iniciais do desenvolvimento industrial, a troca contratual da força de trabalho por salário é um fenômeno quantitativamente limitado. Essa forma de organização capitalista, determinada pela necessidade de valorização do capital e pelos requisitos do processo de acumulação, tende a configurar ou melhor desfigurar o processo de trabalho pela subsunção do trabalho ao capital. Em decorrência das várias mudanças, metamorfoses, etapas, estágios e crises, o capital "só renasce fortalecido". (01:5)

A desconexão entre a lógica de exclusão do capital e a lógica de inclusão do trabalho passa a demandar cada vez mais a intervenção ampliada do Estado Social.

"Aí, manifesta-se a outra face do Estado de Bem-Estar, já que sua lógica pode ser descrita como a de uma crescente inclusão". (10:8)

A par desse princípio, o Estado Social, dada a tendência à interrupção e à paralização das relações de troca nos mercados de trabalho e capital, intervém no sentido de empregar seu poder político e administrativo para "atenuar (...) o dese-

quilíbrio global do poder entre os lados da oferta e da demanda". (09:61)

No plano político-organizacional, o Estado Social em sua forma intervencionista e ampliada vai se compondo e recompondo com cada mudança na estrutura sócio-econômica das sociedades industriais avançadas. Em vista disto, na medida em que o capital na idade do monopólio vai criando novas estruturas que desorganizam a sociedade, a política do Estado Social vai criando formas alternativas de compensação e reposição da força de trabalho na "forma de políticas estatais de proteção social e trabalhista" (09:29).

Numa palavra, o processo de industrialização capitalista, no contexto de crise estrutural do capital na idade do monopólio, progride ininterruptamente na forma de mudanças abruptas que têm como efeito comum a destruição em maior ou menor medida de condições de utilização da força de trabalho até então dominante. Nesta relação dialética entre a ascensão do capital monopólico e a descensão da força de trabalho, a dinâmica da evolução capitalista é acompanhada por fatores que desorganizam a sociedade, particularmente a sociedade do trabalho industrial, pelo fenômeno da desindustrialização.

Evidências tais, como o desequilíbrio de forças entre capital e trabalho, o fato do capital prescindir do trabalho e de por si só já não mais produzir e reproduzir as condições sociais de sua existência, além de fatores, como o sistema financeiro internacional e a competição tecnológica ao nível mundial, mostram que esse conjunto de problemas, processos e conflitos, no âmbito nacional e internacional, traduz em pressupostos de ação à intervenção ampliada do Estado Social na forma de "políticas sociais e econômicas protetoras e reguladoras". (09:281)

Francisco de Oliveira (12) em um recente artigo sobre o surgimento do antivalor, chama-nos atenção para a especialidade do fundo público, como pressuposto para o financiamento dos requisitos da acumulação capitalista e da reprodução da força de trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Para esse autor, o fundo público que inclui os recursos para:

“... a Ciência e Tecnologia passam pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações vai através de juros subsidiados para setores de ponta (...) custaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (o funcionamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada Europa Verde da C.E.E.)...” (12:8 e 9).

Neste sentido, o fundo público na contemporaneidade é o móvel decisivo na dinâmica estrutural das sociedades de capitalismo avançado e funciona, portanto, tanto como articulador e organizador da reprodução da força de trabalho, como da reprodução ampliada da internacionalização da produção monopolística.

O fundo público, como parâmetro pressuposto na estruturação da reprodução ampliada do capital, traduz a incapacidade do sistema capitalista enquanto sistema de valorização de valor. Todavia, para proceder a sua autovalorização, o sistema capitalista tem de recorrer primordialmente ao fundo público. A verdade é que, na atual contemporaneidade, o “capital é completamente social”. (12:19)

No estágio do imperialismo, a organização monopolística da vida social enfrenta a ampliação dos conflitos de classes e frações de classe. Por conseguinte, o Estado ampliado intervencionista, ao responder às múltiplas complexidades sociais e às “agudas necessidades atuais” (01:19), transfere o eixo do conflito capital-trabalho do interior do espaço da produção para o interior institucional do Estado Social intervencionista. O espaço institucional do Estado passa a ser, por excelência, o espaço estrutural, de conflitos, lutas e resistências das classes e categorias sociais. Com isto, presume-se, segundo Haber-

mas (06:107), que a coexistência entre democracia e capitalismo passa necessariamente pela existência e os limites burocráticos do Estado Social. Para o autor, há uma contradição em *devir*. Em suas palavras,

“... a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa do Estado Social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada”. (06:106)

Isto posto, fica claro que nesse quadro crítico de “plexidades estruturais”, e de contradições sociais, irão se gestar o “esgotamento da utopia de uma sociedade do trabalho” (06:109), e a impossibilidade futura de uma vida melhor e menos ameaçada. “Assim, viver e sobreviver para o capital tornou-se existir na e através da crise” (01:6). Com efeito, em cada crise constitutiva do capital, a tendência é a “reiteração de si próprio em figura agigantada de igual ou maior problema-tecidade” (10:6). Aliás, esta tendência pode ser constatada no conjunto da totalidade do trabalho social, quando a produção industrial se altera em função do crescimento da produção de serviços e conseqüentemente a “sociedade de serviços” indica:

“...a perspectiva de um abrandamento e a pacificação dos conflitos industriais radicados nas condições de trabalho da produção material.” (11:78)

Sob o avanço do movimento do capital monopolista, a tendência das sociedades industriais avançadas é o seu desdobramento na forma de “sociedade de serviços”, quando a produção industrial se altera, na forma da produção de serviços, modelo este que tem uma anterioridade que é comum a ambos. Esta anterioridade é o modo capitalista de produção que é a gênese da produção industrial e da produção de serviços.

I - NOTAS FINAIS

Do conjunto dessa análise, entendemos que, na atual contemporaneidade, a dinâmica do Estado Social vai se transfigurando sempre em função de determinadas contingências históricas e das particularidades das sociedades industriais avançadas.

Caminhando para a conclusão, importa agora realçar as perspectivas utópicas e tendências de evolução das sociedades industriais capitalistas, a partir das abordagens teóricas aqui consideradas.

É evidente que, enquanto a chamada nova cultura de esquerda procura tomar distância em relação a Marx, particularmente, no que se refere à "crítica da economia política" (07:246), por sua vez mantém o materialismo histórico, como também as teorias de sistema, de organização e a de decisão racional com o intuito de "identificar (...) distorção contida nas instituições e práticas políticas de todo tipo". (03:87/8). Com o desdobramento das sociedades industrializadas em "sociedades de serviços", a tendência é que os conflitos em formação sejam cada vez mais dirigidos contra o Estado Social intervencionista do que contra a infra-estrutura da sociedade.

Em vista das múltiplas contraditoriedades das sociedades avançadas, o Estado Social intervencionista ampliado evolui no sentido de regulamentar e administrar cada vez mais todas as esferas da sociedade, devido aos problemas de desorganização do mundo capitalista na atual contemporaneidade. Com efeito, qualquer perspectiva de otimismo em relação ao futuro da humanidade, no sentido de uma vida coletivamente mais feliz, é uma possibilidade que se projeta, senão como utopia.

III. Referências Bibliográficas

- 01 - CHASIN. J. **A sucessão na crise e a crise na esquerda.** São Paulo: Ensaio. (N.º. Especial). 1989.
- 02 - EVANGELISTA. João Emanuel de O. **Teoria Marxista: Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno.** Cadernos de Textos. Natal: UFRN, n.º. 3. Maio/1991.
- 03 - GONZALEZ. Francisco Colom. **Razão e política:** entrevista de Claus Offe. Lua Nova, São Paulo, n.º. 19. Nov. 1989.
- 04 - HABERMAS, J. (1961). **Mudança estrutural da esfera pública.** Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1974.
- 05 - _____. (1973) **A crise de legitimação do capitalismo tardio.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- 06 - _____. **A nova intransparência.** A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.º. 18. Set/1987.
- 07 - MATOS. Olegária C.F. **Os arcanos do inteiramente outro.** A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 08 - OFFE. Claus, (). **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- 09 - _____. (1985) **Capitalismo desorganizado:** transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 10 - _____. **Trabalho e Sociedade:** Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do trabalho". v.1, A Crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.

- 11 - _____. **Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais para o futuro da "sociedade do trabalho".** v. 2 - Perspectiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- 12 - OLIVEIRA, Francisco. **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público.** **Novos Estudos,** São Paulo, n.º 22, out./1988.

O lugar da teoria e da prática no ensino da Arquitetura no Brasil*

Profº. Pedro de Lima**
Mestre e, Ciências Sociais
Deptº. De Arquitetura/UFRN

* Comunicação apresentada ao XII Congresso Brasileiro de Arquitetos, São Paulo, 28/10 a 02/11/91.

** Mestre em Ciências Sociais - UFRN

O lugar da teoria e da prática no ensino da Arquitetura no Brasil*

Prof. Pedro de Lima**
Mestre e Ciências Sociais
Dep. De Arquitetura/UFRN

* Comissão organizadora do XII Congresso Brasileiro de Arquitetura, São Paulo, 1982.

** Mestre em Ciências Sociais - UFRN.

VIVÊNCIA, UFRN, COLA, N.º 5, p. 103-112, dezembro 1982.

Este trabalho tem por objetivo, como o próprio título indica, levantar algumas questões sobre as relações entre a teoria e a prática no ensino da Arquitetura.

Nos cursos de Arquitetura, costuma-se ver como **prática** tudo aquilo que se logra materializar em graficação, em desenho, em protótipos, etc. Conseqüentemente, **teórico** seria tudo aquilo que exige verbalização, o trabalho com livros, textos e a elaboração oral e escrita de idéias e conceitos.

De acordo com este ponto de vista, o campo da teoria seria restrito às disciplinas de teoria e história da Arquitetura e àquelas da área das ciências sociais (sociologia geral e urbana, introdução à economia, métodos e técnicas de pesquisa, etc.). O campo da prática por sua vez, se restringiria às disciplinas de desenho e projeto e às instalações, conforto e construção.

Tal entendimento tem levado à procedimentos extremados, absurdos: "quem teoriza não pratica; e quem pratica não teoriza". Ou como caracterizou, com rara (in)felicidade, um premiadíssimo arquiteto brasileiro: "quem se faz, quem não sabe ensina!".

A frase é, de fato, lapidar. Ela expressa, com uma exatidão desconcertante, a medida da ignorância e do preconceito em relação aos arquitetos que ensinam. E, por extensão, revela um entendimento equivocado de que o "Saber Arquitetônico" é um patrimônio exclusivo de quem "Faz" projetos; e aos professores dos cursos de arquitetura, como não sabem fazer, restam-lhes a função, no caso menor, de ensinar.

Como em muitas profissões, a de arquitetura não conta com uma formação especializada de "Professor de Arquitetura". Independente da qualidade pedagógica do processo de ensino-aprendizagem, muitos arquitetos foram guindados, em uma época em que o concurso público ainda não era uma praxe, à condição de professor. Quem poderia afirmar que todos sabiam **fazer** e sabiam **ensinar**? Com certeza, muitos se transformaram em excelentes professores, aprenderam a ensinar; outros tantos retornaram às suas pranchetas onde, independente da qualidade do que faziam, se sentiam melhor.

Enfim, tudo isto ratifica mais uma vez a separação entre a teoria e a prática. A escola seria, assim, o lugar da teoria e o

mercado seria o lugar da prática.

Poder-se-ia argumentar que “Na prática a teoria é outra”, querendo-se dizer, com isto, que a escola, o ensino e a formação profissional estão deslocados da prática, da realidade, do mercado. De acordo com este ponto de vista, o professor tem que ser também projetista, trazendo para o ateliê sua experiência, sua prática de projeto; o aluno pela insuficiência do curso, por seu caráter “Teórico”, “Idealista”, deve complementar sua formação frequentando o mercado, através de estágios e empregos nos escritórios e obras; e a escola deve organizar seu currículo e seus objetivos em função das demandas do mercado.

Acontece que, ao trazer para a escola sua experiência no mercado, o arquiteto-professor poderá trazer também os vícios impostos pela competição própria do mercado. Os alunos, na verdade, em troca de uma suposta aquisição de experiência prática, são tratados e explorados como mão-de-obra barata além de reproduzirem os mesmos vícios do mercado. E, considerando, que, por suas ligações com interesses políticos (Estado, sistema financeiro de habitação, etc.) e com o interesse privado (especulação imobiliária, etc.) o mercado impõe uma qualidade cada vez pior para as construções, para a cidade e para o meio-ambiente, como exigir que a escola se espelhe nele?

Quando crítica, quando preocupada com a história e com o social, a arquitetura é profissão deslocada no capitalismo. Ao contrário, transforma-se em uma profissão integrada quando se coloca a disposição da propriedade da terra urbana, da especulação imobiliária, quando limita sua atuação à especificação de materiais ou quando coloca seu potencial criativo à serviço dos regimes anti-democráticos, autoritários, para o controle social e político para a reprodução da dominação de classe.

Então, cabe perguntar qual o tipo de formação profissional que se pretende? Para qual mercado? Ou demanda? Qual teoria? Qual prática?

A credencial tanto do arquiteto-professor quanto do arquiteto-projetista para o exercício de suas profissões deve ser a qualidade de sua formação. E isto tem a ver com a compreensão que se tenha do lugar da teoria e da prática no ensino de

arquitetura.

Hoje, constata-se a dissociação entre a teoria e a prática. E, em decorrência disto, o campo da teoria, relegado que é a um segundo plano, transforma-se no lugar, para excelência, do diletantismo e da ilustração. Os conhecimentos sobre a Arquitetura Clássica, sobre o Barroco Mineiro ou sobre o Racionalismo/Funcionalismo na Arquitetura perdem sua utilidade **prática** e passam a animar as reuniões sociais, as conversas nas cantinas, etc.

Deste modo, o campo da prática se agiganta e ocupa, por assim dizer, todo o espaço do curso de Arquitetura. Estudar Arquitetura passa a ser sinônimo de adestramento no desenho, na graficação, no “molho”, etc. E a prática de projeto se definiria, então, como uma atitude completamente descomprometida da história, fruto que seria, tão só, ou quando muito, dos condicionamentos físicos, quantitativos e da “inspiração”. No projeto não caberia, portanto, nenhuma reflexão, nenhuma fundamentação teórica ou histórica e nenhuma conceituação.

Acredito que esta visão equivocada da formação do Arquiteto, cuja origem histórica mais profunda merece ser investigada, se exarceba, entre nós, com a Reforma Universitária de 1968 que “departamentalizou” a Universidade e instituiu o “sistema de créditos”.

Sob a justificativa de que era necessário estabelecer um gerenciamento que otimizasse os recursos materiais e humanos das Universidades, a maioria de escolas e faculdades foram desmontadas. Em seguida, suas partes foram remontadas, de forma arbitrária, mas atendendo a um certo conceito de eficácia administrativa e de economia, nos atuais centros acadêmicos. Desde então, as antigas faculdades de Arquitetura tanto podem ser encontradas em centros de Ciências Humanas, ao lado de departamentos de Filosofia, História, Sociologia, etc., quanto em centros de Tecnologia, ao lado de departamentos de Engenharia Mecânica, Química ou de Agropecuária, etc. Além disto, o mesmo conceito de eficácia administrativa e de economia, ao constatar a existência de dois laboratórios de fotografia, por exemplo (um em Arquitetura e outro em Jornalismo), justificou a eliminação do de Arquitetura, enquanto manteve o de

Jornalismo, por considerar que o trato com fotografias seria mais afeito àquele curso.

Outro aspecto da reforma universitária, o “sistema de créditos”, sob o argumento de permitir a cada aluno imprimir o seu próprio ritmo à sua formação, resultou em um dos mais sérios (e caros) prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem: o esfacelamento da **turma**, a incontornável defasagem entre os alunos de um mesmo vestibular e a fragmentação do conhecimento do ensino.

Isto se manifestou, por exemplo, na estanqueidade entre as áreas de um mesmo curso. Ali geralmente, os programas das disciplinas de uma área pouco se relacionam entre si e, não raro, desconhecem os conteúdos das disciplinas de outras áreas. A seqüência de uma disciplina de projeto, por exemplo, não apresenta nenhuma lógica palpável, a não ser o interesse circunstancial dos professores, eventualmente, designados para ela. Assim, os alunos projetam hotéis, habitações, hospitais, centros comerciais, etc., ao longo dos semestres do curso. Mas também poderiam projetar outros equipamentos, e isto não teria nenhum efeito sobre a estrutura do curso.

É significativo o uso, pelos alunos, de uma certa terminologia para caracterizar a relação que mantém com o seu curso. Quando se inscrevem em disciplinas, os alunos preferem dizer que estão “pagando” tal ou qual disciplina. Quando ainda não cursaram História IV, por exemplo, os alunos dizem que a estão “devendo”.

O sistema de créditos reduziu o processo de ensino-aprendizagem a uma relação de compra e venda. Conseqüentemente, a formação do aluno e seu respectivo diploma, como se fora uma nota promissória a ser resgatada no prazo de mais ou menos cinco anos, vai sendo amortizada em suaves prestações semestrais.

As facilidades oferecidas pelo “sistema de créditos”, como em qualquer crediário, possibilita ao aluno “pagar” logo aquelas disciplinas que consideram mais “fáceis”, mais “importantes”, mais “convenientes” - mais **baratas**! As outras são deixadas para depois, na expectativa de alguma promoção com “descontos”. Em outras palavras, as disciplinas consideradas “práticas”, podem, pelo **facilitário**, ser descartadas de imediato.

Esse quadro contribui definitivamente para o isolamen-

to entre os campos da teoria e a da prática no ensino de Arquitetura.

Não obstante seja compreensível a separação, por razões didáticas, entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas, o processo de ensino-aprendizagem na formação do Arquiteto requer um permanente trabalho de integração dos conteúdos (informação, reflexão, crítica...) com a experimentação.

A discussão sobre o lugar da teoria e da prática no ensino de Arquitetura decorre, portanto, de sua própria caracterização enquanto campo de conhecimento e enquanto campo de atuação profissional.

Este campo de conhecimento, que define a Arquitetura e o trabalho do Arquiteto, abrange conhecimentos situados em várias ciências: Humanas (Estética, Psicologia, Sociologia, etc.) Biológica (Fisiologia, Ergonomia, etc.); Tecnológicas (Estruturas, Instalações, Materiais, Processos Construtivos, etc.); Naturais (Clima, Meio-Ambiente, Paisagismo, etc.). Esse caráter multidisciplinar obriga a que, no projeto, além da concepção estética, espacial e funcional, o Arquiteto procure estabelecer relações com as demandas sociais e colocadas pela sociedade brasileira. Assim, o projeto, sendo belo, funcional e socialmente resolvido, deverá também expressar adequada solução tecnológica. Isto significa que além de poder causar toda a sorte de sensações decorrentes de sua solução estética e funcional e de inscrever-se, de forma crítica, dentro das condições históricas e sociais da realidade brasileira, o espaço projetado pelo Arquiteto deverá constar de soluções adequadas do ponto de vista estrutura, das instalações e dos materiais.

A Arquitetura se insere, assim, em um campo problematizado por todas aquelas relações. Conseqüentemente, a concepção e a construção do espaço arquitetônico, a sua explicação e crítica e o ensino de Arquitetura são momentos que não podem prescindir da reflexão teórica.

No que diz respeito especificamente ao projeto, exige-se do Arquiteto o domínio de instrumentos que lhe permitam não só o conhecimento das possibilidades e limitações do contexto histórico e social, em sentido amplo, mas também, as necessidades específicas de seus clientes. Este é um ponto imprescindível para a montagem do programa.

Entretanto, a própria montagem do programa já faz

parte de uma atitude reflexiva maior, que se traduz pelo domínio de uma metodologia de projeto.

Projetar, portanto, implica em expressar um conhecimento articulado sobre uma determinada realidade. Isto significa que o Arquiteto deverá refletir sobre o problema espacial a ser resolvido, ou seja, teorizar sobre o objeto da projeção.

Isto obriga ao Arquiteto exercitar sua prática teórica antes de traduzir em desenho (ou em outra forma de linguagem) a solução (ou alternativa) para o problema espacial que lhe foi proposto.

Não faz sentido, pois, tomar a Arquitetura como um simples jogo de armar, onde se vai juntando, em planta baixa, partes de um todo imprevisível/aleatório, como se fossem peças desse jogo. A planta baixa não é uma demonstração ortogonal de um quebra-cabeça, de um "Kit" a ser montado em três dimensões, pela adição da estrutura, das fachadas e da cobertura.

O processo que vai da proposição de um problema espacial até sua solução, formalizado graficamente em um projeto, exige passos definidos, um procedimento sistemático, uma teoria, um método.

Portanto, esta instrumentação teórica é imprescindível para que o problema espacial possa ser conhecido em todos os seus aspectos (implicações, sócio-econômicas, tecnológicas, estéticas e culturais, por exemplo). Com ela, o Arquiteto poderá elaborar um programa de necessidade de acordo com exigência e possibilidade do cliente. E poderá enfim, escolher a forma mais adequada de expressar graficamente a solução que projetou para o problema espacial.

Deste modo, o ateliê não deve ser entendido como o lugar exclusivo da prática. E esta prática não deve ser entendida como um mero adestramento em graficação.

O ateliê é o lugar onde ocorre o processo de projeção, é onde o futuro Arquiteto reflete sobre o objeto de sua prática (a construção de espaços) e sintetiza, através da expressão gráfica (ou sob outras formas), toda uma gama de conhecimentos sobre o contexto sócio-econômico, político, cultural e tecnológico, com o objetivo de encontrar a solução mais adequada (ou bela, ou econômica, ou funcional, ou racionalizada ou todas as combinações que adivenham daí) para o problema espacial que lhe foi proposto.

As casas comerciais estrangeiras no Brasil do século XIX:

Um tema em busca de pesquisadores

Denise Monteiro Takeya*

* Professora adjunto 4 do Depto. de História da UFRN

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5 n. 2, p. 113-134 Julh/Dez. 1992

As casas comerciais estrangeiras no Brasil do século XIX

Um livro em busca de pesquisadores

Dezembro 1998

o livro, publicado em 1998, é um dos mais importantes

trabalhos de pesquisa em história econômica do Brasil

publicado nos últimos anos e é um dos

mais importantes trabalhos de pesquisa em história econômica

publicados nos últimos anos e é um dos

mais importantes trabalhos de pesquisa em história econômica

publicados nos últimos anos e é um dos

mais importantes trabalhos de pesquisa em história econômica

publicados nos últimos anos e é um dos

mais importantes trabalhos de pesquisa em história econômica

publicados nos últimos anos e é um dos

mais importantes trabalhos de pesquisa em história econômica

publicados nos últimos anos e é um dos

mais importantes trabalhos de pesquisa em história econômica

publicados nos últimos anos e é um dos

mais importantes trabalhos de pesquisa em história econômica

publicados nos últimos anos e é um dos

O tema do capital estrangeiro, independentemente da área de conhecimento da qual ele seja objeto de estudo, é de fundamental importância. Em países como o Brasil, que já nasceram como fruto da própria expansão marítima-comercial europeia, e portanto integrados desde o início do processo colonizador à expansão capitalista mundial, as relações entre a economia interna e a economia internacional sempre foram estritamente imbricadas e embora a formação econômico-social brasileira, enquanto tal, guarde suas especificidades, constitui parte de um processo bem mais amplo que deve ser compreendido na sua totalidade/particularidade.

A discussão de questões-chave, a nosso ver, para o entendimento da realidade do país, como o são o da atuação das multinacionais e a da dívida externa, estão a exigir uma produção historiográfica que lhes sirva de lastro e rastreie a presença do capital estrangeiro no Brasil.

Ao analisar-se a bibliografia brasileira disponível sobre o tema, observa-se que poucos são os estudos específicos (1). Tem ele sido abordado mais como tema secundário ou diluído no conjunto da obra (2). Neste último caso, podem ser incluídos todos os trabalhos que têm por tema a economia brasileira na República Velha, os quais, por força da importância dos investimentos estrangeiros no contexto cafeicultura/industrialização, que nuclearizam esses trabalhos, incluem referências ao capital estrangeiro.

Esses trabalhos específicos foram publicados sobretudo no correr da década de 70. Para os anos 80, verifica-se que foram basicamente dois pesquisadores que se dedicaram ao tema (3).

É na produção de outras áreas de conhecimento, que não a História, que se encontra a preocupação mais recente com o capital estrangeiro enquanto objeto de estudos, sobretudo em Economia.

Na área da História Econômica do Brasil, a pesquisa bibliográfica demonstra que o tema em questão não tem sido abordado e isso se dá na razão inversa de sua importância para o conhecimento e a interpretação da realidade brasileira. Esse quadro é tanto mais preocupante para os historiadores quanto se observa que os temas de História Econômica têm sido tratados nos últimos anos principalmente por economistas, aos quais devemos muito pelo avanço desse conhecimento, enquanto te-

mas de outras áreas dentro da própria História têm exercido atração irresistível sobre os pesquisadores.

Em artigo fundamental e indispensável para o tema do capital estrangeiro, SAES e SZMRECSÁNYI (4) fazem um balanço sobre a produção existente e propõem hipóteses de trabalho e fontes possíveis para a pesquisa. Segundo eles, as idéias formuladas por diferentes autores têm sido conduzidas sobretudo por posturas e discussões teóricas sem base empírica. Para SAES e SZMRECSÁNYI,

"o principal problema a ser investigado refere-se à influência exercida por seus empréstimos e investimentos (do capital estrangeiro) sobre os estilos de desenvolvimento dos países que os recebem. A investigação em pauta pressupõe uma análise mais geral das formas de inserção dos países periféricos na economia mundial - ou seja, dos seus graus de integração na divisão internacional do trabalho. Essa análise, todavia, apesar de necessária, não é suficiente em si. Ela requer uma complementação e uma fundamentação que só a pesquisa empírica específica é capaz de lhe fornecer. No estudo de caso do Brasil, a referida pesquisa empírica ajudará a esclarecer e a qualificar o papel desempenhado pelo capital estrangeiro na integração e no desenvolvimento de sua economia nacional." (o grifo é nosso)(5)

A afirmação dos autores aponta inequivocamente para um tipo de pesquisa que deveria ser objeto do trabalho de historiadores, o que lamentavelmente não tem ocorrido.

Observa-se que a produção existente sobre capital estrangeiro caracteriza-se pela predominância de estudos sobre o **capital financeiro**. Essa predominância explica-se, por um la-

do, pela importância estrutural para o desenvolvimento capitalista mundial da nova etapa inaugurada com a transição para a época dos grandes monopólios e do imperialismo; por outro lado, pela mudanças ocorridas no Brasil, neste período, e que marcaram a transição capitalista no país. Em termos quantitativos, nos anos que se estenderam entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, sem dúvida, esteve concentrado o maior volume de capital estrangeiro investido no Brasil até então.

Como resultado dessa tendência existente nas pesquisas sobre capital estrangeiro, o período 1870/1930 é privilegiada na atenção recebida, por força da considerada hegemonia do capital financeiro nesses anos. Assim, indiretamente, reforça-se a nuclearização dos estudos sobre a economia brasileira - na transição do Império para a República - no binômio cafeicultura/industrialização, que absorveram preferencialmente os investimentos externos, pouco se sabendo sobre a evolução econômica das outras regiões do país no século XIX.

A consequência mais grave, a nosso ver reside, entretanto, no fato de que pouco pode avançar o conhecimento das transformações na própria natureza desse capital estrangeiro no Brasil enquanto a pesquisa não se estender para formas anteriores da presença e da atuação desse capital. Que formas seriam essas?

Ana Célia Castro, em obra na qual analisa o processo de implantação das empresas de capital estrangeiro no país, no período de 1860 a 1913 (6), considera que nesse processo os investimentos externos ocorrem nos setores de serviços básicos de infra-estrutura (ferrovias, bancos, cias. de seguro, cias. de gás, serviço de comunicações, cias. de navegação, energia elétrica, portos), nos serviços financeiros, no comércio de importação-exportação, na indústria de transformação, na mineração e na agro-pecuária. Referindo-se ao período 1876/1885, caracterizado como de predominância das inversões de capital nas estradas de ferro, diz ela:

“as ferrovias, as empresas de obras públicas, o comércio importador-exportador e a agro-indústria do açúcar explicam 90% do total das entradas.

A Inglaterra é responsável por 88% do investimento, a França por 10% e os demais por apenas 2%”(7)

Segundo a autora, as ferrovias representaram 60% do investimento de capital nesse período, a agro-indústria 10,6% e o comércio importador-exportador 10%. Embora não tenha sido dada a percentagem referente às empresas de obras públicas, podemos concluir que a elas coube cerca de 9,4% do total. (8).

Diante deste quadro, pode-se indagar: se o comércio importador-exportador representava a presença do capital estrangeiros em pequena percentagem num período já de hegemonia do capital financeiro, o que teria representado no longo período que se estendeu da Abertura dos Portos brasileiros ao último quartel do século XIX?

SAES e SZMRECSÁNYI, “elucidando o referencial analítico, em particular a distinção entre capitalismo concorrencial-capitalismo monopolista” consideram que

“há um importante aspecto das exportações de capital dos países centrais para a periferia que costuma ser omitido pela literatura especializada. Trata-se da motivação subjacente aos referidos fluxos, a qual tem variado através do tempo e do espaço (...) Em termos cronológicos, um corte que se impõe de imediato é a distinção entre a fase do capitalismo concorrencial e a do capitalismo monopolista. A primeira é geralmente associada ao predomínio do capital industrial e da exportação de mercadorias, enquanto que a segunda tende a ser vinculada à hegemonia do capital financeiro e das exportações de capitais. Na prática, porém, a separação dessas fases não

é brusca nem imediata, sendo preferível falar-se, pelo contrário, numa coexistência durante um certo tempo, ou numa transição bastante prolongada entre elas. Foi o que ocorreu, por exemplo, na América Latina, para onde os capitais britânicos só começaram a afluir com maior intensidade a partir de meados do século XIX - seja por falta de melhores alternativas alhures, seja principalmente pelo fato de, naquela época, a hegemonia comercial da Grã-Bretanha começar a ser ameaçada neste continente pelas exportações de potências rivais". (9)

Foram as casas de importação-exportação de origem européia no Brasil do século XIX uma forma de concretização do capital estrangeiro na fase de "predomínio do capital industrial e de exportação de mercadorias". Elas viabilizaram os primeiros passos da integração do Brasil - pós-abertura dos portos numa nação politicamente independente - no mercado internacional, por elas transitando as mercadorias compradas e vendidas, dando escoamento às matérias-primas para esse mercado e distribuindo os produtos industrializados dele advindos. Dessa forma, constituíram uma etapa anterior aos investimentos estrangeiros do capital financeiro - característico do último quartel do século em diante -, além de não terem desaparecido sob a hegemonia deste.

Na historiografia brasileira, ou em diferentes trabalhos sobre a história do Brasil, produzidos no país ou no exterior, sobretudo aqueles que dizem respeito à história econômica, encontram-se referências às casas de comércio européias, no Brasil do século XIX, ou seja, ao **capital mercantil estrangeiro**. Essas referências podem ser classificadas em duas linhas de abordagem.

A primeira é constituída pelos estudos nos quais a "presença estrangeira" recebe um enfoque econômico.

Esses estudos versam, por um lado, sobre a prepon-

derância inglesa que se estabeleceu com o fim do regime colonial. Analisa-se o significado da vinda da corte portuguesa para o Brasil, a abertura dos portos em 1808, o reconhecimento da independência e os tratados de comércio firmados com a Inglaterra (10). Deles representativa é a afirmação de PRADO JR.:

“Não é apenas tal categoria da população (os artesãos) que será atingida assim de cheio pela concorrência estrangeira. O comércio também sofrerá; quase só ingleses a princípio, franceses e outros logo depois, torna-se-ão senhores absolutos deste ramo de atividades. Aos ingleses caberão sobretudo o grande comércio, as transações financeiras; aos franceses, o negócio de luxo e de modas. (...) O resultado de tudo isto observava-se-á na eclosão e desenvolvimento de uma crescente animosidade contra o estrangeiro. (...) É o caso em particular dos ingleses, mais numerosos e de espírito mercantil mais acentuado, e que cedo se tornam verdadeiros árbitros da vida econômica do país. Além do comércio que lhes caberá nos seus setores mais importantes, serão deles as primeiras grandes empresas e iniciativas, como na mineração; e são deles ainda os empréstimos públicos que teriam tamanho papel na evolução econômica do Brasil. É em grande parte em função dos interesses comerciais ingleses que se disporá a nova economia brasileira.” (11)

Incluem-se aqui alguns trabalhos que tratando das relações internacionais do país no século XIX, sobretudo do

comércio exterior brasileiro, trazem alguma menção às casas comerciais¹².

Os estudos que enfocam economicamente a presença estrangeira versam, por outro lado, sobre a economia cafeeira, seja quando se referem à imigração, seja quando se referem à comercialização externa do café⁽¹³⁾:

"O exportador é o representante das grandes firmas estrangeiras. A sua penetração no comércio do café conta com a oposição de ensacadores e comissários, mas a sua influência nunca é ameaçada, e somente se consolida com o tempo. (...) Os americanos, maiores interessados, lideram este comércio. (...) Numa estatística que abrange 70 casas exportadoras e resume suas atividades de 1875 a 1907, vemos assinaladas 19 ou 20 nomes brasileiros, sendo os demais americanos, alemães, franceses, ingleses, etc. (...) Esta realidade mostra que o controle externo do produto não pertence ao país produtor e que a massa imensa de dinheiro e lucros está sob domínio estrangeiro."⁽¹⁴⁾

Trabalhando com o enfoque econômico, dois autores merecem relevo, por serem aqueles que mais se detiveram sobre o tema, com posturas teóricas distintas e mesmo antagônicas.

O texto de Gilberto Luís Alves ⁽¹⁵⁾ tem como objeto de análise a evolução da casa comercial em Mato-Grosso, num largo período que se estendeu de aproximadamente o começo do século XIX a 1920, embora seu corte temporal se concentre entre os anos de 1870 à crise dos anos 20. Referencia-se teoricamente à transição capitalista da etapa concorrencial para a etapa monopolista, a nível mundial, observando as mudanças que se operam nas casas comerciais naquela província/estado em função desse processo.

Sendo um texto extremamente rico do ponto de vista das questões teórico-metodológicas, que suscita, carece, entretanto, de pesquisa empírica mais bem fundamentada, que lhe sirva de apoio, o que talvez se justifique pelo fato de constituir um ensaio, como o autor o define. Há ainda a considerar que a partir de seu referencial, que dilui a importância das especificidades do capitalismo no Brasil, ALVES trabalha sobre as casas comerciais de forma genérica e não particularmente sobre as casas de capital estrangeiro.

Graham, em sua obra clássica (16) é citação indispensável pelos novos elementos que incorporou aos estudos existentes. Traçando um vasto painel da participação da Grã-Bretanha na economia brasileira de 1850 a 1914, o autor considera as casas de comércio estrangeiras - no caso inglesas - como uma das formas da presença inglesa, ou contribuição como ele interpreta, no "complexo exportação-importação". Algumas casas comerciais são assim mencionadas por ele no âmbito do comércio anglo-brasileiro e vistas no interior da rede de relações que então se estabelecem entre esse comércio e outros tipos de investimentos britânicos.

A segunda linha de abordagem das referências aos comerciantes estrangeiros pode ser observada naqueles trabalhos que dão destaque à "presença estrangeira", principalmente inglesa e francesa, sob o ponto de vista da influência cultural, e em alguns casos mesmo moral, que ela teria exercido sobre a ex-colônia portuguesa, no sentido de um certo "refinamento" que, deduz-se, ela estaria a carecer (17).

É assim que vemos, por ex., Wanderley Pinho, ao descrever as transformações sociais da Bahia, no período de 1908 a 1856 e "a contribuição das três raças", afirmar:

"(A população livre) foi acrescida de elementos estrangeiros, até então pouco numerosos, especialmente ingleses, franceses, alemães e espanhóis, com alguma dosagem de sangue semita (...) comerciantes e caixeiros (...) multiplicavam-se as lojas e

também as oficinas (...).

Tal afluxo de europeus não portugueses teve sensíveis influências não só no medrar de recentes estirpes de novo apelidos, como ainda nos costumes e na cultura locais.

Chegam e esgalham descendências muitas vezes ilustres (...)

Chegam também, não tão numerosos, os licenciados e os diplomados (...)

Alguns imigrantes cultos, são, segundo a tradição, exilados políticos (...)

São ainda dessa época alguns estrangeiros cujos apelidos são lembrados nas crônicas e nos catálogos familiares.” (18)

Concentrando-se a atenção na primeira linha de abordagem, observa-se que são raros os estudos específicos sobre casas de comércio estrangeiras no Brasil do século passado e que as esparsas referências à elas restringem-se em sua grande maioria ao período logo posterior a 1808, para reaparecerem, depois, ao fechar-se o século XIX, existindo, portanto, um grande hiato. Além disso, essas referências dizem respeito principalmente à região Sudeste, uma vez que envolvem mais particularmente as áreas mais de perto nuclearizadas pelos portos do Rio de Janeiro e Santos⁽¹⁹⁾.

Podemos agora, retomando indagação anteriormente feita, e considerando a importância das casas dedicadas aos negócios da importação-exportação no âmbito da economia cafeeira pelo controle da maior parte dos lucros aí gerados, tal como estudado por CARONE, colocar a questão: qual teria sido sua atuação e os efeitos dessa atuação em outras áreas do país?

A resposta a esta questão implica a necessidade de pesquisas que esclareçam os mecanismos de atuação dessas casas comerciais, desvendando as atividades que exerceram no Brasil.

O grande problema que se coloca para a realização de pesquisas sobre esse tema reside certamente na dificuldade de localização e trabalho com as fontes. Sobretudo acervos documentais de empresas estrangeiras que atuaram ou atuam no Brasil, que poderiam constituir fontes privilegiadas, são "desconhecidos" ou não estão acessíveis aos pesquisadores brasileiros. Arquivos como o da Light são casos raros a possibilitar a pesquisa.

À dificuldade de trabalho com arquivos privados de antigas casas comerciais estrangeiras, soma-se o fato mencionado por Ana Célia Castro de que raras casas comerciais eram sociedades anônimas e assim, em sua grande maioria, não constam sequer numa das poucas fontes oficiais, impressas e sistematizadas, existentes para a pesquisa.⁽²⁰⁾

Estamos certos, porém, de que, como para tantos outros temas da história econômica do Brasil, existem fontes disponíveis, não só no país mas também no exterior e o desconhecimento das mesmas não devem ser confundido com a sua inexistência.

No trabalho que realizamos ⁽²¹⁾ investigamos particularmente um casa comercial francesa que se estabeleceu no Ceará, em 1870 - a casa Boris Frères. A empresa, que ainda hoje existe, constituía uma filial de matriz com sede em Paris. Desde a sua instalação até os anos finais da República Velha, atuaram como casa exportadora-importadora, desdobrando essa atividade ao atuarem também como casa bancária, agentes de navegação e seguros, e ensaiaram investimentos em projetos agro-industriais, estradas de ferro e exploração de minas, exercendo um papel de relevo na economia cearense.

À pesquisa do acervo documental da empresa, constituído essencialmente pela correspondência a ela dirigida por comerciantes e fornecedores de Fortaleza e de diversas cidades interioranas, - sob a guarda do Arquivo Público do Ceará - nos foi possível acrescentar pesquisas em arquivos franceses.

Neles pudemos constatar a existência não só de dados sobre a Casa Boris-matriz, especificamente, que incluem desde seu processo de fundação, organização e expansão até sua posição no quadro das empresas francesas no período, e na "teia"

das relações comerciais e financeiras franco-brasileiras, como também - o que se revelou mais importante - sobre a expansão comercial francesa no Brasil no século XIX, na qual ela deve ser contextualizada.

Observamos que na França, como no Brasil, pouco tem se escrito sobre o tema do comércio franco-brasileiro no século XIX. O trabalho de Jurgem Schneider constitui mesmo uma bem-vinda exceção (22). Dedicado aos anos de 1815, seu texto está centrado na questão da política econômica protecionista francesa e seus efeitos sobre as trocas comerciais entre Brasil e França. As poucas referências existentes sobre algumas casas de comércio adquirem enorme importância na medida em que inexistem estudos sobre essas casas francesas no estrangeiro no século XIX.

Os trabalhos publicados que abordam a presença do capital francês em nosso país versam - ainda aqui mais uma vez como no Brasil - de forma largamente privilegiada sobre o capital financeiro. Assim, são às exportações de capitais franceses, sobretudo no período de 1870 em diante, que vários autores dedicam suas pesquisas(23).

Em nosso trabalho, ao estudar a expansão comercial francesa para o Brasil, principalmente no período que se abriu com as décadas de 1840-50, buscamos mais especialmente analisar - através do desdobramento do trabalho num estudo de caso específico, o da Casa Boris Frères - a presença e as articulações de uma casa comercial européia - no caso francesa - numa economia de base agrária, no Nordeste da segunda metade do século XIX. A identificação dos interesses da Boris Frères no Ceará, as formas de efetivação desses interesses numa região específica, isto é, seus mecanismos de atuação, e os efeitos dessa atuação sobre a economia cearense são aquilo que mais de perto nos interessou.

NOTAS

(1)MAGALHÃES, Beatriz R. de. *Lex. Flux des capitaux anglais au Brésil à la fin du XIX siècle.* Paris, Université de Paris I, 1977.

VIDAL, J. C. *Capital étranger et industrialization: les cas des investissements français au Brésil.* Paris, Université de Paris I, 1980.

LIMA, C.A. Ferreira. *Les entreprises multinationales et l'Etat brésilien.* Paris, Université de Paris I, 1980.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil. 1860-1913.* Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SAES, Flávio A.M. de. e SZMRECSÁNYI, Tamás. *O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930.* Revista de Estudos Econômicos. São Paulo, USP, 15(2), maio/agosto, 1985.

_____. *O capital estrangeiro na industrialização de São Paulo (Brasil): 1870-1930.* Texto apresentado no VIII Simpósio Internacional de História Econômica. CLACSO. Buenos Aires, 26 a 29 de outubro de 1987.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *A era dos trustes e cartéis.* In *História e Energia: a chegada da Light.* São Paulo, Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.

SAES, Flávio A.M. de. *Os investimentos franceses no Brasil: o caso da Brasil Railway Company (1890-1930).* In MAURO, Frédéric. e ALEMANY, Soline. *Transport et commerce en Amérique Latine, 1800 - 1970.* Paris, L' Harmattan, 1990, p. 91-109.

DINIZ, Célio C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

SOMOGYI, Flávio. *Un exemple de la présence économique française au Brésil: "L'Empire Bouillaux - Lafont".* In Mau-

ro Frédéric e ALEMANY, Solene. Transport et commerce en Amérique Latine, 1800-1970. Paris, L'Harmattan, 1990, p. 109-123.

BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

VALLA, Victor. A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928. Rio de Janeiro. Ao Livro Técnico, 1978.

BARRETO, A. E. Muniz. Relações econômicas e o novo alinhamento internacional do Brasil, 1870-1930. São Paulo, FEA/USP, 1977.

PETRATTI, Palmira. A instituição da The São Paulo Brazilian Railway Limited. São Paulo, USP, 1979.

CHIARIZIA, M.M. de Azevedo. Itabira Iron Ore Company. Rio de Janeiro, UFF, 1979.

MELO, Josemir C. de. A lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico, 1870-1890. Recife, UFPE, 1978.

Existem ainda alguns outros trabalhos, mas de cunho mais político como: PRADO Jr., Caio. Capitais estrangeiros. Revista Brasiliense. São Paulo, Brasiliense, 1945 e junho de 1957; MOURA, Aristóteles. Capitais estrangeiros no Brasil São Paulo, Brasiliense, 1960; BRANCO, Catulo. Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

(2)Veja-se, por exemplo: PRADO JR., CAIO. História Econômica do Brasil. 30ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984,; SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930. In FAUSTO, B. (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel, 1975, T.III, V.1, p. 345-390; OLIVEIRA, F. de. A emergência do Modo de Produção de Mercadorias: Uma Interpretação Teórica da Economia da República Velha no Brasil. In FAUSTO, B. (dir.), ibid., p. 391-414. DOWBOR, L. A formação do capitalismo dependente no Brasil. Lisboa, Prelo, 1977; CARONE, Edgard. A República Ve-

lha, I Instituições e Classes Sociais (1889-1930). São Paulo, Difel, 1978; SAES, F.A.M. de. As ferrovias de São Paulo, 1870-1940. São Paulo, Hucitec, 1981; idem, A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira. São Paulo, Hucitec, 1986; idem, Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930. São Paulo, IPE/USP, 1986; SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1981; MELO, J.M. Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1983.

(3) Referimo-nos a Flávio A.M. de Saes e Tamás Szmrecsányi.

(4) SAES e SZMRECSÁNYI "O capital estrangeiro no Brasil", já citado.

(5) Ibid. p. 197

(6) CASTRO, Ana Célia, opus cit.

(7) Ibid., p. 41

(8) Ibid. p. 41-46

(9) SAES e SZMRECSÁNYI, "O capital estrangeiro no Brasil", p. 196.

(10) PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. 30^a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984; PANTALEÃO, Olga. "A presença inglesa". In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. 4^a. ed. São Paulo, Difel, 1976, T. II, V.1, p. 64-99; PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva. 14^a. ed. São Paulo, Difel, 1984, p. 126-145; IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais In HOLANDA, S. Buarque de. e CAMPOS, Pedro Moacyr de., opus cit., 3^a. ed. São Paulo, Difel, 1972, T. II, V. 2, p. 364-412; MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1973.

Dentre esses trabalhos merece atenção especial o de Olga Pantaleão que se aprofunda numa rara e minuciosa des-

crição sobre as condições de comércio das primeiras casas inglesas estabelecidas no país, no período que se estende de 1808 a 1815.

(11) PRADO JR., Caio, opus cit., p. 136-137.

(12) Veja-se: CAMPOS, P. Moacyr de. Brasil-Alemanha. In HOLANDA, S. B. de e CAMPOS, P. M. de., opus cit., 2ª. ed. São Paulo, Difel, 1974, T. II, V. 4, p. 216-232.

O autor traz informações sobre casas de comércio alemães, especialmente uma dedicada aos negócios da importação-exportação no Estado de Sergipe.

Veja-se ainda: GRAHAM, Richard. Brasil-Inglaterra, 1831-1889 In HOLANDA. S.B. de e CAMPOS, P.M. de, opus cit, p. 141-152.

(13) PRADO JR., Caio., opus cit.; CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In HOLANDA, S. B. de e CAMPOS, P. M. de, opus cit, 2ª. ed. São Paulo, Difel, 1974, T. II, V. 4, p. 85-137; COSTA, Emília Viotti da. Urbanização no Brasil no Século XIX In idem, Da Monarquia à República. Momentos decisivos. 3ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 194-227; CARONE, Edgard. A República Velha I Instituições e Classes Sociais. 4ª. ed. São Paulo, Difel, 1978; MORAES, M C. de Paiva Melo. A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil 1844-1918. FFLCH/USP, 1988 (mimeo).

(14) CARONE, E., opus cit., p. 37-38.

(15) ALVES, Gilberto Luís. Mato-Grosso e a História: 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. Boletim Paulista de Geografia 61, 2º. sem., 1984. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros.

(16) GRAHAM, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914. São Paulo, Brasiliense, 1973.

(17) Veja-se: PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. In HO-

LANDA, S.B. de. e CAMPOS, P.M. de., opus cit., 3ª. ed., São Paulo, Difel, 1972, T. II, V. 2, p. 242-311; REIS, Arthur César F. A Província do Rio de Janeiro e o Município Neutro. In HOLANDA, S.B. de. e CAMPOS, P. M. de., opus cit, p.315-352; FREYRE, Gilberto. Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 2ª. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977.

FREYRE, apesar de fazer um estudo sobre os ingleses do ponto de vista de sua influência cultural, traz uma série de informações sobre casas comerciais, especialmente no capítulo II da obra citada, que tem como apoio documental os anúncios de jornais brasileiros da primeira metade do século XIX.

(18) PINHO, W. opus cit. p. 290-291.

(19) Note-se que o trabalho de MORAES, citado na nota 13, embora tenha por tema uma casa de comércio estrangeira, que esteve entre as maiores exportadoras de café de Santos, na segunda metade do século XIX, constitui, em essência, um estudo sobre agentes comerciais-financeiros na economia cafeeira.

(20) CASTRO, Ana C., opus cit., p.46.

Referimo-nos à "Sociedades Mercantis autorizadas a funcionar no Brasil (1808-1946)". Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Publicação do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, 1946.

(21) Tese de doutorado sob a orientação do Prof. Dr. Edgard Carone na Universidade de São Paulo, - como bolsista da CAPES - e da Prof. Dra. Kátia de Queirós Mattoso, na Universidade de Paris - Sorbonne, como bolsista do CNPq, defendida em dezembro de 1992 na USP.

(22) SCHNEIDER, M. Jorgen. Le commerce de la France avec le Brésil et spécialement la position du commerce français sur les divers marchés du Brésil entre 1815 et 1848. Paris, CNRS, 1973.

- (23) Veja-se: CAMERON, Rondo E. L'exportation des capitaux françaises, 1850-1880. *Revue d'Histoire Économique et Sociale*. Paris, 33 (3): 347-353, 1955; PRETECEILLE, Sylvia. Les intérêts français en Argentine, au Brésil et au Mexique, de 1870 a 1914. Paris, IHEAL, 1963; QUINN, Majella. Les investissements français au Brésil (1850-1914). Paris, IHEAL, 1972; DAUMARD, Adeline. Les placements à l'étranger dans les patrimoines des français au XIX siècle. (1815-1914). *Revue d'Histoire Économique et Sociale*. Paris, 52 (4): 526-546, 1974; RAVAGNI, L. A. Cruz de. Les investissements français au Brésil (1890-1930). *Cahiers d'Amérique Latine*. Paris, 16:105-124, 1977; MAURO, Frédéric. Las inversiones francesas en Brasil, siglos XIX y XX. *Actas de la 6ª. Reunión de Historiadores Latino-Americanos*. Estocolmo, Universidade de Estocolmo, Instituto de Estudios Latino-Americanos. 1983, p. 673-693; idem. Les investissements français en Amérique des origines a 1973. *Revue d'Histoire Économique et Sociale*. Paris, 55 (1-2): 234-262, 1977.

“Povo-Uno” versus “Corpo de Cristo”: uma construção teórica

Maria das Dôres Medeiros*

Prof.^a do Curso de História do Campus de Caicó-UFRN

VIVÊNCIA, UFRN, CCHLA, Natal, V. 5 n. 2, p. 135-144 Julh/Dez. 1992

"Povo-Une" versus "Corpo-de-Cristo": uma construção teórica

Martha das Dóres Medeiros*

Prof. do Curso de História do Campus de Caldas-UBERN

VIVÊNCIA, UERN, COLÍM A NAVE, V. 3, n. 2, p. 133-144, jul./dez. 1997

A organização das sociedades políticas pode ser analisada segundo posições teóricas, cujos conteúdos diferem nos referenciais de análises e se identificam quanto à essência desses elementos.

O referencial teórico que orientou o estudo fundamentou-se nas teorias **"Povo-Uno"**, do pensador francês Lefort, aplicada aos estados totalitários de esquerda, em particular, o stalinismo; e a concepção de **"Corpo Místico de Cristo"**, trabalhada pelo historiador Lenharo, na análise de regimes totalitários de direita, em especial no Brasil, na Era de Vargas.

Nesse sentido, o presente trabalho tenta estabelecer a relação entre as duas teorias referidas.

Os anos 30 nasceram sob o signo de convulsiva crise econômica e de efervescentes discussões no campo das idéias teóricas anárquico-filosóficas. Vão minar os alicerces do liberalismo e causar instabilidade político constitucional à ordem internacional vigente. Deixa em pavorosa situação a burguesia, detentora do poder e da riqueza, e desnorteada a massa trabalhadora e populacional.

Nesse quadro, parecia concretizarem-se "as predições de Marx": o colapso do capitalismo. Com o advento do comunismo seriam impostas novas formas nas relações sociais de produção. Socializariam-se os meios de produção e melhoraria a vida da classe expropriada da sociedade, com o apoio da população ansiosa por mudanças, face à situação.

A burguesia atônita, enfrentou o desafio. Engendrou a construção de uma teoria totalitária. Dispôs-se a burlar o liberalismo, a preservação democrática e as decisões parlamentares, em nome de seus reais interesses de classe, para garantir o domínio sobre a propriedade privada dos meios de produção e sobre as forças produtivas.

Adotou-se uma experiência política e social nova, o corporativismo, eficiente instrumento depurador de falsas ideologias, que colocavam em risco a propriedade. Resgatava-se o ideal cristão de cooperação, agora incorporado ao sistema de produção para atrair o interesse e o envolvimento do trabalhador no processo produtivo, como forma de anular a luta de classe e mascarar todo mecanismo de exploração e, seu principal instrumento, a "mais-valia".

Neste contexto, as classes privilegiadas e conservadoras

do Brasil também sacrificaram os ideais liberais para “brecar a torrente socialista”, implantando um regime autoritário que buscava espelhar na sociedade a idéia de homogeneização. Tentava-se, dessa forma, a construção de uma ideologia que apresentasse uma imagem conciliadora entre capital e trabalho, inspirada em encíclicas papais, para manter sob o controle do Estado as reivindicações da classe trabalhista e, ao mesmo tempo, minimizar a questão social.

Decorrente desse falso discurso do poder que passava ao trabalhador uma ideologia de harmonia social, o operário, na nova ordem social e política estabelecida pelo Estado Novo no Brasil, não constituía numa ameaça à homogeneidade do corpo social. Ele era induzido a partilhar dos ideais cristãos propulsores de uma crença de “equidade de justa distribuição”.

Também esse projeto apresentava-se como proposta “contra-revolucionária” ao frear o avanço das forças progressistas, mesmo propondo uma reorientação da sociedade como um todo, em resposta ao “desejo maquínico de mudança”.

A política social do Estado Novo teve como princípio o resgate da dignidade do trabalhador brasileiro, usando essa política como instrumento eficaz capaz de manter forças sociais antagônicas em situação de equilíbrio. A adoção dessa prática evidencia uma política ilustrada por um caráter populista, ou seja, a utilização das massas como peça fundamental nas regras de manutenção do poder.

A partir daí, tornava-se viável a mobilização de segmentos populares, visando a uma ação coletiva e conferindo um estilo que se notabilizaria pela liderança e pela força da persuasão.

Ao manter o povo sob controle, Vargas fez das leis trabalhistas um instrumento da pacificação social e neutralizador dos movimentos operários e assumiu a imagem de líder carismático e paternalista junto às massas, chegando ao nível de ser identificado como o “Pai da Pobreza”. Ao mesmo tempo que era membro do corpo, ele também era a cabeça, o condutor, aquele que representava a nação e com ela se confundia, o “Egocrata” da teoria de Lefort. Foi ainda capaz de fazer as massas sentirem-se parte do governo, parte do mesmo corpo social.

Como na concepção de Corpo Místico de Cristo, assim

também o sistema produtivo envolve funções desiguais entre si, mas necessárias ao progresso da nação. Partindo do princípio de serem todas as funções importantes para a consecução desse progresso, elas se tornam dignificadas e, aparentemente, iguais sem deixarem de ser, na verdade, diferentes entre si. Perpassa, desse modo, a crença de uma sociedade regulada pela igualdade de condições, que se corporiza sob a imagem de **Povo-Uno**.

Na elaboração e execução desse projeto de conciliação social, ocorre a transposição de elementos sacros para a esfera do poder temporal, de elementos espirituais para o campo material. A Igreja emprestou seus símbolos ao poder secularizado, apropriando-se da racionalidade e dos avanços científicos “para melhor agir e interagir no mundo” **Lenharo, p. 170**). Através dos seu signos ela explica o que pensa das relações de trabalho, usando-os como recurso de investigação nas mesmas relações. Os seus símbolos ainda se prestam à explicação da posição da Igreja face às posturas políticas que se colocavam à sua direita e à sua esquerda. (p. 172).

Também o discurso da classe empresarial denota a utilização da simbologia cristã, utilizando o sagrado no profano de forma a passar uma ideologia de conciliação social e progresso “escamoteando o mundo particular da exploração do trabalho” (p. 195).

Ao recorrer a simbologia cristã, os ideólogos do poder, apoiados pela burguesia, apresentavam uma proposta autoritária como solução para superar a anarquia liberal e estancar o avanço do comunismo, o “outro” da análise lefortiana. O inimigo devia ser extirpado para não ameaçar a unidade do **corpo-Uno**.

A Igreja, ao apoiar o governo no combate ao inimigo comum, legitimou o regime, abrindo espaço para a adoção de medidas autoritárias e práticas repressivas. No pedido de oração aos fiéis pela Nação, a Igreja terminou por atribuir-lhe caráter religioso. “Ao mesmo tempo que ente sagrado, a nação também é pensamento, energia, ação, matéria. Estão dadas, portanto, as duas naturezas distintas desse corpo único, religioso e social.”. (p. 191)

Reportando-se à teoria de **Lefort**, a representação totalitária envolve, também, duas imagens-chaves, a do **corpo** e da **máquina** que se articulam entre si, mantendo sempre a inte-

gridade do **corpo-Uno**.

Desse modo, ao se estabelecer uma comparação entre a concepção do **povo-Uno** de **Lefort** e a doutrina do **Corpo Místico de Cristo**", trabalhada por **Lenharo**, pode-se chegar à conclusão de que ambas se aplicam à natureza do Estado Totalitário. Foram empregadas para apresentar uma visão organicista de sociedade, um todo homogêneo que não se fragmenta e, ao mesmo tempo, eliminar os inimigos do regime, aqueles que ameaçavam a unidade do todo social.

Fruto de uma mutação política, o totalitarismo nasce nas sociedades em processo de implantação da democracia. Para **Lefort**, as forças democráticas ao derrubarem o Antigo Regime, não conseguiram preencher o vazio deixado pela desintegração da "corporeidade social e desincorporara os indivíduos, fazendo apagar a identidade do corpo político". É nesse vazio que surge a aventura totalitária.

Da mesma forma, **Lenharo**, citando **Laski**, (p. 178), encontra explicação para a adoção de uma proposta autoritária no vazio deixado pela Grande Guerra. A nação já não podia preencher esse vazio em razão dos "resultados desastrosos a que levava a humanidade". Como saída, tem-se a utilização da doutrina social da Igreja, aplicada ao organismo social, através da qual se antevia a possibilidade de retirar "a bandeira da fé das mãos do comunismo". (p. 179) Tinha-se assim, uma proposta autoritária na vertente burguesa.

A histeria anticomunista dera origem, pois, nas camadas privilegiadas e conservadoras, o desejo de um regime que colocasse um fim à anarquia e propiciasse a ordem e a paz interna. Finalmente, que suscitasse estabilidade econômica e progresso em alterar a formação social brasileira. (**LOPEZ**, p. 82).

Na apresentação de uma breve síntese dos princípios comuns entre as teorias analisadas, pode-se afirmar:

a) na visão lefortiana:

- a implementação do marxismo na Rússia não aboliu a existência de classes no seio da formação social;
- a necessidade de criar inimigos para que haja a

afirmação do **Povo-Uno** e, ao mesmo tempo, a separação do “Outro”;

- o “Outro”, por ser órgão estranho ao corpo, deve ser eliminado;
- a existência de um poder todo poderoso, o “Ego-crata” que se confunde como o todo.

b) na concepção do Corpo Místico de Cristo:

- permanece a mesma estrutura social, embora sob a imagem ideológica de igualdade social;
- a legitimidade do regime é possível pela existência de crenças estranhas que ameaçam a unidade da família cristã (o povo brasileiro) e que devem ser eliminadas;
- os filhos de Deus devem purgar seus pecados para tornarem-se parte do seu corpo e comungarem dele, afastando tudo que possa alterar a ordem e a moral cristã;
- o governante ocupa o lugar da cabeça, que também é corpo, cuja vontade imprime comando ao corpo político social.

Diante do exposto, percebe-se que a idéia harmônica de sociedade, sem relação conflituosa de classe, é defendida ainda hoje por alguns segmentos da Igreja. Tal constatação pode ser evidenciada diante da Campanha da Fraternidade de 1988, quando a Arquidiocese do Rio de Janeiro adotou como slogan “Várias raças, um só povo”, deixando perpassar essa mesma concepção de homogeneização do corpo social.

BIBLIOGRAFIA

- LEFORT, Claude. - A imagem do corpo e o totalitarismo. In: **A invenção democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Cap. 4, p. 108-121).
- LENHARO, Alcir. - **Sacralização da política**. Campinas: Papi-rus, 1986. (Cap. 6, p. 169-197).
- LOPEZ, Luiz Roberto. - **História do Brasil Contemporâneo**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Dois Tempos na História do
Pensar o Território:
A Geografia Clássica e a
Geografia Econômico-Social

Dr. Wilson Teófilo de Barros
Bols. Acadêmico de Pós-graduação
Departamento de Geografia

VIVIANE LOPES OLIVEIRA, 1994, p. 108-121, 1983

BIBLIOGRAFIA

LEFORT Claude - A imagem do corpo e o totalitarismo. In: A investigação desportiva. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Cap. 4 p. 108-121).

LENNHART, Alain - Socialização da política. Campinas: Papirus, 1984 (Cap. 6 p. 169-187).

LOPES, Luiz Roberto - História do Brasil Contemporâneo. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Dois Tempos na História do Pensar o Território: A Geografia Clássica e a Geografia Econômico-Social

Dr. Nilson Crocia de Barros
Univ. Federal de Pernambuco
Departamento de Geografia

Dois Tempos na História do Pensar o Território: A Geografia Clássica e a Geografia Econômico-Social

Dr. Wilson Crocê de Barros
Univ. Federal do Pernambuco
Departamento de Geografia

Introdução

Este artigo aborda dois momentos importantes na formação da ciência geográfica. O movimento de idéias que veio a se denominar Geografia Econômico-Social, surge a partir de novas ênfase e valorização inter-disciplinares; a geografia aproxima-se das explicações econômicas e sociais, estreitando então com estes ramos do saber suas relações. Contudo, ela nasce em relação com a Geografia Clássica e seu naturalismo, aquele conjunto de idéias que sobre-elevava a influência do meio físico e biológico na organização do território. Há, portanto, entre as duas abordagens, um diálogo, um debate, uma diferenciação qualitativa. É justamente a face epistemológica deste conjunto que é tida como objeto deste artigo: como cada qual valoriza diferentemente os fatores, ou agentes? Que atores passam a participar na explicação geográfica?

Naturalmente, não se trata aqui de identificar “superioridades”, ou “avanços”, como uma análise cronológico-historicista tenderia a fazer. Há, pelo contrário, muitas identidades a nível epistemológico, tal como a sedução determinística. E ambas têm o historicismo como um dos pilares. As idéias de acaso e probabilidades não possuíam muitos adeptos na geografia, ao tempo deste debate mencionado.

Este artigo, portanto, procura apresentar os dois momentos do pensamento geográfico, em uma perspectiva epistemológica e cultural. Epistemológica, no sentido já enunciado; e cultural, a partir do entendimento de que o pensamento geográfico é uma cultura acadêmica, produzida, que não se reduz a conjunturas específicas histórico-políticas, e que apresenta sobrevida em relação a elas.

I - A Geografia Clássica: os fundamentos geográficos e a geografia regional

A Geografia Clássica - termo empregado para designar aquele amplo momento basilar da disciplina, quando se funda o espírito e o método geográfico, dos fins do século XIX à primeira metade do século XX - cultivou certos conceitos que se transmitiram de geração a geração de geógrafos, e sobre cujos

trabalhos exerceram notável influência - guia. Foram divulgados sob o nome de princípios geográficos. Eram expostos nas obras introdutórias da disciplina, a título de "fundamentos".

Sem dúvida, eram conceitos de alto grau de abstração ao mesmo tempo que operacionalizáveis com instrumentos metodológicos. Mais de um geógrafo, contudo, observou a timidez da geografia clássica rumo a uma geografia de natureza geral (HARTSHORNE, 1978-117-118). Esta atitude é particularmente marcante nos manuais franceses do início deste século (séc. XX).

A geografia clássica francesa tinha, entre outros aspectos, o caráter de uma resistência possibilista - anti-determinista - com respeito à "fé" científica que caracterizara a ciência do século XIX. Em geografia, o positivismo expressou-se através do determinismo físico. As leis e as conceituações inspiram-se na busca do estabelecimento de verdades - científicas - incorríveis, que aceitas mediante argumentação "coerente" copiosa, propiciariam a previsão do que deveria acontecer em condições semelhantes. As ciências deveriam prever, com precisão tal, que permitisse o desdobramento delas em domínios aplicados, ou engenharias. E assim como ocorrera na física e na matemática, com a aplicação dos conhecimentos aos transportes, aos processos industriais, etc, poderia acontecer também - este foi o programa positivista para as ciências da sociedade - com a vida social. Acreditava-se nas leis sociais, que descobertas, possibilitariam a apreensão do fio das transformações - e evolução - social. Inspiravam-se nas idéias de Darwin, e sua obra, *A Origem das espécies* (1859), acerca dos sistemas biológicos.

August Comte apresentou seu modelo de evolução social a sociedade teria passado, na sua infância, por um estágio teológico, estava em um momento metafísico, e deveria entrar num estado positivo ou científico, cuja gestão social caberia a cientistas e homens empreendedores nos setores de aplicação das ciências à produção (industriais) (COMTE, 1983). Esta super-ciência, capaz de prever e encaminhar a vida social, era denominada a física social.

A ciência fazia seus extraordinários progressos no estudo dos sistemas materiais, e a conjuntura cultural impulsionava-a a arriscar-se em vôos mais elevados. O adjetivo científico

foi sendo colocado após cada substantivo, que denominava fenômenos relevantes. Por exemplo, surge o socialismo científico, que afirmava ter descoberto os núcleos da história humana - o que permitia previsões sobre o futuro, e a necessidade intrínseca de acontecerem eventos no tempo que viria -, que seriam a luta de classes e a concentração dos meios de produção (ENGELS, 1962:63-64).

Em geografia, o termo física, por largo tempo - em Humboldt, por exemplo - substituiu o termo geral, isto é, mesmo referindo-se a assuntos humanos, empregava-se a palavra geografia física (HARTSHORNE, 1978:116). Ratzel (1844-1904), que na segunda metade do século XIX, inspirava-se na obra de Darwin, procurava captar a influência do meio na formação das sociedades e suas idéias. Por exemplo, como o espaço - a continentalidade, ou insularidade, etc. - poderia explicar o destino dos povos (CLAVAL, 1974:53).

A geografia possibilista¹, enfrentando desafios de conhecimento e ocupação de áreas coloniais, abriu uma senda no sentido da compreensão do papel das técnicas, na adaptação dos meios físico-biológicos. Aos princípios usuais de extensão dos fenômenos - e distribuição, evidentemente -, unidade e conexão terrestre, adicionou-se a noção de gênero de vida, que será examinada mais adiante. Contudo, observa-se uma resistência àqueles esforços precipitados que começavam a não ser mais essencialmente pertencentes à ciência. Seria este um significado da orientação da geografia clássica rumo ao concreto, à observação cuidadosa, à paisagem?

O programa lablachiano, desenvolvido pelos seus seguidores, apresentava aspectos que são necessários precisar. A princípio, preservava-se o sentido de **terreno**, dos homens no território e suas relações - a noção de meio, herdada de Ratzel e Haeckel, este o sistematizador de ecologia. Neste aspecto, o **mapa** expressava e intimidava o geógrafo com o território. Veja-se a importância dos atlas na criação lablachiana. O cuidado com as generalizações infundadas, revelava-se, entre outros aspectos, com a importância que era conferida às excursões

1 - O termo deve-se a Lucien FEBVRE (1955), historiador que criticava o uso da geografia determinista na interpretação histórica, e foi grande divulgador da obra de Paul Vidal de La Blache.

de campo e à descrição (CLAVAl, 1974:64-65). Paul Vidal de La BLACHE dedicou-se o essencial de seus esforços às observações e aos trabalhos de ordem regional - os Atlas, por exemplo -, e o seu livro, **Princípios de Geografia Humana** (1954), é obra póstuma, organizada por seu discípulo E. de Martonne. Por outro lado, La Blache procurava re-valorizar o que julgava adequado na tradição geográfica, e a visão ecológica ao lado de uma metodologia que partia das condições físico-biológicas, para posteriormente considerar o homem habitante, seriam permanências, aparados os exageros deterministas. La Blache apresenta, em seus textos, já reconhecimentos de causas de ordens diversas se cruzando, e do papel das contingências.

Ao mesmo tempo, refreava a sedução colocada pelo possibilismo, de a geografia vir a situar-se no campo próprio das ciências do homem, quando lembrava ser a disciplina um saber dos lugares. **Lugar** era termo mais simples, mais empírico, menos carregado de conotações interpretativas correntes que **espaço**, com seus significados teleológicos para povos e destino.

A visão enciclopédica, da geografia dos séculos anteriores, era mantida, mas se realizaria agora através do estudo **totalizantes** de uma determinada parte da superfície terrestre - a região, que foi considerada como algo concreto, que se impunha por si mesma -, assumindo a forma da **monografia regional**, ou síntese regional. Sem dúvida, novos e volumosos conhecimentos sobre cada região permitem-nos entender a monografia como de natureza mais detalhada - além de restringir-se o estudo a áreas limitadas - que um saber enciclopédico extenso. Talvez, fosse mais próprio afirmar que se preservara, fortalecida com técnicas cartográficas e as observações de campo, o ponto de vista de **conjunto**, que permitiria identificar as diferentes personalidades regionais (MEYNIER, 1969:98). Lembre-se: que a região era quase quem se impunha ao geógrafo, e, na tradição naturalista da qual fazia parte, a geografia então entronizava a região natural. A auto-reflexão sobre os critérios, ou uma geografia geral, seria cogitada mais propriamente já como respostas àqueles obstáculos, porém como outro face da geografia clássica.

Assim, este esforço de expressão das personalidades das regiões exigiu não só certo trato bastante empiricista, como quase por contraste a **monografia regional** notalizou-se pelo

elevado valor estético e literário. Eram necessários engenho e arte na sua realização e, naturalmente, domínio da linguagem.

Diversas obras procuraram sistematizar os procedimentos, métodos e o espírito geográfico clássico. Manifestavam elas a convicção de que a disciplina deveria estar atenta e dedicar prioritariamente seus esforços aos estudos regionais, que formariam a essência da geografia. Já foram feitas referências às **introduções** e o papel que lhes atribuíam os seus autores. Em SORRE (1984:87-98), as tipologias de complexos territoriais são idéias ou aportes gerais a utilizar em estudos regionais, mais não significam leis gerais. DEMANGEON (1952:25-34), em seus **Problema de geografia humana**, define a geografia como ciência do homem - **habitante**, apontando no caminho da observação. O que seria **geral**, em geografia, teria o caráter de iniciação.

A noção de **gênero de vida**, foi sem dúvida, um guia para estudo de regiões ocupadas. Como conjunto de técnicas - embora não se reduzindo a isto -, eram estes gêneros vistos como modos de o homem relacionar-se com o meio, de forma mais, ou menos, dependente dele. Através de uma sistematização tópica - no sentido de itens -, tais como alimentação, habitação, utensílios, se organizava a coleta de material, pacientemente, intentando verificar a coalescência entre o homem e seu meio, no qual a co-habitação era percebida através destes itens mencionados (LA BLACHE, 1954:377-8-9). Posteriormente, SORRE (1984:99-123) desenvolveu a noção, observando a introdução de elementos novos num gênero de vida consolidado, através da circulação e do desenvolvimento das interdependências econômicas entre áreas, provocadas pelo progresso das trocas. DEMANGEON também observara isto em sua monografia sobre o Limousin, França (1952:239-260).

O geógrafo norte-americano, Richard HARTSHORNE, na década de 1930, reuniu amplas reflexões, baseadas na história e na situação de então da disciplina, acerca desta contradição sempre presente na geografia (HARTSHORNE, 1978). Reagia contra o procedimento comum mais empírico e descritivo, afirmando a necessidade de reconhecimento da geografia, como fundamentalmente um **ponto de vista**, ou uma **ciência-método**. Procurou, então, dar rigor lógico à sua idéia,

procurando desenvolver sistematizações da geografia, como uma ciência da **diferenciação das áreas**.

Hartshorne entendia ser a geografia composta por duas esferas: a dos **estudos tópicos**, e dos **estudos regionais**. Enquanto esta última se caracteriza por estudar, em áreas reduzidas, as variações espaciais de **complexos de interação** - em outras palavras, combinações - de elementos mais numerosos, a outra parte da disciplina (tópica) se detinha na análise de complexos mais elementares, reduzidos, em variações espaciais ao longo da superfície terrestre (HARTSHORNE, 1978:129). Em suas próprias palavras, a análise das integrações mais elementares é a abordagem tópica ou geral extrema; e a das integrações mais complexas é a abordagem regional extrema (HARTSHORNE, 1978:137). Devemos, então, ligar estas reflexões sobre geografia geral e regional às observações feitas antes acerca das propriedades dos conceitos, particularmente no que se refere à extensão do mesmo. Exemplificando, enquanto o conceito de cidade é uma interação simples, de alta extensividade, o conceito de cidade metropolitana já apresenta menos extensão, o que se acentua com o conceito de cidade metropolitana em regiões subdesenvolvidas. No extremo da restritividade, estariam os estudos regionais urbanos dedicados a entender com maior riqueza substancial uma cidade determinada.

Dos conceitos, chega-se às **regões genéricas**, tais como zona equatorial, de campos e savanas, etc., em uma conceituação ambiental ou florestal, ou zonas de agricultura tropical camponesa, de "plantations", etc., em uma conceituação atenta a formas de organização sócio-econômica em agricultura. É com significados gerais, que HARTSHORNE desenvolveu a idéia da geografia como **diferenciação de áreas** (1978:17-18), ou **classificação ou tipologia de áreas**, que também pode ser expressa por símbolos, como nas classificações climáticas. HARTSHORNE estava atento, por outro lado às dificuldades que se mostravam em classificações da natureza cultural, pela riqueza das circunstâncias humanas.

Desta maneira, do exame das reflexões metodológicas clássicas da disciplina, é justo dizer que o idiográfico, o único, não foi propriamente exclusivo, e sim que houve permanente esforço para manter e aperfeiçoar bases gerais na geografia, o

que se prolongará até os dias atuais, como por exemplo, na recuperação de área-tipo **paisagem derivada** (SANTOS, 1978a:9), para entendimento das realidades espaciais dos países do terceiro mundo.

II - A Geografia Econômico-Social

O que teria acontecido à geografia, nas décadas de 40 e 50 sobretudo, para conferir tal mudança de ótica a certos geógrafos, a ponto de se considerar que só há mesmo um quadro regional, quando há um centro urbano em torno do qual se organiza a vida de uma área? Antes, na definição de uma região, os elementos ambientais-físicos desempenhavam papel preponderante, daí a relevância do conceito de região natural. O que o geógrafo observava - paisagem - era em geral referido às esquematizações naturais do território. Sem dúvida, no Congresso Internacional de Geografia (1938, Amsterdã), mostrava-se que era excessivamente redutora a atitude naturalista (MEYNIER, 1969: 170), e que a região do geógrafos, por considerar os fatos de utilização e ocupação do território, seria melhor denominada **região geográfica**.

A crise econômica de 1929 conduziu a desarticulações de áreas produtoras, urbanas e rurais, como efeitos de fatos monetários e de distribuição. Eram acontecimentos de elevado impacto nas paisagens dominadas pela economia de mercado, particularmente as ligadas aos grandes mercados mundiais, como café, petróleo, borracha, carvão, etc. Entender acontecimentos desta natureza começou a assumir importância capital na disciplina, quando os geógrafos tinham diante de si o desafio de estudar paisagens de produção mercantil, e esta forma de produção se expandia e se aprofundava nos diversos domínios territoriais. O que antes eram paisagens marcadas pela estreita dependência aos elementos naturais locais cuja exploração se rotinizara em técnicas, práticas e rituais, que constituíam um gênero de vida de origem mais ou menos remota, estavam agora sofrendo - os seus artesanatos de utensílios, instrumentos, alimentos - a concorrência de produtos da indústria, ou de produtos vindos de outras áreas agrícolas, ou de técnicas, trazidas pelo transporte, que também lhes abriam perspectivas de mer-

cado extra-regional ou internacional.

Verificaram-se, também, em grupos sociais que ocupavam paisagens consolidadas, processo de diferenciação interna, social, precipitados pela participação mercantil e novas atitudes. Os problemas de posse e propriedade da terra podiam revelar-se cruciais, de demonstrar que era necessário investigar as intermediações jurídicas, sociais, que se interpunham entre o homem e o meio.

Ora, o reconhecimento de que certos fatos - como o mercado em seus comportamentos, a acessibilidade a transportes, ou eventos políticos - eram essenciais para explicar as **distribuições e as paisagens geográficas**, e também de que estes fatos estavam fora do quadro metodológico usual da disciplina - naturalista - levou alguns a os reconhecerem como fatos **transgressionais**, nocaso em direção à economia e sociologia. Duas atitudes extremas adviriam destas constatações. De um lado, a recusa a sair do terreno rotineiro de intimidades interdisciplinares que caracterizavam a geografia naturalista. De outro, ir-se ao limite da valorização dos fatos econômicos e sociais, ao afirmar que só se pode considerar a existência regional quando há um **nó**, ou centro urbano, que organiza a vida de relações na área em exame; isto é, a única região seria a **região urbana**, que poderia estar por sobre áreas naturalmente diversas. Mas o essencial, sobre o que se constitui a geografia econômica e social, foi o reconhecimento da necessidade de introduzir na análise geográfica estes fatos **transgressores**.

Sem dúvida, o interesse por dados econômicos não vem destas décadas mencionadas - as de emergência da geografia econômica e social -, e sim de tempos mais recuados. Contudo, o tratamento dedicado a estes temas não era de ordem a integrá-los ao quadro da análise geográfica, antes tem a situação de um apêndice com respeito à disciplina e, não raro, reduziam-se a listagens estatísticas.

Uma rutura significativa aparece com a crítica que vai ser feita à noção de **gênero de vida**. Basicamente, esta crítica se dá na direção do reconhecimento de seu valor metodológico na compreensão de populações homogêneas, em que os membros das mesmas dependem da natureza em grau mais ou menos semelhantes, em que as relações endógenas prevalecem, etc. Mas, para sociedades em que partes apresentam níveis diversos

de integração intra e extra-regional, em que dominava a divisão do trabalho, e em que certos elementos têm um grau de dependência com respeito à natureza, diverso radicalmente de outros elementos, a noção seria inadequada (MEYNIER, 1969:154).

Esta revisão metodológica é empreendida por P. George. Ele observa, quanto à população, que sua distribuição em sociedades modernas seria melhor entendida não a reduzindo a resultados de causas físicas, mas sim relacionando à distribuição constatada ao quadro econômico e social do território, e, mais importante, ambas se interinfluenciavam. Desta maneira, da consideração precípua do homem como habitante, se passa com a geografia econômica e social a considerar-se o homem produtor-consumidor, usando a idéia dialética de causa e efeito mudando de lugar, no par de termos que é examinado.

A interpretação do mundo era buscada fora da disciplina como o diz CLAVAL (1974:167), a geografia não tinha para P. George o sentido de interpretação do mundo -, na economia política marxista e na dialética, para imprimir uma re-abordagem dos fatos territoriais. Raciocinando em escala planetária, acerca de sistemas econômicos sociais, vê P. George, como o motor das contradições, a evolução das técnicas - ou **forças produtivas** em sentido estrito (GEORGE, 1969:10) - em obra que significa um dos marcos iniciais das suas reflexões. Não só o nível material atingido pelas sociedades no espaço, mas também a estrutura social - que se apoiaria nas relações estabelecidas em torno dos meios de produção - seriam elementos diferenciadores de áreas na superfície da terra. Contudo, na identificação de conjuntos territoriais, GEORGE dedicava atenção às circunstâncias culturais mais permanentes, como a cultura mulçumana, os sistemas de castas no oriente, etc (1969).

Observe-se que o mercado passa a exercer um papel importante na explicação geográfica, inclusive no que se refere à necessidade intrínseca de criação incessante dos desejos de consumo (GEORGE, 1968:56-69). A geografia não poderia deixar de considerar o fenômeno das sociedades de massa. Entre outros aspectos, as relações sociais e econômicas possam a ser considerados - para o tipo de estudo de território que se programava estudar - mais importantes.

Estaria então a geografia começando a percorrer aquele caminho, de progressividade se tornar uma ciência social e humana, acerca do que La Blache advertira, reafirmando que a geografia era a ciência dos **lugares**; ou do homem-habitante na expressão de A. Demangeon? Pode-se responder que começa um processo de extremo vigor neste sentido.

Esta orientação, ora se apoiará no método da economia política marxista, ora em outras abordagens tais, como o positivismo lógico, em diversos casos com enfoques a - historicistas, e não holísticos, o que contrastava com a ênfase totalizante dos métodos de base hegeliana dos primeiros. O que as faz comuns é o reconhecimento da irredutibilidade de certos fenômenos territoriais - como a cidade, por exemplo - aos quadro naturais. Por vezes, como se verá adiante, os modelos chegam a estabelecer como premissas, superfícies naturalmente uniformes.

É então com a geografia econômica e social de P. George, que o método histórico-social do marxismo é sistematicamente aplicado aos estudos espaciais, ainda que se notem influências localizadas desta filosofia na formação pretérita da disciplina (SANTOS, 1978b-32-34).

Diversos novos estudos desenvolveram-se inspirados na ótica da atenção aos fatos sociais e econômicos estruturadores do espaço. Bem que a geografia urbana apresentasse já determinados estudos-referência, como o de MAUNIER (1910), o de Otto SCHLUTER (1899) que pode ser considerado o fundador da geografia urbana, e outros (CHABOT, 1972: 16-17-18), é nas décadas de 30, 40 e 50 que se multiplicam, se propagam e se aprofundam. O reconhecimento da estruturação das centralidades dentro das cidades, com os Central Business Distrit (CBD) - ou cite - e o comércio e serviços suburbanos; a identificação das áreas residenciais - dormitórios - no interior das cidades; os complexos problemas, e suas soluções, da circulação de veículos, bens e pessoas, e suas variações ao longo do dia - rush hour -, etc. Também as teorizações referentes às relações entre as cidades - redes - e das cidades com seu entorno. Difundiram-se as considerações de W. CHRISTALLER (1966), publicadas originalmente em 1933, sobre o crescimento dos centros urbanos. G. Chabot publica detalhado estudo de geografia urbana acerca das funções das cidades, em 1948

(CHABOT, 1972). P. George, em 1952 apresenta um amplo panorama mundial da urbanização e do crescimento urbano, observando o papel das cidades na circulação da produção capitalista em expansão (GEORGE, 1952:3). Estudos sobre o financiamento e o crédito bancário auxiliaram no entendimento mais aprofundado das relações cidade-campo, que se expressavam evidentemente, também, pelos movimentos da moeda (fluxos) (Meynier, 1969:156).

Na geografia social e econômica, frente aos desafios de um mundo prático e utilitário, aparece o desejo de conferir à geografia o papel de analisar o **presente** - na abordagem de P. George, com apoio no estudo do passado (históricismo) - e tentar **melhorá-lo**. Assim, a crítica social apresenta-se de forma que, ao se observar um campo irrigado, pode-se investigar possíveis acentuações de exploração do homem pelo homem, com o fato de uma paisagem se tornar extremamente produtiva e verdejante. Não se tratava evidentemente de uma busca sistemática de observar aspectos socialmente perversos em parte das populações, mas em realçar efeitos de fatos sociais como renda da terra, que poderiam imprimir conseqüências as mais contraditórias a uma região. Mas a geografia social e econômica de P. George não punha acento na reflexão detalhada para elaborar modelos que pudessem expressar, por exemplo, as situações de renda em uma região, e sim enfatizava a observação de **situações econômicas reais**, não perdendo aquele traço do espírito da geografia clássica que era a observação atenta.

A preocupação com o entendimento da superfície terrestre a partir de índices sociais e econômicos, como renda per capita, condições de vida, mortalidade/natalidade, alterações políticas, estrutura social - adquirirá extraordinário relevo com a **geografia do subdesenvolvimento**, encetada, entre outros, por P. George e I. Lacoste. O termo subdesenvolvimento significava a preocupação geral com os dilemas e dificuldades, que se apresentavam às coletividades humanas, com base na estrutura social e relações de produção, e gestão econômica, são identificados: os países capitalistas e os países socialistas. Mas, circunstâncias culturais e de níveis diferenciados de dotações tecnológicas, e condições de vida, permitem identificar outras categorias ainda (GEORGE, 1969). O termo subdesenvolvi-

mento significa, também, situar o problema das diferenças entre países, em termos de pólos, em que o pólo **desenvolvido** é a meta, o objetivo. Neste particular, lembra as polarizações sociedades arcaicas e sociedades industriais, sociedades jovens e sociedade maduras, etc.

Enquanto em diversos países se verificavam variados graus de intervenção do estado nos assuntos econômicos - desde as políticas monetárias, até as políticas sociais -, nas décadas de 30 e 40, e se constatavam também a emergência de soluções totalitárias de estado através do nazifascismo e do socialismo estatizante soviético, que alcançaram grande prestígio, a geografia aparelhava-se para tornar-se mais ativa. A questão do subdesenvolvimento - dos países subdesenvolvidos - apresentava-se no pós-guerra, no momento em que se realiza o plano Marshall de reconstrução européia, e diversos países do leste europeu passam à área de influência do estado soviético. A guerra fria acentua-se progressivamente, e surgem variados temas, como as vias para o desenvolvimento, o problema da fome e do crescimento demográfico, a descolonização, os obstáculos ao desenvolvimento - estruturas obsoletas, por exemplo - que povoarão a geografia do subdesenvolvimento nos anos de 1950 e 1960. (LACOSTE, 1982:7-11), em que o acento é posto nos países da América Latina, África e Ásia.

As idéias da geografia do subdesenvolvimento apresentaram notável poder de propagação em países pobres, que iniciavam sua industrialização, e conservavam caracteres do sistema colonial estabelecidos desde tempos recuados, - tais como latifúndios, plantations, relações de trabalho e estrutura social que mostravam sinais de permanência das estruturas escravocráticas. Ao mesmo tempo, a competição capitalista nestes países, e interpaíses, provocava modificações na velha hierarquia das classes rurais e na velha hierarquia entre regiões, com a entrada em cena das unidades industriais. As soluções do estado, ator central do desenvolvimento ou melhor, agente mestre da ruptura com o subdesenvolvimento e pobreza -, e em decorrência disto seu crescimento, e criação de uma classe numerosa de burocratas dotados de informações sociais e econômicas, e poder político, foram bem acolhidas nos países pobres. A idéia de superar o atraso material, não raro, era associada ao naciona-

lismo, e justificou politicamente estados nacionais, movimentos de resistência oligárquico-regionais. O seu quadro de referências é o das soluções nacionais - o estado-nação -, e a análise dos mecanismos do desenvolvimento econômico e seus obstáculos (reducionismo econômico) estruturais, para que o estado (poder nacional) pudesse através das políticas de desenvolvimento realizar as cirurgias necessárias nos campos agrário e industrial.

A geografia econômica e social foi um dos mais críticos e fecundos movimentos metodológicos no âmbito da disciplina. Projetou luz sobre intermediações complexas que estavam fora das atenções da geografia naturalista e vinculou a geografia à discussão de grandes temas que mobilizaram vultosos investimentos e milhões de pessoas. Por outro lado, preservou aquela atenção que a geografia clássica emprestara à observação do território, enriquecendo-a com novos fatos relevantes à compreensão dos sistemas espaciais, inclusive os dados dinâmicos.

Além disso, a geografia social não se fechou às diversidades que permanentemente se criam (GEORGE, 1969:11). Como o disse aquele que é considerado o seu fundador, ela se inscreve no variado pensamento geográfico, e ali tem sua situação, dali pode ter seus métodos escolhidos como relevantes para certas análises, é um elemento de conhecimento geográfico (GEORGE, 1969:13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os momentos apresentados do pensamento geográfico são fontes de reflexão atual para aqueles que lidam com a disciplina. A distância no tempo não possui mais a natureza compulsória da novidade - e as críticas que receberam os tornaram mais visíveis em suas potencialidades e limites.

Como a sociedade humana não é a mesma ao longo da suprefície da terra, os territórios e as relações dos homens com o seu meio ambiente são diversos. Há povos em que as relações com a natureza são tão estreitas que é válido retomar a noção de gênero de vida para conhecê-los, entender na medida do possível a desintegração de suas sociedades. Outros, por seu turno, criam com a ciência e tecnologia ambientes extrema-

mente artificiais, que constituem desafios na criação de novos modelos de análise. Por exemplo, a teoria clássica da localização está em processo de revisão, em função das indústrias de high-tech, novos valores de vida, envelhecimento da população e agrupamentos de nações.

Assim, novos elementos - além dos mecanismos econômicos -, como a percepção que as populações têm de si, e dos outros, os valores religiosos e étnicos, participam então no esforço de compreensão dos fatos da sociedade em seu território.

A cultura geográfica é um complexo de esforços, realizados e solidificados por diversas gerações, e que continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHABOT, G. (1972). **Las Ciudades**. Barcelona, Labor.

CHRISTALEER, W. (1966). **Central Places in Southern Germany**. Prentice-Hall Inc., Englewood Cliffs.

CLAVAL, Paul. (1974). **Evolución de la geografía humana**. Barcelona, Oikos-Tau.

COMTE, A. (1983). **Curso de Filosofia Positiva/Discurso sobre o espírito positivo/Catecismo positivista**. (Coletânea). São Paulo, Abril Cultural.

DEMANGEON, A. (1952). **Problèmes de géographie humaine**. Paris, A. Colin.

ENGELS, F (1962). **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo, Fulgor.

FEBVRE, L. (1955). **La Tierra y la evolución humana**. México, Hispano Americana.

GEORGE, P (1952). **La Ville**. Paris, PUF.

____ (1968) **Géographie de la consommation**. Paris, PUF.

____ (1969). **Geografia Social do Mundo**. São Paulo, Difel (1ª. ed. 1945)

HARTSHORNE, R (1978). **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo, Hucitec/Edusp (Originalmente publicado em 1939).

LABLACHE, P. V. (1954). **Princípios de Geografia**

Humana. Lisboa.

LACOSTE, I. (1982). **Geografia do Subdesenvolvimento**. São Paulo, Difel.

MAUNIER, R. (1910) L'origine de la fonction économique des villes. Paris (cit. por CHABOT, 1972)

MEYNIER, Andre (1969) **La histoire de la pensée géographique en France**. Paris, PUF.

SANTOS, M. (1978) **O Trabalho do geógrafo no 3º. mundo**. São Paulo, Hucitec.

SCHLÜTER, Otto. (1899). **Bemerkung zur siedlungs-geographie** cit. por CHABOT, 1972)

SORRE, Max. (1984). **Geografia** (Coletânea organizada, com nota introdutória por J. F. Megale). São Paulo. Ática.

Posição da Lingüística diante do certo/errado na alfabetização

Liomar Costa de Queiroz

Prof.^a M.S. do Departamento de Letras da UFRN

Flammar Costa de Queiroz

Posição da Linguística diante do certo/errado na alfabetização

PROF. MSc. do Departamento de Letras da UFRN

AVENIDA LUIZ CARLOS MAGALHÃES, 2.º e 3.º andares, 50070-900

A Linguística, ciência recente que descreve e explica a linguagem verbal humana, vem desenvolvendo, cada vez mais, seus estudos voltados para os aspectos social e pragmático, valorizando o processo de interação, os interlocutores e a realidade contextual, conseqüentemente, o conhecimento de mundo e o conhecimento partilhado entre os falantes.

Tendo em vista tal valorização, achamos que a aprendizagem deve ser encarada como um processo contínuo, com influências diversificadas, quer dizer, não só da escola ou do professor, mas como as classifica Dino Preti (1987:38), influências ligadas ao falante pela idade, sexo, raça, profissão, posição social, grau de escolaridade, classe econômica, local de residência e ligadas à situação por influência do ambiente, tema, estado emocional e grau de intimidade entre os falantes.

Já que nem só o professor, nem a escola, nem muito menos o aluno, são os responsáveis pela aprendizagem, é importante que o professor assuma uma postura consciente, mais maleável, menos autoritária e procure adquirir uma formação linguística para compreender os fatos linguísticos, que se apresentam no dia-a-dia.

O nosso objetivo é de nos determos no professor alfabetizador, pois, por incrível que possa parecer, é o mais desinformado quanto às contribuições da Linguística para a alfabetização quer de crianças, quer de jovens ou adultos, apesar de ser, acreditamos, o mais esforçado e comprometido com a missão de educador.

A informação ou desinformação do professor alfabetizador determina a postura que assume em sala de aula. Tendo constatado a carência de formação linguística nesse professor, não poderíamos deixar de nos inserir na concentração de esforços de todos que estão voltados para um trabalho efetivo junto à alfabetização com fundamentação linguística.

A Linguística tem comprovado que várias falhas na linguagem falada e escrita dos alunos, no caso, os alfabetizandos, seguem um processo de regularidade linguística, não sendo o resultado de comportamento individual nem aleatório. E, de modo geral, existe a possibilidade de encaixá-la em alguma explicação linguística sincrônica ou diacrônica, desde que não se trate de algum caso patológico.

Com essa posição, não queremos dizer que não serão consideradas as falhas e que tudo o que o alfabetizando verbaliza está correto. O que existe, de uns anos para cá, é uma maior compreensão lingüística voltada para a alfabetização, visto estar aumentando o número de lingüistas e interessados, de modo geral, nesses estudos, como também devido ao trabalho interdisciplinar da Lingüística com a Sociologia e a Psicologia Educacional.

A postura do alfabetizador é que precisa atualizar-se com os novos estudos, de maneira que passe a considerar determinados erros como etapas a serem vencidas e ter consciência dessas etapas.

Passaremos a enumerar algumas situações que podem ser apresentadas pelos alfabetizados, as quais analisaremos, segundo uma postura lingüística, e não com base na Gramática Tradicional, simplesmente.

1) GRAMÁTICA

O alfabetizando quando diz “o sapato cabeu no meu pé”, “Ele fez isto agora”, ele assim o faz com referência aos verbos regulares de segunda conjugação que se flexionam na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito em “eu”. O aluno, por não conhecer a irregularidade dos verbos *caber* e *fazer*, reproduz a forma que ouve de *vendeu*, *comeu*, *morrer*, *beb*, *varr*, *adormec*, por analogia.

Ocorre a mesma situação quando fala: “eu di a borracha”, ou “eu boti o lápis na carteira”, ou, ainda, “eu fazi o exercício”. Isso se explica por causa da terminação com *-i*, *beb-i*, *vest-i*, em lugar de *dei*, *botei* e *fiz*. Nesse segundo grupo, os verbos são de 1ª e 2ª conjugações e os verbos de referência de 2ª e 3ª, respectivamente. Notamos a tendência de o aluno basear-se pela regra e não pela exceção.

Claro que não achamos necessária tal explicação, nem a de que o aluno está fugindo da norma padrão, mas pode-se ressaltar a forma apresentada e esclarecer apenas que não é “cabeu”, “boti” e “fazi” e, sim, *coube*, *botou*, *deu* e *fez*, mas que ele escreveu ou falou de tal maneira devido à existência das formas *comeu*, *morreu*, *bebeu*, *varreu*, *adormeceu*, *vendeu*,

comi, bebi. Quer dizer, não se deve dizer, simplesmente, "está errado, atribuir nota zero, riscar de vermelho ou menosprezar o alfabetizando com alguma palavra grosseira - caso que, infelizmente, existe - e sim tentar explicar de uma maneira compreensiva e correta, sem entrar em detalhes gramaticais.

2) REGIONALISMO

No caso de ter como aluno crianças, jovens ou adultos de outro estado ou região, o alfabetizador deve apresentar familiarização com a variação lingüística destes, não só quanto ao léxico, mas, principalmente, quanto à fonologia, para que possa conscientizar os demais da classe de que as diferenças regionais ou dialetais existem, devem ser respeitadas, significam riqueza lingüística e que seria muito enfadonho se todos os brasileiros, por exemplo, usassem o mesmo vocabulário e se expressassem com a mesma pronúncia e entonação. Deve contribuir para uma mais rápida adaptação desse aluno ao novo ambiente.

O alfabetizador que utiliza como material didático previamente elaborado, as famosas cartilhas, enfrenta esta situação através da artificialidade com que são apresentadas quanto à seleção vocabular e à realidade sócio-econômico-cultural.

Artificialmente, porque o léxico utilizado, freqüentemente, representa apenas as Regiões Sudeste/Sul, não é um "retrato" de todo o país; por isso concordamos com Paulo Freire, no artigo "Não sou contra as cartilhas de alfabetização", Rev. Nova Escola, 48-50, que defende uma cartilha com alguns temas que fossem nacionais e com a inclusão dos aspectos específicos de cada grupo, concernentes à região.

3) FONÉTICA DESCRITIVA:

A Gramática Tradicional classifica os fonemas "a, e, i, o, u" em "a, e, o" vogais e "i, u" semivogais, mas esquece que o "e" e "o" podem funcionar como semivogais, nos casos de ríseco /rózyu/ armário (v.) /armarãw/, mágoa(s.) /mágwa/, lentidão (s.) /lêntidãw/, por exemplo.

Aproveitando o comentário sobre o vocábulo armário,

lembramos que esta forma verbal em *ÃO* (ditongo) e não *AM* (ditongo) só aparece na 3ª. pessoa do plural do futuro do presente e na 3ª. pessoa do plural do presente, também de modo indicativo, com os verbos *ser* (*são*), *estar* (*estão*) e *dar* (*dão*); nos demais tempos, a escrita é com “*AM*” e que há fundamento nesta confusão, pois o “*AO*” do Português moderno, tanto de verbos como de substantivos, representa uma das formas arcaicas do Português: *am*, *ã*, *om* e *ô*, correspondentes às terminações latinas *anu*, *ane*, *one*, *udine*, *ant* e *unt*.

Voltando à classificação das vogais, parece até que um ditongo tem de ser formado do “*a*, *e*, *o*” junto ao “*i*, *u*”, somente, esquecendo palavras como *médium* /*médyu*, onde o ditongo é formado do “*i*” como semivogal, caso normal na gramática tradicional, e o “*u*” como vogal, contradizendo a classificação tradicionalmente dada ao “*u*”.

O alfabetizador, como todo o profissional, deve ter espírito crítico em relação ao que lê, deve refletir e não, simplesmente, repetir o que os outros escrevem como se fosse dogma de fé.

Ainda em relação aos ditongos, no caso dos grafemas *M* e *N*, precisamos reforçar mais quando representam semivogais e não consoantes, como em *bem* /*bey*/, *hífen* /*ifen*/, *amam* /*amãw*/. Para acrescentar, temos o “*L*” como semivogal, em certas regiões, em que é pronunciado como “*w*” em *alto* /*awto*/. No caso de *sal* /*saw*., *oficial* /*oficiaw*/ e *funil* /*funiw*/, por exemplo, temos que apelar para a derivação no sentido de justificar, facilmente, a presença do “*L*” no radical e não do “*U*”: *sal*: *salina*, *saleiro*; *oficial*: *oficializar*; *funil*: *funilar*, *funilaria*, não esquecendo da exceção *gol*: *gols* (palavra de origem estrangeira).

O fato de o aluno não alfabetizado não distinguir a pronúncia de certas palavras numa enunciação tal como: “*quebrei a agulha*” /*ke'breyã'gu* / *a*/, ou “*as asas alvas*” /*ay'zazay'zawvas*/, leva-o a segmentar, incorretamente, as palavras na escrita, como, freqüentemente, acontece nas séries iniciais.

Além disto, todo alfabetizador, assim como o professor de Português, deve ser consciente de que o nível de linguagem do aluno de periferia, por exemplo, na maioria das vezes, é bem distinto do que ele aprende na escola. Sabemos que a escola cobra do aluno um nível mais formal, bem distanciado do que o vivenciado por ele em seu meio.

A consciência destes fatos vai auxiliar o alfabetizador para não considerar como "erro" inicial um alfabetizando escrever, por exemplo, rósiu, armarão, mágua, lentidão, médiu. beí, amão, autu, sau, oficiau e funiu, etc. O alfabetizando está num primeiro estágio: fonético e lógico e só com o passar do tempo, vai se familiarizar, inclusive, com o "h" mudo, que vem desde o Latim e só faz perturbar a cabeça do aprendiz, além das relações entre fonética e ortografia.

O alfabetizador precisa estar mais familiarizado com tal relação, pois tanto temos um mesmo som representado por várias letras, como uma letra representando vários sons, o que exige reflexão, não decoreba, envolvimento e não alheamento, para melhor compreender as dúvidas enfrentadas, algumas, inclusive, dos próprios alfabetizadores.

As consoantes M e N possuem som e escrita parecidas, como em cama e cana; por isso pode ser considerado normal, no início, o alfabetizando trocar essas letras, pois não é uma substituição por letras distantes e sim uma por outra próxima. Fazendo uma descrição fonética do /m/ e /n/, ambas são consoantes oclusivas (a corrente de ar encontra na boca obstáculo total), nasais, sonoras (cordas vocais vibram), com a diferença do /m/ ser bilabial (fechamento dos lábios) e o /n/ linguodental (contato entre a língua e os dentes superiores) apenas.

O som /s/ é difícil, inclusive, para o alfabetizador, quanto mais para o alfabetizando, pois pode ser representado pelo menos de dez maneiras ortográficas como em 1) sala, duas (s-sibilizante) e caspa (s-sibilante); 2) cela (c); 3) caça (ç); 4) passo (ss); 5) deço (sç); 6) nasce (sc); 7) diz (z-sibilante); 8) excepto (sc); 9) exsudar(xs); 10) sintaxe (x-sibilante), exposição (x-sibilante). Então, na troca de s, c, ç, ss e z com o mesmo som, é compreensível a dificuldade de diferenciação.

A conscientização das diferentes representações gráficas do som /s/ pode auxiliar as pessoas, até mesmo estudantes universitários, que ainda pronunciavam, separadamente, o sc, sç, xc, xs e x de sintaxe, máximo, por exemplo, como dois fonemas e não um, adotando o processo de desdobramento da pronúncia: sintacse (sintasse) e mácsimo (máximo).

O som /z/ também causa dificuldade, porque pode aparecer representado por: 1) mesa(s); 2) dizer(z); 3) exame (x) e

4) (mesmo (s-sibilante), isto é, um som só com pelo menos três representações gráficas, isto é, também não existe uma correspondência bionívoca.

Além disso, o /s/ e o /z/ possuem, praticamente, a mesma descrição fonética: consoantes orais, constritivas (a corrente de ar encontra na boca obstáculo parcial) fricativas (a corrente de ar produz um atrito à maneira de fricção), alveolares (contato ou aproximação da língua com os alvéolos dos dentes), sendo que o /s/ é surdo (as cordas vocais não vibram e o /z/ sonoro (as cordas vocais vibram).

Os sons /l/ e /r/ parecem, em princípio, sem problema, sendo que ora surgem como simples consoantes, como em **lata**, **caro** ora fazem parte de encontros consonantais como em **placa (pl)** e **prato (pr)**. Vemos que em “aplaca” temos um fenômeno fonético que não acontece em “alpaca”, onde o “l”, como vivmos, rouba o som do “u”. No primeiro, temos o L formando um encontro consonantal e, no segundo, um ditongo. Quer dizer, pode não ser complicado para quem estiver ensinando, mas para o alfabetizando é de difícil compreensão a junção de duas consoantes anteriores a uma vogal. Já é pouco compreensivo pronunciar uma consoante com ou sem vogal com o mesmo som, como em /b/ = bê, /c/ = cê, /d/ = dê, etc.

O /r/ simples e o /l/ possuem quase a mesma descrição fonética: consoantes orais, constritivas, o /l/ lateral (a língua toca o palato ou os alvéolos dentais e o ar escapa pelos lados da língua), o /r/ vibrante (a ponta da língua vibra ao contato com os alvéolos, provocando uma série de brevíssimas oclusões da corrente de ar) e ambos são sonoras e alveolares. Por essa razão, é freqüente, em algumas variedades o Rotacismo (troca do “l” pelo “r”): ex.: arma por alma, chicrete por chiclete, pratéia por platéia, prástico por plástico, farta por falta, vortar por voltar, devorver por devolver, frepa por felpa ou o caso de Lambdacismo (pronúncia viciosa da letra “l”: flera (freira), col-da (corda), flepa (felpa).

O “r” pode ser grafado de forma dobrada ou não, mas com o mesmo som como em rua, carta, amor, honra e carro, por exemplo. Mas pode-se ter o grafema “r” com valores diferentes: vibrante múltipla como em prato ou simples, como em caro.

O som /s/ representado por "ch e x" e o /ʒ/ pelo "g e j" como em chá (ch) e xá (x); gente (g) e janela (j), respectivamente; também são de difícil distinção. Foneticamente, esses sons são descritos como consoantes orais, constritivas fricativas, o /s/ surdo e o /ʒ/ sonoro e ambos palatais (contato do dorso da língua com o palato duro = céu da boca).

O som /ʎ/ do lhe e o /ɲ/ do nh como em molho e ilhamama (lh), nhôque e ninho (nh) causam complicação, pois se o alfabetizando já gravou que o "h" em homem, hora, honra é mudo, vai ter que reconsiderar o que aprendeu quando o "h" estiver formando dígrafo com o L e N. Voltamos a dizer que, para quem é alfabetizado, não se trata de um problema, mas não podemos esquecer do alfabetizando no seu momento inicial de aprendizagem.

Falando no som /ɲ/, lembramos as divergências que existem quanto à classificação das consoantes "M", "N" e "NH", as quais são analisadas como oclusivas, sonoras, sendo que nasais, com base nos gramáticos Lima, R. (1979:17), Mesquita, R. M. e Martos, C.R. (1989:22) e no lingüista Saussure, F. (1916:57). Não poderíamos deixar de citar o gramático Bechara, E. (1980:40), que resume as opiniões: "... preferimos... colocar as nasais entre as constritivas. Há autores que fazem das nasais uma classe à parte, critério também defensável".

O som /k/ em quero (qu), casa (c), quilo (qu) e o /g/ em guerra (gu), galo (g), guitarra (gu) representados por "q" e "g". Quer dizer, o alfabetizando tem que se habituar a empregar, corretamente, todas estas formas de escrita conforme o som. A descrição fonética do /k/ e /g/ é muito semelhante: consoantes orais, oclusivas velares (contato da parte posterior da língua (raiz) com o palato mole = véu palatino), o /k/ é surdo e o /g/ é sonoro, eis a diferença. Há, ainda, o caso em que o "u" deve ser pronunciado, isto é, deixa de formar o dígrafo, que é indicado pelo uso do trema: sangüínea, freqüente, etc.

Queremos frisar que torçar M (m) por N (n); s por ss, c, ç e z; R (r) por RR (rr); x por ch; g por j; c por q; vogal "e" pela consoante "l" e vice-versa são normais em início de alfabetização, alguns casos até mesmo permanecem na vida de qualquer falante, então o alfabetizador tem que observar que o processo é complexo e paulatino, que ele mesmo deve consultar o dicionário sempre que sentir necessidade e por não existi-

rem regras ortográficas que solucionem todas as dificuldades.

Finalizando este item, é válido lembrar, ainda, a semelhança gráfica que existe entre as letras “b”, d, e p” e “f e v”, minúsculas, que levam o alfabetizando, às vezes, a trocá-las. Muitas vezes, o alfabetizador não percebe esta similaridade, nem muito menos leva em conta que alguma inversão, por exemplo, entre a “barriguinha” para direita formando o “b” em vez de ser para esquerda para formar o “d” é um estágio preliminar até a utilização adequada das letras.

Aceitar estas semelhanças é respeitar e estimular o aluno e considerar que não é uma incidência arbitrária e sim fundamentada num dado real que é a aparência gráfica das letras.

A descrição fonética do /p/ e /b/ é bastante semelhante: são orais, oclusivas, o /p/ surdo e o /b/ sonoro, ambos bilabiais. Do /b/ para o /d/, a diferença é que o /b/ é bilabial e o /d/ lingual (contato entre a língua e os dentes superiores). Do /p/ para o /d/ é que o /p/ é surdo e o /d/ sonoro, além, claro, do ponto de articulação que o /p/ e /b/ diferenciam-se do /d/, como já foi dito. Ainda podemos estabelecer mais uma equivalência, no caso, apenas sonora entre o /f/ e /v/ que são orais, constritivas fricativas, labiodentais (o lábio inferior e os dentes superiores tocam-se, criando obstáculo parcial à corrente de ar), o /f/ surdo e o /v/ sonoro. É comum na escrita do alfabetizando (e até mais tarde !) a troca de consoantes surdas por sonoras (“p e b”, “d e t”, “f e v”, etc.)

Apresentaremos, a seguir, os quadros de descrição fonética das vogais, semivogais e das consoantes, no intuito de ajudar o professor alfabetizador que, às vezes, não possui ou não tem acesso a tal material, embora se encontre nas Gramáticas do Português, mas de modo não tão informativo, apesar de não pretendermos esgotar as representações fonéticas do alfabeto.

FONÉTICA DESCRITIVA - Classificação das vogais e das semivogais

FONÉTICA DESCRITIVA - Classificação das consoantes

Após os Quadros expostos que encerraram as considerações ligadas à Fonética Descritiva, iniciaremos algumas reflexões, com base na Diacronia (explicação histórica sobre a evolução da língua), através das quais tentaremos explicar alguns usos populares da fala, independentes do falante possuir o conhecimento diacrônico da língua.

4) DIACRONIA

Por não existir regra ortográfica para todas as situações, temos que nos valer de outros subsídios da língua para tentarmos auxiliar melhor os educandos, entender melhor certos usos da fala, que são riquíssimos, em relação à escrita e usos populares (não padrão) em relação ao culto (padrão). Para isto, podemos apelar para a Diacronia que poderá esclarecer alguns empregos que parecem individuais e absurdos, mas que não o são e possuem um princípio de verdade e de regularidade, mesmo que inconscientemente, principalmente, quando se trata de pessoa não alfabetizada ou em princípio de alfabetização, da zona rural ou periferia urbana.

Sabemos que o Português como o Espanhol, o Italiano, o Francês, o Romeno (romênia e norte da Macedônia), o Rético (Suíça), o Galego (Galiza), o Provençal (Provença-sul da França), o Catalão (Catalunha e Ilhas Baleares) e o Sardo (Sardenha) são línguas românicas que vieram do Latim, que por sua vez fizeram parte do ramo itálico originário do Indo-europeu, língua hipotética. Mas não se pode esquecer que o Latim levado às províncias foi o vulgar e não o clássico; no caso, o Português passou por muitas evoluções e algumas dessas marcas são afloradas no nosso ato de fala, em especial, e o professor, sem esta formação diacrônica, tem uma possibilidade a menos de utilizar os conhecimentos lingüísticos para o entendimento das realizações lingüísticas que o sistema oferece, mesmo que infrinjam a norma pré-estabelecida em nossas Gramáticas Normativas.

Apresentaremos um quadro demonstrativo das evoluções pelas quais passou o Português (normalmente estudadas só nos cursos de Letras), através dos Metaplasmos, mas iremos fazer referência apenas aos casos que forem pertinentes a uma maior compreensão de determinadas formas de expressão verbal.

METAPLASMOS

Alterações que as palavras sofrem na evolução do Latim para o Português.

1) POR AUMENTO:

- a) Prótese: statua > estátua
Aglutinação: minacia > ameaça
- b) Epêntese: stella > estrela
Suarabácti ou Anaptixe: planu > p'rao
> porão
- c) Paragoge: ante > antes

2) POR SUPRESSÃO

- a) Aférese: enamorare > namorar
Deglutinação: apotheca > abodega > bodega
horologio > orologio > relório
- b) Síncope: malu > malo > mao > mau
Haplologia: formicicida > formicida
- c) Apócope: male > mal
- d) Crase: pede > pee > pé
Sinalefa ou Elisão: de + ex + de > desde

3) POR TRANSPOSIÇÃO

- a) Do acento (Hiperbíbasmio):
 - 1) Diástole: muliere > muliére > mulher
 - 2) Sístole: amavissémos > amássemos
- b) De fonemas:
 - 1) Metátese: pro > por
 - 2) Hipértese: capio > caibo

POR TRANSFORMAÇÃO:

- 1) Vocalização: multu > muito
- 2) Consonantização: Iesus > Jesus
- 3) Nasalização: matre > mae > mãe
- 4) Desnasalização: luna > lũa > lua
- 5) Assimilação:
 - a) Total: per (prep.) + lo (art. arc.) pello > pelo
 - b) Parcial: assibilare > assibiar > assobiar = (assoviar)
 - c) Progressiva: amam-lo > amam-no
 - d) Regressiva: ersa > essa
- 6) Dissimilação: liliu > lírio
Dissimilação Eliminatória: lobellu > novelo
- 7) Sonorização ou Abrandamento:
 - p > b: lupu > lupo > lopo > lobo
 - t > d: maritu > marido
 - c > g: amicu > amigo
 - c (e, i) z: facere > fazer,
vicinu > vicino > vizno > vizio > vizinho
- f: profectu > proveito
- 8) Degenerração: b > v: caballu > cavalo
- 9) Palatização:
 - n (e, i) + vog > nh: vinea > vinha,
seniore > senhor
 - l (e, i) + vog > lhe: palea > palha,
julu > julho
 - cl, pl, gl > lh: oculu > oculo > oclo > olho
seopulu > seopolo > escolho
tegula > tegla > telha
 - pl, cl, fl > ch: pluvia > chuva
masculu > masculu > macho
inflare > inflar > inchar

- sc, ss (i, e) x : fasciam > faixa
 pisce > peixe
 passione > paixão
 russeu > russiu > russyo > roixo > roxo
- d (e, i) + vog. > J: video > vejo,
 hodie > hodye > hoje
- s (i) > J: cerevisia > cerevesia > cervesya > cerveja
- 10) Assibilação:
 t (e, i) + vog. > ç ou z: plateam > praça
 capitia > cabeça
 ratione > razão
- c (e, i) + vog. > ç ou z: lancea > lança
 minacia > ameaça
 judiciu > juízo
- d (e, i) + vog. > ç: audio > ouço
- 11) Ditongação ou Alargamento: do > dou
- 12) Monotongação ou Redução: fructo > fruto (arc.)
 fruto
- 13) Apofonia c: Deflexão: in + barba > imberbe

Iniciando a análise através da Diacronia, começando pelo processo de Prótese ou Prostese (acréscimo de um fonema no início do vocábulo), observamos como o falante, mesmo sem conhecer o processo e a nomenclatura correspondente, utiliza tal processo, como identificamos nas palavras arrear (recear), arrenegar (renegar) ou mesmo na aglutinação (incorporação do artigo no início do vocábulo) alagoa (lagoa), segundo o esquema histórico/evolutivo de palavras como stare > estar.

No caso do processo de Epêntese (acréscimo de um fonema no meio, no interior do vocábulo), é comum um professor deparar com o surgimento de tal processo, mesmo que não seja familiarizado com a nomenclatura adequada. Notamos, por exemplo, em beneficiência (beneficência), prazeirosamente (prazerosamente), iguinorante (ignorante), listar (variação de lista) ou o caso de Suarabacti ou Anaptixe (intercalação de uma vogal para desfazer um grupo consonantal) como em Hipnotismo (hipnotismo), peneu, pineu (pneu), opitar (optar), obiter (obter), febrariu > february > fevereiro > fevereiro.

Atualmente, podemos entender a tendência cada vez mais acentuada da supressão inicial de fonema nos vocábulos através de (Aférese) como em tá (está), tô (estou), péra (espera), Zé (José), cê (você), inda (ainda), té (até), vô (avô), vó (avó) mô (amor - Aférese e Apócope). Quer dizer, independente de se conhecer ou não tal processo como em enamorar > namorar, os falantes vão pondo em prática o processo de economia de palavras.

Podemos explicar a diferença entre mau: malu > malo mao > mau e aml. Em mau com "u" foi suprimido ou subtraído um fonema medial (Síncope) originando mau. Já mal com "l": male e palavras como legal > legale, real > reale, etc., caiu o fonema final (Apócope). Dando lugar a mal, legal e real. E Síncope e Apócope em uma mesma palavra como seu (senhor). Ainda Síncope em palavra como problema (problema), também (também), falano (falando). E apócope como em: bobage (bobagem), home (homem), qué (quer), sabê (saber), passá (passar), pô.

Claro que a distinção de Mau e Mal podemos explicar apenas pela Sincronia (estudo de um dado momento da língua, de um estágio temporal da língua), dizendo que Mau com "u" ocorre quando pode ser substituído por Bom e com "l" por Bem. Ainda mais, estas palavras não causam problema no Rio Grande do Sul, por exemplo, onde pronunciam o "l" final (sal) ou medial (alto).

Existem uma modalidade de Síncope que é a Haplologia (supressão ou queda da primeira de duas sílabas sucessivas iniciadas pela mesma consoante - Coutinho fala em sílaba medial idêntica ou quase idêntica - que explica a maneira, também considerada correta, de escrever a palavra entretenimento (entretenimento). Mas rejeita-se esta forma dupla em palavras como: paralepípedo (paralelepípedo), infabilidade (infalibilidade).

Estamos constatando que as mudanças evolutivas da língua estão presentes na linguagem corrente dos falantes nos mais variados níveis e isto vamos continuar relacionando na nossa análise o processo histórico/evolutivo e a sua presença na língua falada.

O processo de Crase (fusão de duas vogais iguais em uma só) fica mais claro pelas noções diacrônicas, pois o mesmo

artifício que conhecemos em relação ao “a”, existiu como o “ê”, o, u” como se sede > see > sé, pede > pee > pē sede-re > seer > ser, teer > ter, leer > ler, vedere > veer - ver, credere > creer > crer; colore > coor > cor, dolere > - dolor > door > dor, > poer > por > pôr - poer; > nudu > nu. Esta informação faz com que o alfabetizador aceite mais quando um aluno, às vezes, se prolonga na pronúncia da vogal e então a escreve duas vezes: ele está no processo mais extenso e primeiro para chegar ao compacto e atualizado, que é o da Crase. Tal hiato permanece na terceira pessoa do plural dos verbos ler (eles lêem), crer (eles crêem), ver (eles vêem), dar (eles dêem), e seus compostos. Os três primeiros no presente do indicativo e o último no presente do subjuntivo. Forma que não engloba os verbos ter e vir e seus compostos, freqüentemente incluídos, que fazem o plural com apenas um “e”: ele tem / eles têm, ele retém / eles retêm, ela vem elas vêm, ela intervém / elas intervêm... Permanece, ainda, em palavras paroxítonas como: vôo, perdôo, enjôo, magôo, corôo, abenção, môo, amaldição.

Já que foi colocada toda a evolução do verbo PÔR, achamos importante lembrar que assim o identificamos como pertencente à segunda conjugação em Português, isto é, verbos terminados em “ER”, devido a sua forma latina. Para não existir uma quarta conjugação só para o verbo Pôr e seus derivados, com base em seu estágio primitivo, foi incluído na segunda conjugação, por isso existem apenas três (AR, ER, IR) e não quatro conjugações.

Voltando à Crase, esta existe também pela junção de vogal final de uma palavra com a vogal inicial de outra, forma menos conhecida, com o nome de Sinalefa ou Elisão, na formação de palavras compostas como pai de + égua > pai d'égua, tão utilizada entre pessoas de língua bem simples, explicando também a escrita de certas crianças que escrevem mo < me + o, to < te + o, lho < lhe + o que correspondem, como foi escrito, a me, te, lhe. E outras formações como em: de + ex + de > desde, outra + hora > outrora, de + este > deste, de + intro > dentro, de + um > dum, de + aquele > daquele, pai de + água > pai d'água, minha + alma > - minh'alma.

Nos Metaplasmos por Transposição, os processos de Sístole (recoo do acento tônico): *idólo* > *ídolo* e Diástole (avanço do acento tônico): *muliere* > *muliére* > *mulher*, dão uma fundamentação lingüística histórica quanto à posição do acento tônico nas palavras da língua portuguesa.

Ainda nas Transposições, a Metátase (transposição de um fonema na mesma sílaba) *pro* > *por*, por exemplo, esclarece a forma popular do “pro” em *proque* (porque), devido ter sido “pro” e não “por” primeiramente. Podemos reforçar este uso com as formas *preto* (perto), *preguntá* (perguntar), *braginha* (barganha), *braguilha* (barguilha), as duas são *accitas*, *partileira* (*prateleira*), etc.

Com o Metaplasmo também de Transposição, *Hipértese* (um fonema de uma sílaba para outra), identificamos a tendência de deslocamento do fonema “i” que se faz em *ódio* (ódio), quer dizer, intuitivamente, o falante utiliza-se de um processo de deslocamento de fonema de maneira que, para ele, facilite a sua fala. Podemos reforçar tal situação com os seguintes exemplos: *metereologia* (meteorologia), *areoporto* (aeroporto), *largetixa* (*lagartixa*).

Nos Metaplasmos por Transformação, achamos válido questionar a pronúncia nasal que empregamos na palavra “muito” que não possui nenhuma marca de nasalização na forma, já evoluída, através do M, N ou do til (̃) como em *matre* > *mae* > *mãe*, *nec* > *nem*, *mihi* > *mim*, *bonu* > *bom*, *macula* > *mancha*, mas sua pronúncia é sempre como se existisse um til no “u”, pelo menos. Diante disto, caso um aluno indague sobre esta forma ou chegue a nasalizar com alguma dessas marcas, tem-se que compreender, pois existiu na sua evolução a nasalização pela ação do “m” inicial (Mattoso - 1979:61): *multum* > *multo* > *muito*. É evidente o processo de vocalização (conversão de uma consoante em vogal) i. Gostaríamos de registrar, ainda, a nasalização tão corrente, em algumas regiões, das palavras (*cozinha*) *cunzinha*, *governo* (*gunverno*).

Já que fizemos referência ao processo de Vocalização, aproveitamos para contrapor o de Consonantização (conversão de vogal em consoante), “I” e “U” em “J” e “V”. Se o alfabetizando estiver habituado ou ainda na fase de escrever só com letras maiúsculas, nas palavras escritas com J, é natural que con-

funda com o I maiúsculo, pois tem fundamento, como provam as relações histórica e gráfica nas transformações como em: Iam > Já, Iesus > Jesus, Iactu > Jeito, Ieiunu > Jejum.

Quanto aos processos de Assimilação (transformação de um fonema em igual ou semelhante a outro existente na mesma palavra), na Progressiva (fonema assimilador antes do assimilado), temos a explicação para a forma pronominal do verbo que representa o objeto referenciado em “lo” de amaram - lo > amaram - no. Por isso é “no” e não “lo”, porque segue este processo do “M” ter assimilado o “L” passando a ser escrito “N”. Ou explicar, sincronicamente: verbo terminado por som nasal (“M” ou til na sílaba final), os pronomes são no(s), na(s): falam-no(s), põe-no(s) e nos demais casos o(s), a(s), lo(s), la(s) como em: ponho-o, por o = pô-lo, pões o = põe-lo, diz o = di-lo, deixar o ia = deixá-lo-ia, cantar o = cantá-lo, vender o = vendê-lo, partir o = partio-lo.

Processo inverso é a Dissimilação (diferenciação de um fonema por já existir igual ou semelhante na palavra) em situações como: pírua (pílula), estrambólico (variação familiar de estrambótico), breganha (barganha). A Dissimilação, às vzes, chega à supressão de fonemas (Dissimilação Eliminadora) como em rostru > rosto, dibre (dribe, deturpação de dribe).

Na Degeneração (consoante sonora por outra sonora), processo menos comum que a Sonorização (transformação de consoante surda “p, t, k, c (e,i), f” em sonoras “b, d, g, z, v”), certamente por isto o nome Degeneração. Ocorre a passagem do “b” para “v” = b > v como em caballu > cavalo e, popularmente, de “v” para “b” = v > b como brabo em vez de bravo (Do lat. barbaru), briba em vez de víbora (do lat. vipera), barrer em vez de varrer (Do latim verrere), bassoura em vez de vassoura (Do lat. versoria), etc.

No caso de Palatização (um ou mais fonemas em uma palatal) temos o “cl” em “lh” entre outros tipos, como podemos observar em oculu > oculo > oclo > olho. Talvez, por analogia à evolução da palavra olho, as pessoas, de modo geral, não se habituem a dizer meus óculos (do lat. oculus), no máximo “meu óculos”, “o óculos”, “este óculos”, quando se referem às lentes usadas em frente aos olhos. Normalmente dizem “meu oculo ou meus oculo ou meus oclos”. Quer dizer, pela Diacronia, podemos entender essas várias maneiras de escrita e fa-

la. É pertinente registrar que, no interior do nosso Estado, há a forma “meu ócri”. Acreditamos, ainda, que devido a palavra “óculos” se referir a apenas um objeto, surge a dificuldade em fazer a concordância de número do nome “óculos” (sempre no plural) com o determinante (artigo ou pronome) que estiver acompanhando-o.

Já em relação às palavras iniciadas com “ch”, não há explicação ortográfica na Gramática Tradicional e, mesmo pela Diacronia, é difícil explicar, pois podemos citar, pelo menos, três formas. As formas $pl \rightarrow ch$, $fl \rightarrow ch$ e $cl \rightarrow ch$: $pluvia \rightarrow chuva$, $flamma \rightarrow chama$ e $clave \rightarrow chave$, respectivamente. Quer dizer, neste caso, é mais prático dizer apenas que é com *ch* a grafia e não com “x” devido sua origem latina, sem entrar em detalhes.

Ainda para ilustrar, apresentamos as realizações de Palatalização através das palavras Antonho ou Ontonho (Antonio) e demonho (demônio), isto é, $n(e, i) + vog. \rightarrow nh$: *arana*, *seniore* $\rightarrow$ *senhor*.

Processo inverso é o de Despalatalização, fenômeno atual na língua, que consiste em reduzir a consoante palatal em um fonema, neste caso específico chamado, por alguns, de (Yeísmo) em palavras como *muié* (mulher), *coié* ou *cuié* (colher), *oreia* ou *ureia* (orelha), *foia* (folha), etc. Outra maneira de Despalatalização é a ocorrida nos grupos bl, gl e $tl \rightarrow lh$ nos exemplos: *tribulu* $\rightarrow$ *triblu* $\rightarrow$ *trilho* (trio), *tegula* $\rightarrow$ *tegl* - *telha* (teia), *vetulu* $\rightarrow$ *vetlu* $\rightarrow$ *velho* (véio), quando não é dito *menino réio* (velho). Também nos grupos $vog. + pl \rightarrow lh$ e $vog. + cl \rightarrow lh$ em *scopulo* $\rightarrow$ *iscoplu* $\rightarrow$ *escolho* (escoio), *oculo* $\rightarrow$ *oclu* $\rightarrow$ *olho* $\rightarrow$ (oio), *auricula* $\rightarrow$ *ouricla* $\rightarrow$ *orelha* $\rightarrow$ (oreia), *apicula* $\rightarrow$ *aplica* $\rightarrow$ *abelha* (abeia), *macula* $\rightarrow$ *macla* $\rightarrow$ - *malha* (maia). Ainda o $ly \rightarrow lh$ em *filiu* $\rightarrow$ *filyo* $\rightarrow$ *filho* (fio), *palea* $\rightarrow$ *palya* $\rightarrow$ *palha* $\rightarrow$ (paia), *consiliu* $\rightarrow$ *consil-yo* $\rightarrow$ *conselho* (conseio).

O conhecimento da Monotongação justifica a maneira informal de se falar, transformando ditongo em vogal, como em: *dou* $\rightarrow$ *dô*, *estou* $\rightarrow$ *tô*, *sou* $\rightarrow$ *sô*, *vou* $\rightarrow$ *vô*, *feixe* $\rightarrow$ *fêxe*, *peixe* $\rightarrow$ *pêxe*, *freira* $\rightarrow$ *frera*, *doutor* $\rightarrow$ *dotor*, *Europa* $\rightarrow$ *Oropa*, *Eugênio* $\rightarrow$ *Oxigênio*.

Esse processo de redução é freqüente e espontâneo,

haja vista a evolução das palavras: vossa mercê > vosse-mecê > vosmecê > você > cê, seniore > senhor por seu, domino > dom.

Apesar da Monotongação ser mais usual, a Ditongação (passagem de um hiato ou de uma vogal em ditongo) também vai marcando a sua presença, como podemos observar em palavras como mais (mas), rui (ru-im, ruim) ar-rui-nar (ar-ru-i-nar, arruinar), sau-dar (sa-u-dar, saudar), Kai-tia (Ka-tia, Katia), etc. No caso da palavra fruto, algumas pessoas continuam privilegiando a forma arcaica ditongada "fruito", "fruta" de fructu > fructo > fruto (arc.) > fruto.

Como curiosidade quanto ao ditongo, gostaríamos de registrar as alternâncias de "ou" e "oi", "sem que haja explicação fonética", conforme Dolores (1987:54): ouro e oiro, touro e toiro, louro e loiro, cousa (Portugal) e coisa (Brasil) e segundo outros autores, deve-se à tendência da manutenção do ditongo.

Em termos de Apofonia (mudança de timbre de uma vogal da sílaba inicial de uma palavra por junção de um prefixo), conseguimos explicar para os alunos, por exemplo, o significado da palavra imberbe que, aparentemente, não nos dá nenhuma informação de que significa uma pessoa sem barba, a não ser que saibamos que à sua formação histórica: in (prefixo) + barba. Com o processo de Apofonia o "a" modificou-se em "e", e daí imberbe.

Concluindo estes comentários sobre os Metaplasmos, ainda podemos dizer que muitas dúvidas o professor alfabetizador pode justificar, entender, explicar por intermédio da Diacronia, como é o caso de palavras com J ou G, S, C ou Z, X ou CH. Mas estas são mais difíceis, de modo que o professor deve utilizá-las mais como material de consulta.

SISTEMA SILÁBICO / ALFABÉTICO

Após o esforço de tentar apresentar as contribuições da Diacronia para o entendimento dos possíveis "erros" ou desvios do padrão através da compreensão histórica / evolutiva da língua, abordaremos, como último aspecto, uns lembretes quanto à produção inicial da escrita do alfabetizando, sempre

no intuito de auxiliar o professor alfabetizador a ter uma melhor postura lingüística diante da produção do aluno.

Faremos os comentários seguintes baseados em uma fita de vídeo sobre a Escrita e a Construção da Escrita (Sec. de Educ. do Est. e Fund. para o Des. da Educ. Gov. de São Paulo) que nos serviu de subsídio e que veio colocar a prática, o concreto, situação ainda irreal, sabemos, em relação às leituras realizadas, além das contribuições de Cagliari (1990:106-114).

Voltamos a chamar a atenção no sentido de que existe sistematização na produção do alfabetizando, a partir mesmo dos rabiscos "garatujas". Falamos isto pela semelhança dos traços iniciais que podemos constatar entre crianças que ainda não estejam no sistema silábico. Estes rabiscos não dizem nada para o alfabetizador, mas para quem está produzindo têm sentido e são fruto de um grande esforço concentrado.

Sabemos que não só no sistema pré-silábico, mas também no silábico e no alfabético não é fácil o alfabetizador constatar a regularidade lingüística de criança, jovem ou adulto em sala de aula. É por isso que nos preocupamos em falar, mesmo que, superficialmente, sobre os aspectos em questão.

O alfabetizando no Sistema Silábico acredita que uma letra, vogal ou consoante, dependendo do nível em que ele se encontre, é suficiente para representar uma sílaba, uma ou mesmo várias palavras, pois, para este, uma letra representa um segmento da fala.

A escolha das letras não é aleatória, ele não lança mão, normalmente, de uma que tenha uma sonoridade totalmente distante da que ele necessita. Freqüentemente, a seleção é feita adequada ou aproximada.

Em um outro momento da aprendizagem, uma letra passa a não ser mais suficiente para resolver o problema da escrita de uma sílaba ou palavras. Surge então a preocupação com a quantidade de letras. Ou acha que dispõe de poucas ou considera que existem mais do que precisa, então elimina o que acha que está em excesso.

Outro conflito é a constatação de que as mesmas letras, na mesma posição, não podem servir para escrita de palavra diferente e então começa a tentativa de não repetir letras, mes-

mo que a correspondência sonora fique prejudicada.

Há que considerar, ainda, as trocas de letra pela similaridade gráfica e/ou sonora; a frequência das letras do nome do aluno nas palavras que passa a escrever devido a ter memorizado no seu nome; a dificuldade em aproveitar uma letra de uma palavra, que não seja o seu nome, em outra palavra e os avanços, escrita convencional, e os recuos, escrita menos compreensiva, entre outros.

Passada a fase estritamente silábica, não podemos esquecer o estágio intermediário, antes da alfabética, propriamente dita. Quer dizer, o aluno pode apresentar uma variação, uma inconstância entre o Silábico e o Alfabético.

Na fase alfabética, começam as dificuldades ortográficas, as quais vão sendo amenizadas, paulatinamente, não com regras ortográficas, simplesmente, e sim com a experiência escrita que o aluno for vivenciando como falante de sua língua. Neste ponto, a formação lingüística do professor é fundamental para uma melhor compreensão e orientação na produção do aluno.

É importante frisar que todas as situações referenciadas, não só neste item, mas em todo o texto, devem ser encaradas como etapas construídas, gradativamente, pelo aluno e não, simplesmente, como erros, incapacidade ou atraso mental. Pois não podemos também esquecer que é difícil um aluno, especialmente o que não teve condição de frequentar a pré-escola, ser alfabetizado em um ano, com facilidade. Por isso o professor tem que ter consciência plena deste momento ímpar na vida de todos nós e encará-lo como um momento de esforço mental através da reflexão, relação e dedução, acertos e desacertos, indispensáveis, como dizem Ferreiro e Teberosky, para um melhor resultado na alfabetização.

Concluindo nossa reflexão, esperamos que a maneira como os aspectos: Gramática, Regionalismo, Fonética Descrita, Diacronia e Sistema Silábico/alfabético foram abordados contribua, efetivamente, para melhorar a formação lingüística do professor alfabetizador.

Queremos, principalmente, ter sensibilizado o professor para ampliar suas considerações quanto ao "erro", pois este é necessário, desde que seja visto como um degrau a ser vencido, de maneira gradual, construído pelo aluno, sob sua orien-

tação e como fruto das influências lingüísticas e não lingüísticas.

Gostaríamos, ainda, de ter conscientizado o professor para a constatação de que os "erros", de modo geral, se enquadram, como foi possível comprovar, em regularidades lingüísticas, em sistematicidades e não arbitrariedades, e que não representam casos individuais, já que se encontram em pessoas que podem nunca ter se conhecido, mas que podem pertencer a uma mesma categoria lingüística, econômica, social, cultural, entre outros.

Acreditando que os conhecimentos lingüísticos influenciam no posicionamento do professor alfabetizador em relação à linguagem culta e popular ou coloquial, padrão e não padrão, desejamos ter dado uma parcela de contribuição para a alfabetização, neste momento em que se encontra em evidência em relação a todo o processo Educacional.

BIBLIOGRAFIA

- CAGLIARI, Luiz Carlos (1990). **Alfabetização e Linguística**. Scipione. Série Pensamento e Ação no Magistério. 3. Fundamentos, São Paulo, 2ª. ed.
- CARVALHO, Dolores G. e NASCIMENTO, Manoel (1987). **Gramática Histórica**. Segundo Grau e Vestibulares. Ática, São Paulo, 15ª. ed. (esgotada).
- COUTINHO, Ismael de L. (1976). **Gramática Histórica**. Ao Livro Técnico. Rio de Janeiro, 7ª. ed.
- FERREIRO, Emília (1991). **Reflexões sobre Alfabetização**. Trad. Horácio G. et alii. Cortez/Autores Associados. Col. Polêmicas do Nosso Tempo. 17. São Paulo, 17ª. ed.
- LEMLE, Mirian (1988). **Guia Teórico do Alfabetizador**. Ática, Série Princípios - 104, São Paulo, 3ª. ed.
- PONTES, Antonio L. (1990). "O Ensino da Ortografia", IN **Rev. Contexto**. Ano II - n.º. 2 - Língua, Literatura e Sociedade. Fortaleza-CE, pág. 29 a 31.
- PRETI, Dino (1987). **Sociolinguística: os níveis da fala**. Nacional, rev. e mod. São Paulo, 6ª. ed.
- TARALLO, Fernando (1986). **A Pesquisa Sociolinguística**. Ática, São Paulo, 2ª. ed.
- VOTRE, Sebastião J. et alii (orgs. Maria Tasca e José M. Poersch) (1990). **Suportes Linguísticos para a Alfabetização**. Série A. Linguagem na Escola. Sagra, Porto Alegre, 2ª. ed.

Agradecemos a Alcir Leopoldo da Silveira (URRN), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP) e Maria Aliete do Nascimento (ETFRN) pela leitura dos originais.

BIBLIOGRAFIA

- CADILLAC, Louis. *Carta*. (1990). Aracaju: Editora do Estado de Sergipe. 120 p.
- CARVALHO, Djalma. *O Nascimento da Literatura Brasileira*. (1987). Gramma: Rio de Janeiro. 120 p.
- COUTINHO, Raimundo de L. (1979). *Gramma Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.
- FERRER, Emilia. (1991). *Reflexões sobre a Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.
- LEITE, Milton. (1987). *Gramma Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.
- PONTES, Antonio L. (1990). *O Estado da Gramma Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.
- PRETO, Dina. (1987). *Gramma Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.
- TARALLO, Fernando. (1990). *A Gramma Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.
- VOTRE, Sebastião. (1987). *Gramma Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.
- WATSON, G. V. K. (1987). *Gramma Brasileira*. Rio de Janeiro: Gramma. 120 p.

VIVÊNCIA

CCHLA-UFRN

CONSELHO EDITORIAL

José Lacerda Alves Felipe
Eduardo de Assis Duarte
Vicente Vitoriano M. Carvalho
Vânia Vasconcelos Gico
Socorro Trindad

05

Reg: 23

nº 2/v. 5